



Nathan da Silva Rosário

**Através do corpo, para além da carne:
Corpo e corporeidade em Teoria Política e
Relações Internacionais**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. James Casas Klausen

**Rio de Janeiro,
Julho de 2021**



Nathan da Silva Rosário

**Através do corpo, para além da carne:
Corpo e corporeidade em Teoria Política e
Relações Internacionais**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio.

Prof. James Casas Klausen

Orientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Marta Regina Fernández y Garcia Moreno

Instituto de Relações Internacionais – PUC-RIO

Profa. Lara Martim Rodrigues Selis

Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2021

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Nathan da Silva Rosário

Graduou-se em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2018.

Ficha Catalográfica

Rosário, Nathan da Silva

Através do corpo, para além da carne : corpo e corporeidade em teoria política e relações internacionais / Nathan da Silva Rosário ; orientador: Jimmy Casas Klausen. – 2021.

161 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2021.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Corpo. 3. Corporificação. 4. Corporeidade. 5. Política. 6. Relações Internacionais. I. Klausen, Jimmy Casas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

Aos meus pais, Paulo e Zélia, pelo amparo, incentivo e confiança depositados em mim, apesar da inconsistência e inconstância com a qual descrevo meus caminhos. Obrigador por não desistirem mesmo quando eu queria e por me impelirem a prosseguir. Agradeço por todo o carinho e cuidado que, em suas particularidades, serviram e servem de baliza para essa caminhada.

Aos meus irmãos, Caleb e Levi, que me mantém ancorado nas partes de mim que tendo a esquecer e que na mesma medida me ajudam a me desvencilhar daquelas partes que já não reverberam. Obrigado por aceitar o processo e por toda a alegria com a qual me contaminam.

À memória de Graça e Zeraldo. À presença de Maria Carmita. O trajeto ao corpo passa pelos seus. Sou grato pelo tanto de vocês que ainda se manifesta.

À memória de Reinaldo. Que eu possa compartilhar contigo mais do que o jeito de andar. Por isso e pelo que deixou, obrigado.

À Thayna. Obrigado por enxergar o que me escapa, por testemunhar meus ciclos de maneira tão cuidadosa. Por isso e por tanto, obrigado.

A João Henrique, que presenciou e influenciou a gestação de inúmeras versões do esforço que compreende essa pesquisa. Se não foram seus dedos que digitaram comigo, tua presença por vezes me redirecionava como se estivesse ali. E estava. Agradeço, tu é parte.

À Isabela por constantemente me lembrar que as potências se manifestam de inúmeras formas. Por compartilhar comigo trajetórias nos chãos dessa cidade, e por provar que ausências não desmantelam o que foi criado, mas o apresentam de outras formas. Obrigado.

À Carol, pelo prazer de compartilhar tanto. Agradeço por ser a presença com a qual sempre pude contar e recorrer. Pela possibilidade do contato que por vezes é tão potente quanto o contato em si. Por isso, obrigado.

À Maria Carolina, com quem compartilhei as nuances dos processos seletivos, da permanência e do fim desse ciclo. Por ser referência em tanto, te agradeço.

A Glauber pelo esforço em manusear e expandir o contato. Pelo sorriso rápido, obrigado.

A João Pedro, cuja sutileza descreve um arco nas distâncias. Por fazer parte de muito do que amparou esse trabalho, agradeço.

A Elis, pela troca que se estabelece nos momentos possíveis. Pelo afeto, obrigado.

Aos amigos e colegas do Instituto de Relações Internacionais, em especial aqueles e aquelas da turma de 2019. que compartilharam comigo essa etapa da pós-graduação. De forma ou outra esse trabalho se apresenta a partir de nossos encontros e desencontros, e por isso sou grato.

Aos amigos e colegas do Centro Acadêmico de Relações Internacionais – CARI – com os quais minha trajetória acadêmica se iniciou e persistiu. Agradeço pelos momentos de tensão e desconpressão. Por me provarem que conhecimento se produz nas mais diversas situações, agradeço.

A minha rede de amigos e amigas na cidade do Rio de Janeiro. Por me ajudarem a construir morada para além das paredes, nas ruas e nos encontros, obrigado.

A minha rede de amigos e amigas em Macaé. Agradeço por realizarem os percursos que frustram as distâncias. E por me lembrar que não estou sozinho.

Ao meu orientador Jimmy Casas Klausen, por toda a paciência e confiança, em mim e nas muitas formas pelas quais se manifestaram minhas ideias. Pela atenção sempre presente, pelas conversas e direcionamentos, pelo esforço de acalmar as tensões, sou imensamente grato.

Aos professores do Instituto de Relações Internacionais, em especial Beto Yamato, Paula Sandrin e Paulo Chamon. Por servirem de referencial acadêmico e docente, por demonstrarem tanta sensibilidade e firmeza no decorrer da pós-graduação, lhes agradeço.

Ao professor Bruno Magalhães, com o qual tive o prazer de ser estagiário docente. Por se demonstrar sempre aberto a ideias parcialmente formuladas, agradeço.

A equipe do AND-LAB, em especial aqueles e aquelas que compunham o núcleo AND-LAB Rio de Janeiro. Pelos inúmeros momentos de partilha, pela fricção dos encontros, obrigado.

À Bertine e Helena, cujo amparo tornou essa trajetória possível. Muito obrigado.

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, e ao apoio institucional da Vice-reitoria para Assuntos Acadêmicos da PUC-Rio que garantiram a produção dessa pesquisa.

E por fim, ao conjunto de partes que chamo de corpo.

Resumo

Rosário, Nathan da Silva; Klausen, Jimmy Casas (Orientador). **Através do Corpo, Para Além da Carne: Corpo e Corporeidade em Teoria Política e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, 2021, xxxp. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em análises contemporâneas de Relações Internacionais e Política Internacional, o corpo é constantemente articulado, seja como interface sobre as quais se sobrepõem categorias analíticas caras a disciplina, seja enquanto instrumento de verificação dos efeitos de fenômenos internacionais e ordenamentos políticos. Entretanto é possível verificar, de maneira interna ao campo, a ausência de uma gramática que considere o corpo enquanto categoria política em si, excedendo suas delimitações qualitativas e suas dinâmicas particulares. Assim o presente trabalho intenta estabelecer a investigação do que se denominaria enquanto a “presença ausente” do corpo. Com isso objetiva-se tanto a sinalização da forma pela qual o corpo é classicamente articulado em teoria política como também seus possíveis desdobramentos em teorizações contemporâneas. A partir de ferramentas analíticas como os conceitos de corporificação e corporeidade, esta pesquisa promove um percurso sobre as problemáticas do corpo enquanto veículo político. Através ainda de um conjunto de literaturas que engaja com a multiplicidade de abordagens sobre o corpo, esse trabalho almeja contribuir com uma gramática corpórea que admita as potencialidades políticas de sua reorganização. Nesse sentido, através da conjunção de obras como as de Judith Butler, N. Katherine Hayles e Donna Haraway, por um lado e Gloria Anzaldúa, por outro, objetiva-se a sobreposição de um corpo que se admita em sua porosidade e relacionalidade, que atualize suas experiências de maneira a dar sentido e produzir política corporificada.

Palavras-chave

Corpo; Corporificação; Corporeidade; Política; Relações Internacionais; Auto teoria

Abstract

Rosário, Nathan da Silva; Klausen, Jimmy Casas (Advisor). **Through the Body, Beyond the Flesh: Body and Embodiment in Political Theory and International Relations**. Rio de Janeiro, 2021, xxxp. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In contemporary analyzes of International Relations and International Politics, the body is constantly articulated, either as an interface over which central analytical categories to the discipline overlap, or as an instrument for verifying the effects of international phenomena and political order. However, it is possible to verify, internally in the field, the absence of a grammar that considers the body as a political category, exceeding its qualitative boundaries and its particular dynamics. Thus, the present work tries to establish the investigation of what would be called as the “absent presence” of the body. This aims to signal both the way in which the body is classically articulated in political theory as well as its possible consequences in contemporary theorizations. Based on analytical tools such as the concepts of embodiment and corporeality, this research promotes a journey on the problems of the body as a political vehicle. Through a set of literature that engages with the multiplicity of approaches to the body, this work aims to contribute with a corporeal grammar that admits the political potential of its reorganization. In this sense, through the conjunction of works such as those by Judith Butler, N. Katherine Hayles and Donna Haraway, on the one hand and Gloria Anzaldúa, on the other, the objective is to overlap a body that is admitted in its porosity and relationality, which update its experiences in a way that makes sense and produces corporeal politics.

Keywords

Body; Embodiment; Corporality; Politics; International Relations; Autotheory

Sumário

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 10 |
| 2. Presente/ausente: O corpo enquanto objeto em teoria de Relações Internacionais | 21 |
| 2.1. Realismos, natureza humana e corpo | 21 |
| 2.2. Liberalismos, o sujeito e o corpo | 26 |
| 2.3. Escola Inglesa, anarquia e a forma sociedade | 33 |
| 2.4. Feminismos e estudos de gênero | 39 |
| 3. Anatomia: Panorama conceitual do Corpo | 46 |
| 3.1. Inseparabilidade e condicionalidade | 46 |
| 3.2. Quiasma: Corpo e linguagem | 48 |
| 3.3. Dentro e fora: Moebius e a contiguidade | 54 |
| 3.4. Mente e corpo: O que resta de Descartes | 60 |
| 3.5. O que compõe o corpo? O que pode o corpo? | 64 |
| 3.6. Substância e relacionalidade | 75 |
| 4. Dissecção: Corporificação e corporeidade | 79 |
| 4.1. Contingência: Precariedade e incoerência | 82 |
| 4.2. Complexidade: Fluxo e entrecruzamentos | 86 |
| 4.3. Híbridez: Materialidade e reorganização dos contornos | 89 |
| 4.4. Mente e corpo? Diferença sexual e corporificação | 92 |
| 4.5. Subjetividade e materialização: Diferença racial | 101 |
| 4.6. “Ser-junto-a”: Composição corpórea | 107 |

| | |
|--|-----|
| 5. Carne, sangue e fala: narrativas corpóreas | 114 |
| 5.1. Narrativa, autobiografia e auto teoria | 114 |
| 5.2. Corpo-fronteira: Corporificação e corporeidade | 124 |
| 5.3. Corpo-fronteira: Contingência, complexidade, hibridez | 144 |
| 5.4. Corpo-fronteira e Relações Internacionais | 149 |
| 6. Considerações Finais | 151 |
| 7. Referências bibliográficas | 157 |

Introdução

Este esforço de pesquisa, tem seu impulso no corpo. E talvez a maior decorrência de se ter origem nesse lugar – a partir de, e sobre uma estrutura corpórea – é o constante tensionamento da suposta incompatibilidade entre corpo e linguagem. Se, por um lado, assumirmos o caráter trágico que reside como consequência da aceitação desta “lacuna intransponível” (UNO, 2018, p.81), o presente exercício nasce morto, e as próximas linhas só farão adiar a conclusão já anunciada. Por outro lado, se assumirmos o corpo enquanto interface sobre a qual surgem as condições de possibilidade de produção de sentido e pensamento (JOHNSON, 2018), a trajetória se torna mais palatável. É o cruzamento entre essas duas posições que dita o andamento do projeto. Aqui retorno, é no tensionamento entre corpo e linguagem, na ambivalência de suas relações que reside o desconforto primeiro que mantém este trabalho: O que está em disputa, de maneira mais ou menos explícita, quando Kuniichi Uno afirma que o corpo daquele que escreve passa despercebido?¹ Qual a natureza dessa incomensurabilidade? E como lidar com a intuição – arbitrária na medida que todas as intuições o são – de que algo desse corpo permanece faltante, intransponível, intraduzível? Por fim – e como início – quais os compromissos éticos, políticos e ontológicos que, de maneira ou outra, garantem a distância entre corpo e linguagem, no campo da Teoria Política e na disciplina de Relações Internacionais?

Reescrevendo: o desconforto primeiro que organiza esse trabalho é a verificação deste suposto não lugar definido ao corpo no cânone da disciplina de Relações Internacionais. Ou, em contrapartida, do lugar onde a distância entre as palavras e o corpo se manifesta, um distanciamento entre aquilo que pode o corpo e aquilo a que o corpo serve – enquanto categoria de mobilização da política moderna. Aqui o léxico do campo admite alguns movimentos: há tanto a

¹ Em Uno: “A boca que come, grita, ri, beija é incompatível com aquela que fala. Alguém que fala, escuta, escreve, e lê quase sempre não percebe seu próprio corpo.” (UNO, 2018, p.81).

assimilação do corpo – em sua materialidade, condição de possibilidade do humano – em palavras que compõe o vocabulário do campo e da disciplina, como também o uso da categoria do corpo enquanto instrumento balizador da produção e organização de conceitos caros a produção no campo. Como exemplo do primeiro, temos as palavras cidadão, sujeito e população, todas essas subentendendo – e no processo definindo um lugar para – o corpo. Para o segundo, temos o conceito de corpo político e a discussão que abrange a passagem das atribuições políticas do corpo soberano, ao corpo nacional e ao corpo estatal no decorrer das transformações das formas de organização de agrupamentos políticos.

Dessa forma, o léxico do cânone marca algumas atribuições – lugares – do corpo. De Hobbes (1999 [1651]) à Waltz (1979), um tipo de corpo é invocado como estratégia para se pensar comunidades políticas: do ajuntamento de partes que compõem a estrutura corporal do Leviatã até a antropomorfização do Estado – e sua frequente abstração enquanto corpo político (LOCKE, 1994; NEOCLEOUS, 2003) – são traçados tanto os contornos iniciais das possibilidades políticas do corpo na disciplina, quanto a reprodução do distanciamento que verificamos entre este corpo desmaterializado enquanto linguagem e conceito (ESPOSITO, 2015) e aquele corpo que, ao mesmo tempo que se manifesta no cotidiano, escapa; nos referimos àqueles “aspectos do corpo” que só se apresentam entre a catástrofe da significação (UNO, 2012) e a gênese de sua presença (Ibid.).

A descrição do caráter fundante da condição corpórea, enquanto mediadora e interface da ação humana – e por decorrência, estrutura a partir da qual se constroem práticas políticas e de organização da comunidade – apontam o caráter dado do corpo e a facilidade de seu esquecimento (GREINER, 2006; GREINER & AMORIM, 2010). Por outro lado, é vasto o número de literaturas que, de maneira ou outra, marcam tanto a necessidade de se pensar a multiplicidade do corpo – seja via marcadores identitários, categorias relacionais de poder ou corporalidades dissidentes –, quanto a necessidade de contestação da imagem – em medida corpórea – a qual o cânone do pensamento político se refere.

Esta dupla-modulação do corpo – interface sobre a qual se desdobram e atravessam as categorias de ordenamento político e, ao mesmo tempo, aquilo que realiza a mediação e dá consistência as formas primordiais de ação política – possibilita o posicionamento daquilo que, mesmo enquanto “fenômeno completamente banal” (UNO, 2012, p.53), se faz indispensável no exercício

político e teórico. Enquanto interface, o corpo se manifesta de maneira contínua, a despeito do nível de atenção a ele alocado.

Firmadas as qualidades que, de maneira preliminar, informam tanto o acesso ao corpo, como sua utilização enquanto ponto de partida – e afirmação ontológica – marca-se aqui o retorno ao problema firmado na distância entre a linguagem e o corpo; entre a boca que come e a boca que fala (UNO, 2018, p.81). Em Uno, esta “lacuna intransponível”, o descompasso, a estranheza que descreve a operação do corpo sobre a linguagem – um tipo de operação específico, que se desvela entre o teatro e a dança – é impregnada por uma modulação de instabilidade, que se associa simultaneamente à retomada de um saber corpóreo, anterior a linguagem, e a destilação de um não saber, este atravessado pela linguagem. Existe aqui uma espécie de suspensão das forças externas à presença do corpo, e daquelas operações cognitivas e linguísticas que impõem ao corpo sentido e significado, encerrando a potência de rearticulação da experiência do corpo, em um saber descritivo, restritivo e nominal. A distância entre o corpo e a linguagem, dessa maneira, é a distância entre um corpo diagramado em um exercício de saber interessado no domínio de suas capacidades, e um corpo articulado na instabilidade de um exercício de não saber aberto a potência e possibilidade; entre uma experiência de linguagem descritiva, tendo por finalidade uma busca imediata por sentido e a experiência corporificada que encontra na linguagem instrumento de tradução do que escapa o diagnóstico.

A opção por tensionamento e posicionamento é justificada à medida em que este projeto não trata, somente, de um exercício diagnóstico onde se dispõem as cartilhas de problema e soluções possíveis, mas sim de um trabalho contínuo onde não se admite enquanto factível, um horizonte temporal teleológico no qual sejam dissipadas as formas de ordenamento de mundo contemporâneas. Se trata da tentativa, momento a momento, de habitar disposições de corpo e ferramentas teórico-práticas que buscam a precisão situacional: contentando-se com a escala do acontecimento íntimo enquanto amostra de processo de modulação de ordenamentos políticos.

Nesse sentido, a interface corpórea prevaleceria como instrumento rastreador daquilo que acontece nesta dobra; sinalizando tanto o caráter pervasivo dos modos de ordenamento de mundo, quanto a falha da tentativa de compartimentalização do corpo – e da ação corpórea – em porções separadas, entre

ação política e foro íntimo. A dobra compreenderia a constante aproximação e tensionamentos dessas esferas indissociáveis, marcando assim a necessidade de se pensar, tanto a forma pela qual os modos de ordenamento de mundo se articulam no íntimo, como as formas pelas quais mudanças nos modos de operação lidos como não políticos – aqueles lidos como pessoais demais, particularizados – fiariam linha de desdobramento da estratégia de rearticulação de mundo. Não se trata de uma afirmação irrestrita de alargamento da classificação do político, mas sim da porosidade da matéria em que consistem ambas as categorias de ação corpórea.

Dessa maneira se torna possível tanto a situação como o argumento pela contribuição que este esforço de pesquisa realiza. Em contraste com o trabalho realizado por Lauren Wilcox (2015) na explicitação de um acesso ao corpo em teoria de Relações Internacionais e a elaboração do corpo enquanto “presente ausente”, a mobilização que se intenta através desse projeto é o de reabilitação, tanto dos pontos de entrada e parâmetros que conciliam o corpo e o conteúdo clássico da disciplina, como também as rearticulações tidas como necessárias para a investigação do corpo em política internacional.

Apesar de inaugurar alguns dos impulsos traçados, o trabalho de Wilcox ainda se descreve através de uma veiculação clássica dos fenômenos de violência, não engajando para com as fundamentações ontológicas e metodológicas que permeariam um acesso alternativo ao corpo. A necessidade do recurso às teorias feministas, por um lado, e o da mobilização da autoria, por outro, promoveriam um inventário de novas tratativas do corpo, de forma a aproximar o campo dos fenômenos e dinâmicas mais imediatos de manutenção da realidade corpórea e de suas atribuições políticas. De maneira a mobilizar o corpo enquanto baliza e mecanismo orientador da proposta que esse trabalho encarna, a localização das veiculações correntes do tema, as mobilizações da categoria que perpassam teoria política internacional e o exercício de povoamento de suas mobilizações teóricas manifestam o panorama através do qual a proposta se veicula. Assim a trajetória almejada se apresenta, de forma a sinalizar e habitar as lacunas que comparecem ao exercício de investigação – através – do corpo. É por sobre essa trama que se localizam os esforços do último capítulo.

Assentados os impulsos que organizam este trabalho, descreve-se então sua organização, avançando os objetivos e contornos de cada capítulo. O capítulo 2 intenta estabelecer uma espécie de panorama dos engajamentos do corpo em teoria

clássica e contemporânea de Relações Internacionais. Nesse sentido o movimento almejado estaria mais conectado com, por um lado, a sinalização da forma através da qual o corpo comparece enquanto base conceitual para elaborações de teoria política e, por outro, a maneira através da qual o corpo, mesmo sendo categoria basilar de teorizações sobre a comunidade política e a forma Estado, é veiculado como categoria subjacente. Em outras palavras, estaria conectado a sinalização das dinâmicas de presença e ausência do corpo. Aqui a prevalência de um vocabulário que se organiza em torno da forma política do sujeito distancia o corpo enquanto a materialidade que possibilitaria justamente suas ações e atribuições políticas.

Dessa forma, mesmo sendo sinalizado o percurso através do qual a disciplina de Relações Internacionais é constituída enquanto campo autônomo de produção acadêmica, uma parcela dos autores e conceituações que embasam a cronologia do campo se valem, em alguma medida, de ideias e formulações sobre o corpo político do Estado e o corpo político do sujeito. É entre essa dicotomia – ou talvez ambivalência – que se estabelece um discurso clássico de uma teleologia da disciplina de Relações Internacionais que para sua consolidação se distancia das categorias de análise que a embasaram: o movimento de diferenciação e construção do campo, a elaboração do “Internacional” prevê a centralidade do Estado enquanto categoria de análise, entretanto, tal exercício parece desconectar a disciplina das parcelas que compõem sua estruturação. O corpo do sujeito, o corpo político do Estado-nação são centrais para as aspirações de consolidação da autonomia das Relações Internacionais, bem como a materialidade dos corpos que compõem a comunidade política. Todavia, o interesse a essa categoria de análise parece se dissipar.

Assim, embora seja possível argumentar um retorno ao corpo, seja através de teorias clássicas de Relações Internacionais que encontram sua preocupação central organizada em torno da categoria de violência e poder, ou através da reinserção do corpo enquanto categoria de análise a partir de críticas feministas ou raciais ao escopo da disciplina, a categoria – o corpo – parece não ser desenvolvida enquanto instrumento de análise em si mesma, necessitando, na maioria das vezes, de inflexões que a atualizem. Nesse sentido, a preocupação do campo com o cruzamento das categorias sujeito e violência, por um lado demonstra a constante atualização da “presença ausente” do corpo enquanto objeto de estudo para a disciplina de RI.

O argumento central do capítulo, dessa maneira, seria a verificação da ambivalência do corpo enquanto categoria de análise política. O percurso realizado através de algumas das escolas e teorias das RI demonstraria, então, a forma através da qual o corpo é por vezes situado enquanto categoria dada. Dessa maneira, suas atribuições refletiriam por um lado, a descorporificação do sujeito sobre o qual a disciplina versa e, por outro, a forma através da qual a analogia corpórea é remanejada para os fins de manutenção do campo.

Nesse sentido, as pretensões que organizam esse movimento estariam então conectadas ao engajamento para com uma modulação específica da ausência do corpo que possibilita o deslocamento do sujeito corpóreo do Estado, suas atribuições nacionais em contraste com o foco da disciplina na análise do Internacional; seria possível também estipular as formas pela qual, para a manutenção da disciplina, o corpo é transportado enquanto última consequência das ações dos Estados e não como instrumento que possibilita a ação política no decorrer das escalas de análise – local, nacional, internacional; e por último, a defesa por uma outra configuração de uma analítica corpórea que buscaria engajar com os mecanismos de produção e manutenção do sujeito corporificado, relacionados diretamente com a organização política da forma Estado.

No capítulo 3, por sua vez, propõe-se um breve percurso sobre a situação e engajamento do corpo fora do escopo das teorias de RI para demonstrar alguns dos avanços e problemáticas que animam a questão. Dessa forma, se estabelecem tanto a sinalização de desdobramentos específicos a partir do corpo como também a forma pela qual algumas disciplinas e teorizações se apropriaram do conceito enquanto estratégia analítica. Alguns dos movimentos inscritos nesse capítulo se valem, por exemplo, de uma espécie de monopólio do corpo por campos e disciplinas que necessitavam do engajamento para a sua manutenção. Situa-se aqui o grande número de autoras que compõem a dissertação, demonstrando um duplo movimento: O primeiro organizado em torno de quem ou quais sujeitos se valeriam do corpo enquanto conceito e categoria para suas proposições teóricas. O segundo na forma através da qual a não corporificação, ou uma corporificação específica habitaria a forma sujeito presente nas teorias sociais e, por sua vez, na disciplina de RI. Essa ambivalência entre presença e ausência do corpo – tendo a ausência do corpo como modulação de uma presença específica – sinalizaria então as estratégias de referenciação que compõe o sujeito político no campo da disciplina. Nesse

sentido o recurso a literatura fora do escopo das RI serve o propósito de construir um primeiro panorama analítico, uma construção preliminar para o engajamento com o corpo a partir de seu próprio vocabulário, ao invés de construções exógenas a ele.

É então a partir do engajamento para com as obras de Susan Bordo (1993) e Judith Butler (1997), por um lado, e as de Emma Rees (2017) e Mariam Fraser e Monica Greco (2005), por outro, que se constituem esses movimentos. Através do primeiro conjunto de obras tornam-se explícitos alguns dos alicerces que permitem a situação do “lugar” do corpo e suas atribuições mais imediatas, as quais por sua vez escoam na veiculação teórica do corpo. Dessa maneira se torna possível descrever um arco através das problemáticas caras ao engajamento analítico para com o corpo, como também a investigação daquelas que comparecem na sua utilização. É sobre essa malha que se estabelecem as noções do corpo enquanto condição restritiva – ou propositiva – da ação humana e ainda a instância da autoria como reverberação primeira das relações entre corpo, método e produção de conhecimento. Assim se estabelecem as delimitações – e as brechas – através das quais se apresentam configurações analíticas do corpo, sejam elas enquanto modulações de sua presença ou ausência – como na relação entre autoria, *self* e conhecimento científico – ou a partir dos tensionamentos inscritos em sua situação e posicionamento – em relação a categorias relacionadas de poder.

O segundo conjunto de obras, por sua vez, produz um percurso mais amplo de investigação das operações que compreendem os conceitos de corporificação e corporeidade. Presente também nessas análises é o entrecruzamento entre os aportes sociológicos e biológicos do corpo enquanto conceito, e a forma pela qual essa conjunção define seus desdobramentos teóricos. O conteúdo inscrito nessas veiculações serve tanto de base sobre a qual se instauram engajamentos contemporâneos ao corpo como também enquanto força fantasmática que faz gravitar esforços analíticos alternativos. Em outras palavras, os movimentos históricos de definição do corpo, seja através do vocabulário sociológico ou do vocabulário biológico ainda descrevem efeitos por sobre a manifestação política do conceito. É sobre esses antecedentes teóricos que se torna possível tanto o deslocamento analítico do conceito em proposições contemporâneas como a investigação e tensionamento das modulações desse corpo – na passagem entre o

corpo teorizado balizado por um referencial muitas vezes implícito porém delimitado.

Entre essas inflexões e modulações situam-se algumas questões: A relação entre interioridade e exterioridade do corpo, o caráter da inseparabilidade, a articulação entre corpo e linguagem, a dicotomia cartesiana. São essas algumas das questões que julgo preliminares para a elaboração de uma analítica corpórea. Nesse sentido, recorrer ao conjunto de autoras e autores que apresentam um percurso histórico e conceitual do corpo anima os objetivos e possibilidades de um engajamento mais específico para com a questão. Aqui se encontram também os argumentos de um certo essencialismo que garante o retorno ao corpo enquanto categoria primeira de ação política. Para esses argumentos se mobiliza uma resposta ambivalente: Sim, existiria uma potência inscrita ao corpo à medida que sua materialidade e atribuições encarnam a ação política, sendo o corpo a estrutura que garante a organização das comunidades e desdobramento dos sujeitos, inscritos ou não sob a forma do Estado-nação. Porém esse reducionismo ao corpo colapsaria as estratégias de análise político sociais. Para escapar de um argumento de que “tudo é o corpo” mobilizam-se as dinâmicas que o qualificam. Aqui comparecem os problemas da representação corpórea, a dicotomia entre a univocidade de um corpo discursivamente estabelecido e a pluralidade dos corpos aferidos em teoria social e ainda o relacionamento íntimo entre o corpo e a ordem.

Busca-se assim situar uma miríade de debates sobre o caráter e desdobramento político do corpo de forma a traçar, de maneira paralela, uma trajetória teórica do tema em conjunto com o percurso realizado pelo primeiro capítulo. Se, de um lado, temos a construção analítica da “presença ausente” do corpo em teoria de RI em um primeiro momento, por outro lado temos o movimento subsequente que encarna as configurações teóricas sobre o corpo a partir de escolas e autores que engajam diretamente para com a questão. Se tal ausência é modulada, o recurso direto ao tema se faz necessário. Se por outro lado uma presença específica é veiculada, são essas teorias alternativas que tornam possível mapear a maneira pela qual as teorias de RI engajam para com a questão do corpo.

A construção desse mapeamento, uma espécie de background teórico analítico que permite o contraste entre as duas grandes perspectivas teóricas – no caso RI e ciências sociais – e a questão corpórea. É através desse lastro teórico que se torna possível o engajamento, no próximo capítulo, para com teorizações mais

densas e a produção de um ferramental analítico que corrobora a investigação do “estudo de caso” almejado no último capítulo

Nesse sentido, o objetivo do capítulo 4, por sua vez, estaria conectado na elaboração e manutenção de conceitos específicos sobre o corpo, sobretudo as dinâmicas de corporificação e o conceito de corporeidade, estes essenciais para o engajamento com a categoria. A ideia central – ou o argumento que norteia o esforço – seria a investigação das dinâmicas de produção e reprodução do corpo, dos movimentos que orientam tanto a produção de realidades corpóreas como seus ordenamentos. Nesse sentido seria central para um engajamento com a temática a situação de obras que, em suas particularidades, sinalizam desdobramentos analíticos que posicionam o corpo e seus fenômenos de maneira a possibilitar uma espécie de reconciliação entre os vocabulários teóricos do corpo e a disciplina das RI.

Através das leituras selecionadas se estipulam tanto as delimitações do corpo enquanto instrumento de análise política como também as estratégias para a sua situação. A partir de Salamon e Ingram, se torna possível engajar para com as questões de diferença racial e sexual e seus desdobramentos sobre a materialidade corpórea. Por meio da leitura das três categorias de Arthur Kroker – a contingência, a complexidade e a hibridez – se torna possível a identificação de alguns dos contornos corpóreos e dos fenômenos e dinâmicas que se inscrevem no corpo. Via Judith Butler se torna possível identificar o caráter contingente do corpo e as condicionalidades que animam a performatividade corpórea. Através de Katherine N. Hayles, o caráter situacional e relacional do corpo e via Donna Haraway o movimento de extensão da materialidade corpórea através do hibridismo pós-humano. Essas três veiculações constituem uma configuração e caracterização das dinâmicas de ordenamento do corpo de forma a demonstrar o corpo enquanto estrutura ontologicamente precária, permeada pela contingência de suas atribuições e desdobramentos, passível de extensão e reconfiguração de suas subjetividades e materialidades, entremeado por uma rede de relações e posicionamentos que o configuram enquanto tal temporalmente e espacialmente. É através dessa complexificação da categoria do corpo que se torna possível, em conjunto com as analíticas da diferença racial, sexual e de gênero, aproximar esse sujeito corporificado das atribuições caras a disciplina de Relações Internacionais.

Os objetivos desse capítulo seria, então, em um primeiro momento qualificar a categoria analítica do corpo e, em segundo, oferecer um conjunto de instrumentos que animam a sobreposição desses movimentos. Em Gloria Anzaldúa – a autora que orienta o capítulo 5 – temos a verificação de muitas dessas categorias e instrumentos de análise, mas seria possível por outro lado, elencar outros corpos de literatura nos quais se verificam os conceitos apresentados. A conexão entre o terceiro e o quarto capítulo se dá a partir dessa relação entre a apresentação de instrumentos – ou a seleção das lentes – que possibilitariam uma nova orientação no engajamento para com a narrativa proposta. Aqui os conceitos apresentados permitiriam a leitura das dinâmicas de manutenção da corporeidade e subjetividade do sujeito.

Aqui sinaliza-se, embora de maneira implícita, a compatibilidade do vocabulário da corporificação e corporeidade para com a forma do sujeito cara ao campo. Seria possível, através desses instrumentos, a conjunção dessa modulação do corpo aos fluxos de ordenamento e poder que animam tanto as teorizações clássicas como as teorizações contemporâneas de RI e política internacional.

Nesse sentido, o capítulo 5 encarnaria, através da narrativa de Anzaldúa, todas as proposições anteriores, demonstrando um corpo forjado através de sua relacionalidade, moldado por sua situação, reorganizado por processos transversais. Se possível a análise da obra de Anzaldúa por intermédio desse ferramental teórico, talvez se tornaria possível também a sua extensão. Em outras palavras, é a partir do conjunto de procedimentos que animam o corpo da autora, corpo esse profundamente marcado por fluxos e redes relacionais de poder que se estruturam também através do sistema internacional, que se verificam os contornos da abordagem que se pretende avançar por meio dessa dissertação. Dessa maneira, um primeiro movimento de posicionamento da narrativa e da auto teoria como instrumentos compatíveis com o campo das RI, via Inayatullah, qualifica a obra de Anzaldúa para, em conjunto com o ferramental do terceiro capítulo, dissecar o funcionamento e manutenção de seu corpo. Existiria algo na autora que ressoa para com a malha cruzada das experiências corporificadas na América Latina. A forma através da qual a autora verifica suas dinâmicas de corporificação através do imperialismo e da colonialidade integrariam a forma pela qual, aqui, se realiza a manutenção da corporeidade. O objetivo desse capítulo seria então o colapso da estrutura da dissertação, culminando em um estudo de caso que, após o primeiro

movimento de situação, possibilitaria a convergência das experiências. O argumento seria então o da reintegração do corpo, via corporeidade e corporificação, enquanto objeto de análises de RI a partir de uma malha transversal e interdisciplinar, que culminaria na legitimação do corpo na disciplina.

Por fim, as considerações finais deste trabalho se organizam em torno da sinalização dos resultados de cada movimento analítico, promovendo ainda um aceno a proposições teóricas e possibilidades de investigação que reverberam as preocupações que animam a pesquisa. Assim intenta-se tanto o desdobramento dos procedimentos e argumentos apresentados, suas limitações e ainda a inauguração de possíveis continuidades para os esforços analíticos dispostos.

Presente/ausente: O corpo enquanto objeto em teoria de Relações Internacionais

2.1. Realismos, natureza humana e corpo

Engajar com teorias clássicas de Relações Internacionais e Política Internacional a partir do corpo evidencia o que Lauren B. Wilcox (2015) sinaliza como “uma teorização frequentemente mais implícita que explícita” (Ibid. p.17). Se por um lado o argumento da autora se concentra na “presença ausente do corpo” a partir de uma teorização da “corporeidade”² do sujeito e a leitura de que “em teorias convencionais de Relações Internacionais corpos foram problematicamente entendidos em termos humanistas liberais”³ (Ibid. p.17) as teorias que inauguraram a consolidação do campo contrastam as categorias do sujeito e do Estado enquanto níveis de análise caros a Política Internacional. Dessa forma, a necessidade de investigar a sobreposição entre os corpos políticos que configuram a legitimidade do Estado e a leitura dessa categoria em termos análogos ao corpo.

Existiria, então, em uma parcela das literaturas caras para as tradições realistas em Relações Internacionais, o recurso as obras e conceituações que realizam o intercâmbio entre uma construção política do sujeito e as dinâmicas que regem sua interação no nível doméstico, e o comportamento dos atores ao nível internacional – os Estados. Esse exercício, frequentemente acompanhado por uma estratégia retórica de antropomorfização, equipara a interação dos sujeitos – e as supostas leis que regem a mesma – com as relações verificadas na análise do sistema internacional. Direcionada as dinâmicas de violência inseridas nas tradições realista e liberal em Relações internacionais, a leitura de Wilcox permite a reconstrução da tradição e influência hobbesiana. A leitura do “estabelecimento da comunidade política que exclui violência do campo doméstico” (WILCOX, 2015,

² O termo corporeidade, assim como corporificação, se posicionam como traduções possíveis ao termo *embodiment* e suas correlações.

³ Nota de tradução: Todas as citações retiradas de textos em língua estrangeira correspondem a traduções realizada pelos autores. Dessa forma omite-se a sinalização *tradução nossa* a cada citação realizada.

p.18) transporta o estado de natureza hobbesiano para o campo internacional. São duas as aberturas que constituem esse movimento: a primeira é marcada intensamente pela construção imagética da natureza humana, que na tradição realista é constituída pela articulação da violência e da autopreservação. A segunda, ainda em Hobbes, é a da submissão dos sujeitos políticos ao corpo do Leviatã. Essa sobreposição de corpos em corpo, na figura invocada pelo autor sinaliza uma univocidade ambivalente: inerentemente bélica, por um lado, mas submissa à medida que a necessidade por segurança, no propósito de autopreservação, é integrada enquanto prioridade da comunidade política. O sujeito hobbesiano é, dessa forma, definido pela “presença ausente” (WILCOX, 2015, p.17) da sua condição corpórea, sinalizada constantemente na eminência de ameaças físicas: “os objetos que devem ser defendidos pelo estado são, em primeiro lugar, os corpos que vivem e respiram, dos humanos enquanto organismos” (Ibid. p.18).

Dentro da tradição realista, Hans Morgenthau (2003) invoca uma imagem da natureza humana consonante com as delimitações hobbesianas, esta sob a qual “as leis da política têm suas raízes” (MORGENTHAU, 2003 p.5) A racionalidade do realismo político, para o autor, tem suas bases no conceito de interesse “definido em termos de poder”. A objetividade e a ordem, necessárias para a elaboração de uma teoria realista de política internacional, está intrinsicamente conectada a imagética hobbesiana e a tradição ocidental em pensamento político que encarna o sujeito – ou o corpo político – em contornos racionalizados. O signo da razão dessa forma, suplanta aquelas proposições do corpo não endereçadas pelo cálculo dos interesses definidos em termos de poder. Afinal, a eminência da erupção de ameaças à segurança e a vida dos sujeitos seria a principal preocupação da tradição realista. Em consequência, verifica-se o transporte desses elementos orientadores a arena internacional e aos corpos políticos – o conjunto de Leviatãs – que a habitam.

Na esteira da elaboração racionalista da política internacional, Morgenthau verifica um comportamento social supostamente delimitado por “padrões repetitivos” (Ibid. p.11). E é a partir dessa elaboração que o autor elenca as circunstâncias pelas quais a interação no sistema internacional é desencadeada. Dessa maneira a univocidade da imagem racional, dos interesses definidos em termo de poder, constituiria “uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente” (MORGENTHAU, 2003, p.16). A ambivalência da noção de interesse – “parte da

essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar” (Ibid. p.16-7) – enquanto categoria onipresente, porém cambiante em significado é estendida ao conceito de poder. O autor aqui sinaliza que o conteúdo e maneira pela qual interesse e poder são articulados e entendidos muda de acordo com contexto político e cultural. No entanto, a base racionalista sobre a qual ambas as categorias estão erguidas parece não sofrer alteração. Existe, de maneira necessária ao empreendimento realista, a invocação retroativa, via Tucídides e Weber (Ibid., pp. 17-18) do interesse enquanto categoria política fundamental.

É com base nessa construção retórica e imagética da natureza humana que se estabelecem os contornos dos corpos hobbesianos que encarnam a tradução realista em política internacional. O corpo “artificial” (WILCOX, 2015, p.18) do Leviatã se dá na submissão dos corpos políticos que o encarnam. Wilcox lê a metáfora do Estado enquanto corpo – “a comunidade humana nos termos orgânicos do corpo político” (Ibid., p.19) – da seguinte forma:

O corpo que deve ser protegido pelo estado assim como o corpo que é a representação do estado não é só um corpo natural, mas também um corpo que é autocontido e autogovernado, internamente organizado, e demarcado por fronteiras concretas. Segurança então significa estabelecer e proteger esse corpo autogovernado como um organismo (WILCOX, 2015, p.19)

Essa dinâmica, demarca a unidade e univocidade do corpo político. A metáfora e o movimento de antropomorfização do estado permitem um duplo movimento de naturalização corpórea nos contornos da singularidade, univocidade, e indivisibilidade (Ibid.). Dessa forma, são frequentemente delimitados três tipos de corpos simultaneamente, o corpo concreto dos sujeitos, os corpos políticos sobrepostos a suas estruturas biológicas, e o corpo político do Leviatã nos contornos estatais.

Sobre essa elaboração, portanto, a normatividade da retórica da natureza humana encontra respaldo. É ainda a partir desta que o poder soberano estatal se consolida, e a primazia da categoria de interesses ganha consistência em Morgenthau. A naturalização da violência política, em Wilcox, é endereçada pela analogia corpórea e suportada pela retórica do estado de natureza hobbesiano. Apesar do argumento de Morgenthau por um realismo político baseado numa “concepção pluralista da natureza humana” (2003, p.26) essa pluralidade sobrepõe categorias segmentadas de forma que o “homem real é um ente compósito do ‘homem econômico’, do ‘homem político’, do ‘homem moral’(...)” (Ibid.). O

colapso da multiplicidade de “homens” no “homem” – ou de corpos no corpo – não resvala na leitura de multiplicidades não marcadas por uma racionalidade e pela consecução de interesses em termos de poder. O realismo político de Morgenthau, ambivalente em sua multiplicidade, demarca limites fixos entre essas facetas, de forma que “para compreender cada uma delas, é necessário tratar de cada uma em seus próprios termos” (Ibid. p.27). Estende-se, dessa forma, a analogia orgânica do corpo político, devidamente ordenado à medida que composto por diversas segmentações biológicas subsumidas a uma ordem unívoca que garante seu funcionamento.

Stefano Guzzini (1998) em sua sociologia histórica do realismo, identifica as delimitações da abordagem clássica, veiculadas pelas obras de E. H. Carr e Morgenthau. Ao identificar a elaboração da crítica realista ao idealismo político, Guzzini sinaliza os limites da conceituação da “harmonia de interesses” (GUZZINI, 1998, p.20). Para o autor, a crítica realizada por Carr sublinha a relação de uma ética derivada da política, e valores derivados do poder (Ibid.). O argumento pela “harmonia de interesses” demonstraria uma configuração específica de poder que implementa uma tipologia de interesses particulares e universais (Ibid.). Nesse sentido, verifica-se em Carr, via Guzzini, a correspondência entre a “harmonia de interesses” e a ideologia do *status quo*, consonante com a racionalização dos desejos por autopreservação por parte dos estados. A crítica ao idealismo de Carr, dessa forma, simbolizaria uma abordagem realista ainda marcada pelos contornos de uma natureza humana, supostamente verificada por uma historiografia dos interesses em termos de poder, materialista em suas influências e aspirações (Ibid., p.22).

Se por um lado Carr evita uma conceituação sobre a natureza do poder (GUZZINI, 1998, p.23) Morgenthau ilustra a categoria a partir de uma influência, em medida consonante com os argumentos hobbesianos, por uma natureza humana definida em termos de poder: Entretanto, são duas as formas pelas quais o autor engaja com o “clássico problema realista de tratar não indivíduos, mas estados, como os atores em Relações Internacionais” (Ibid., p.26). A primeira é definida pela referência a uma elite política como os sujeitos de política internacional, contrastada, por Guzzini, com o advento do conceito de soberania popular, que delimita o problema do “conceito de um ator nacional unitário” (Ibid.) para a teoria realista. Em contrapartida, a segunda forma passa pela discussão do fenômeno

nacionalista que “serve como ponte conceitual entre o individual e o ator estatal unitário” (Ibid.). Aqui, a redução do estado a um ator unitário encontra ressonância para com a veiculação da leitura dos estados como indivíduos, o que por sua vez implica no transporte do aporte biológico concreto da natureza humana, à estrutura dos estados. Apesar de Guzzini sinalizar que, em Morgenthau, o transporte da “luta por poder” e a discussão nacionalista englobem a pluralidade interna aos estados – desmantelando, de certa forma, o argumento da unidade e univocidade, prescindindo o argumento pela natureza humana (GUZZINI, 1998, p.26) – a influência do ordenamento orgânico do corpo, inserida na leitura dos estados como indivíduos, permanece.

Ainda inserido no compêndio realista em teoria de Relações Internacionais, Kenneth Waltz a partir da sua elaboração das três imagens para o entendimento das origens da guerra – natureza humana, tipologia dos regimes estatais ou as características do sistema internacional (GUZZINI, 1998, p.126). – atravessa o que se expõe aqui como a relação descrita entre a natureza humana e sua estrutura corpórea. Apesar de descartar a primeira imagem como a origem da guerra, e se concentrar na terceira imagem, permanece na elaboração de Waltz, em medida, a sobreposição de uma parcela das atribuições corpóreas que sustentam o conceito de natureza humana. A prevalência da discussão estruturalista e sistêmica que sustenta a construção da terceira imagem para o autor distingue o sistema internacional de outros sistemas a partir da verificação de sua anarquia subjacente (GUZZINI, 1998, p.127). Se por um lado a analogia corpórea e a relação incipiente entre natureza humana e corpo se dissolve nos argumentos neorrealistas de Waltz, por outro, a opção pela conceituação e vocabulário sistêmico reintegra, mesmo que de maneira fugaz, a possibilidade de correlação entre a estrutura sistêmica e a organicidade do corpo.

Os interesses descritos pela produção neorrealista em Relações Internacionais, na obra de Waltz e na análise histórica e sociológica de Guzzini representam, dessa forma o distanciamento fundamental da disciplina do nível dos sujeitos e dos corpos que consolidam a estrutura estatal. Embora a sinalização da correlação entre sistema e organicidade corpórea se torne possível, a partir de uma leitura generosa da tradição realista e neorrealista em Política Internacional, os devidos distanciamentos simbolizam, em medida, a consolidação da autonomia e legitimidade do campo nas Ciências Sociais. A elaboração dos “interesses em

termos de poder” de Morgenthau e o conceituação sistêmica de Waltz se demonstram paradigmáticos no movimento de “presença ausente” da teorização do corpo em teoria de Relações Internacionais. Por um lado, a influência das concepções em torno de uma “natureza humana” retiram, da condição corpórea dos sujeitos, suas atribuições mais marcantes, como o caráter bélico normalizado da busca por sobrevivência, e as capacidades necessárias para assegurá-la. Por outro lado, é a partir de teorias realistas e neorrealistas em Relações Internacionais que se institui o movimento de eleição do Estado como categoria e nível analítico primordial.

Não basta, dessa forma, o argumento pessimista acerca do distanciamento do corpo enquanto instrumento de teorização, uma vez que, de saída, essas escolas clássicas de política internacional direcionam suas preocupações normativas, e esforços de consolidação, para a arena que compõe sua particularidade frente outros estudos em Ciências Sociais. O interesse da construção historiográfica e conceitual dessa seção não se dá na crítica a ausência programática do corpo, mas sim a verificação dos movimentos necessários ao campo de Relações Internacionais em sua instituição. Se, em medida, o corpo enquanto objeto de análise é escamoteado, é pelo exercício de sobreposição entre corpos políticos e o Leviatã, entre a segurança individualizada dos sujeitos e a segurança generalizada do Estado-nação que a tradição realista e neorrealista se consolida, e por sua vez a “presença-ausente” do corpo se verifica. Afinal, é na tensão entre as capacidades de poder e a necessidade de autopreservação do Estado e a autopreservação dos sujeitos – e corpos – que o compõem que se estabelece os contornos desta tradição de pensamento.

2.2. Liberalismos, o sujeito e o corpo

Wilcox (2015) aponta que o pensamento político liberal realiza o distanciamento das preocupações hobbesianas para com a autopreservação e direciona seus esforços para a garantia de interesses e desejos exógenos a segurança corpórea do sujeito (WILCOX, 2015, p.20). A autora identifica que: “este sujeito liberal não é só um corpo que é ameaçado pela violência de fora do estado soberano, mas que é sempre, ao menos potencialmente, ameaçado pelo estado ele mesmo” (Ibid. tradução nossa.). Ainda em Wilcox, é possível identificar as formas pelas quais o medo e a necessidade por segurança constituem um duplo movimento: em

um primeiro momento constitui a legitimidade do poder soberano na defesa dos sujeitos – e corpos – que o constituem. Em um segundo momento é esse desejo por segurança, e o “medo da crueldade” que limita o poder governamental e a violência do Estados para com seus sujeitos (Ibid.). Dessa maneira, Wilcox identifica que a possibilidade da violência possibilita o estabelecimento de uma comunidade política que rejeita os contornos bélicos da “natureza humana” e promove, em contrapartida, um tipo de sociedade interessada na promoção de outras capacidades a seus sujeitos, através da razão. O contraste entre uma racionalidade beligerante realista e a racionalidade liberal institui os contornos da abjeção a violência e os limites do poder soberano. Outro movimento instituído pelas escolas liberais em teoria política é a estrutura normativa de direitos humanos, de maneira a constituir essa rede de proteção a indivíduos “contra a interferência governamental” (WILCOX, 2015, p.21). A estipulação “do corpo do cidadão como sacrossanto” (Ibid.) é símbolo desse movimento:

O corpo, no liberalismo, é um corpo cujo funcionamento natural é protegido e cujas necessidades são sanadas de maneira que o sujeito possa transcender tais preocupações para crescer e prosperar de acordo com seus interesses e desejos (WILCOX, 2015, p.21)

Dessa maneira a estruturação do pensamento liberal estipula atribuições que descrevem ao sujeito posse de seu próprio corpo enquanto direito primário. Ademais, os contornos do sujeito liberal admitem sua racionalidade, autonomia e soberania individual (Ibid. p.22).

Outra influência aferida nas considerações liberais acerca do corpo é a tradição do *cogito* cartesiano, a separação e relacionamento entre mente e corpo. Wilcox descreve essa estruturação de forma a sinalizar a prevalência dos desejos da mente sobre a organização biológica e as capacidades corpóreas. Esse tipo de formulação identifica os rastros do predomínio de uma imagem cartesiana de segmentação do corpo. Para a autora, o sujeito liberal de John Locke corrobora a ideia de um corpo mecânico animado pela mente (Ibid. p.22). A mente do sujeito, objeto de suas capacidades políticas, estende à estrutura corpórea suas atribuições. É somente através da razão, no entanto, que o sujeito liberal assume seus contornos e usufrui de sua soberania. Apesar das considerações liberais acerca da razão demonstrarem, em medida, a possibilidade de comunicação entre as atribuições políticas da mente, sob os traços de sua subjetivação, e o corpo, Wilcox sinaliza os

limites dessa subjetividade liberal, identificando as formas pelas quais a tradição liberal exclui determinados corpos de seu escopo (Ibid.). A autora demonstra como

Aqueles cujos corpos estão fora do padrão definido por homens brancos burgueses e heterossexuais, são considerados enquanto inapropriadamente corporificados e, dessa forma, incapazes da razão requerida para a participação na vida pública. (WILCOX, 2015, p.22)

É estipulada, dessa forma, o contraste entre um movimento de reaproximação do corpo enquanto receptáculo da estrutura que gerencia a vida política – o sujeito – e as delimitações que descrevem uma tipologia hierárquica de corpos apropriados e merecedores das atribuições e direitos descritos pela estrutura do Estado, e aqueles à margem de seu usufruto. A tradição liberal, dessa forma, postula uma ambivalência entre a inclusão e exclusão de corpos da esfera política.

A autora demonstra, ainda, a “disjunção radical” entre sujeito e corpo para as tradições liberal e realista em política internacional (WILCOX, 2015, p.22). Uma vez que os corpos, para essas escolas de pensamento, preexistem à política, a disjunção se dá na necessidade material dos corpos para o exercício político do sujeito, e a sua teorização e consideração para fora do escopo político. Em outras palavras, a condição corpórea é a “presença ausente” fundamental para o funcionamento das leis de ordenamento da convivência política sob as estruturas do Estado, indispensável para o seu desempenho, embora largamente fora de suas considerações primordiais.

De forma a continuar a análise das relações dispostas entre a tradição liberal de pensamento político, os sujeitos e o corpo, verifica-se, na obra “A Grande Ilusão” de Norman Angell (2002) as associações entre a defesa da comunidade política e a defesa do capital, nas elaborações que postulam a defesa da população e a defesa das estruturas e capacidades comerciais dos Estados (ANGELL, 2002, pp.22-23). Dessa forma a crítica organizada por Angell a possibilidade de aniquilação material de um Estado a partir das devastações físicas pelo uso da força e da violência encontra respaldo em seu argumento da impossibilidade de devastação do comércio de uma nação. O autor identifica então a relação de direito descrita pelas capacidades comerciais do Estado e sua população, à medida que o “comércio depende da existência de riquezas naturais e de uma população capaz de utilizá-las” (Ibid.): A relação disposta entre força de trabalho e capital para Angell descreve, por um lado, a necessidade de manutenção dos corpos na garantia do

mercado “real ou potencial” definido pela população (Ibid.). Os contornos da relação entre corpo e Estado assumem suas características simbiótica a partir do comércio.

A impossibilidade da conquista de territórios através do uso da força e da violência reside na improdutividade do esforço de guerra via estruturas liberais de comércio. Se para Wilcox a relação entre corpos, sujeitos e violência, na tradição liberal, é definida através da garantia da integridade física e material dos corpos em sujeição (WILCOX, 2015, p.22), para Angell (2002, p.23) a base material e orgânica dos sujeitos encontra suas garantias em razão de suas capacidades comerciais. O corpo, nesse caso, é sujeito por intermédio das expectativas liberais de sua produtividade, *vis-à-vis* as estruturas comerciais e capitalistas do Estado-nação. Nesse sentido, a razão e subjetividade liberais englobam a materialidade do trabalho e o direito à propriedade privada estende-se ao corpo. Ainda em Angell os habitantes de um Estado, são os “únicos e verdadeiros proprietários da riqueza correspondente” (ANGELL, 2002, p.26). Tal afirmação, mobilizada na crítica do autor ao uso da força e poderio bélico na forma de guerra, aponta para a sobreposição entre corpo, capacidades materiais, e estruturação do Estado. É a partir do argumento do autor conta os supostos benefícios de um esforço de guerra que se estabelecem as relações entre o asseguramento do território e de seus habitantes e as faculdades comerciais do Estado. Dessa maneira, a segurança econômica, em Angell se sobrepõe a segurança política, de forma a sinalizar que o esforço de conquista, nas suposições analisadas pelo autor, se mostraria infrutífero (ANGELL, 2002, pp.31-32).

Angell, ainda, tece considerações acerca da natureza humana (ANGELL, 2002, p.167). Para o autor, o argumento da imutabilidade da natureza humana promove uma leitura desconectada do sentido e das modificações recentes – à época – dos sentimentos do homem e da sociedade. Sua leitura da honra enquanto balizador de conflitos e disputas descreve um arco dos impulsos pessoais de preservação até os impulsos patrióticos de garantia da honra nacional (Ibid. p.171-172). Adjacente a este argumento, o autor tece a descrição da passagem da defesa do sentimento patriótico para as guerras religiosas na Europa do século XVII. (Ibid. p.173). O ponto, aqui, seria a “mudança radical havida não só no espírito mas no coração dos homens” (Ibid.). Angell sinaliza, dessa forma, uma espécie de progressismo racional que englobaria o distanciamento aos conflitos militares entre

Estados. O autor verifica o paradoxo promovido pelos “defensores da guerra” (Ibid. p.180) que destoam um comportamento bélico estrangeiro e a tendência a paz sob os arcabouços de seus próprios contornos nacionais. Esse argumento da externalização da possibilidade do confronto, frente a uma imagem interna da propensão a paz promove a anulação das teorias que defendem o uso do esforço de guerra como a balizador do comportamento e interações entre Estados. O autor sinaliza “as ocupações propícias ao desenvolvimento das qualidades industriais e pacíficas excedem enormemente as que associamos à guerra” (Ibid. p.181).

Entretanto, Angell sinaliza a tendência de conformidade a uma “‘lei primordial’ a ganhar o pão com o suor do rosto” o que constituiria uma imagem da natureza humana, mais uma vez, conectada a uma índole racional e ao trabalho como instrumento de aspirações comerciais. Essas considerações contrastam a tensão entre uma natureza humana volátil, mas ao mesmo tempo conformada a tendências universalizantes pacíficas, de forma a postular o distanciamento da imagem bélica extraída de uma natureza humana hobbesiana, remontada ao momento anterior da organização de comunidades políticas, e as pretensões pacíficas, verificadas pelo autor no decorrer dos séculos XIX e XX.

Importante verificar, que a contrapelo dos argumentos realizados por Angell, os períodos históricos nos quais se embasam suas análises são marcados pela incidência de guerras e conflitos que, após a publicação de sua obra em 1910, vem a dismantelar, de maneira empírica, as aspirações pacíficas organizadas pelo autor. Aqui, interessam não só as formas pelas quais os argumentos do autor são confrontados pela incidência de eventos históricos imediatos, como a Primeira Guerra Mundial, mas as maneiras pelas quais sua imagem da natureza humana – mutável, porém tendenciosa – é deslocada. O endereçamento da relação disposta entre racionalidade, pacifismo, e o progressismo cimentado sob as relações de produção e comércio, sinalizadas pelo autor, descreve o descompasso entre a imagem de uma humanidade – corpo e sujeito – pretendida, e a reincidência dos fenômenos de violência institucionalizados por Estados, através do esforço de Guerra.

A partir das considerações traçadas por Angell, se torna possível, mais uma vez, a identificação da subteorização do corpo enquanto componente ausente das elaborações mais proeminentes de sua tradição liberal, e de maneira proporcional, a sua centralidade enquanto instrumento a partir do qual se erguem as aspirações

do sujeito e do corpo que animam as dinâmicas de conservação das comunidades políticas sob a estruturação de Estados nacionais. Dessa forma, as delimitações das atribuições políticas do sujeito – e da corporeidade – liberal compreendem a racionalidade marcada pelos anseios comerciais, a centralidade do direito e garantia da segurança individual, e ambições pacifistas oriundas de uma natureza humana adaptável e distante de corolários belicosos das teorias clássicas de Política Internacional. O signo da cooperação (ANGELL, 2002, p.213), nesse sentido, suplanta as tradições e leituras realistas sobre a natureza humana, marcando “a verdadeira lei biológica da sobrevivência e do progresso da humanidade” (Ibid. p.213). O autor, dessa forma, sinaliza as dinâmicas que organizam o sentido do uso da força enquanto fator que contribui, ou não para o progresso das comunidades políticas. O argumento, aqui, continua sendo a prevalência da cooperação e das aspirações pacifistas frente uma racionalidade outra, conectada as tendências conflituosas. Em outras palavras, para o autor, a necessidade do uso da força enquanto garantia da cooperação das partes do corpo social simboliza os princípios da racionalidade liberal enquanto balizador da organização das estruturas estatais.

De maneira destoante das considerações a respeito da natureza humana por Angell, o argumento kantiano da paz perpétua conserva em seu âmago a mesma preocupação realista sobre o estado de natureza como estado de guerra. É sobre este tipo de consideração que o autor afirma que um estado de paz entre homens – entre corpos e entre estados – deve ser “formalmente instituído” (KANT, 1991, p.98). Os artigos preliminares para a Paz Perpétua, dessa forma, estabelecem diretrizes para a implementação de um sistema de garantias que possibilitem a suspensão de hostilidades e a convivência pacífica. Se por um lado os argumentos de Norman Angell constituem uma análise superficial da condição do sujeito enquanto elemento fundamental das comunidades políticas, Immanuel Kant, por sua vez, postula os princípios de uma constituição republicana embasada sobre proposições legais. Dessa forma, os princípios da liberdade, da dependência de uma legislação comum, e o da igualdade legal delimitam as atribuições do sujeito liberal que habitaria, e engendraria, o contrato social da comunidade republicana sob a forma de um Estado liberal. O corpo, sob a ótica Kantiana, concentra três tipologias da condição humana; nas palavras do autor, cada aspecto corresponde aos princípios liberais da constituição republicana sendo, dessa maneira, a condição de homens,

de sujeitos, e de cidadãos. O corpo se torna a estrutura subjacente às aspirações da paz perpétua, sendo a matéria que corporifica o sujeito liberal.

Ainda sobre a forma de organização das comunidades políticas, Kant realiza o transporte da imagem do corpo – ou do indivíduo – ao Estado, de maneira a equiparar a forma Estado-nação com a forma do indivíduo no estado de natureza (KANT, 1991, p.102). É a partir dessa construção que se torna possível o argumento por uma estrutura governamental nos moldes de uma federação de estados. A “federação pacífica” (Ibid. p.104) descreve dessa forma a proposta de uma organização política que permita o estabelecimento da rede de garantias necessárias a preservação das liberdades individuais de cada Estado.

Outro princípio definitivo para a Paz Perpétua é a relação traçada entre o direito cosmopolita e a hospitalidade universal (KANT, 1991, p.105). O argumento kantiano, dessa forma, estipula delimitações a hostilidade e a promoção de um direito universal da humanidade baseado na garantia da segurança as liberdades individuais sob a ótica de direito cosmopolita. A imagem de uma comunidade natural, dessa forma, é sobreposta a uma espécie de impulso, ou pulsão, inescapável de partilha da terra – ou do mundo – pelos seres que a habitam. A forma do direito cosmopolita kantiano, por sua vez, está invariavelmente conectada a esta disposição natural, a uma forma política interessada na garantia das liberdades individuais e universais. Esta “inclinação natural para o acordo entre homens” (Ibid. p.108), característica fundamental ao pensamento do autor, marca uma leitura universalista das dinâmicas de organização da comunidade política, de forma a situar, no direito público político, internacional e cosmopolita, as formas pelas quais se instaurariam o sistema de garantias da Paz Perpétua.

Sob o direito político público, o autor verifica a suposta inclinação natural da organização política do Estado, na neutralização das energias autocentradas dos sujeitos que o compõem, promovendo a eliminação de seus impulsos destrutivos (KANT, 1991, p.112) Em outras palavras, seria natural uma forma de organização política dos impulsos individuais para um fim comunitário, de forma a estipular um impulso compatível com as aspirações da Paz Perpétua. Sob a ótica do direito internacional, Kant descreve um desejo natural pela paz, que só é cooptado pela permanência no estado de guerra devido a aversão ao despotismo de uma monarquia universal (Ibid. p.113). O argumento realizado pelo autor descreve os limites da inclinação aos impulsos pacifistas em razão da forma pela qual as

liberdades individuais dos Estados assumem a proeminência de suas prioridades. A racionalidade embutida nesse cálculo tem, por sua vez, o encontro com as diferenças linguísticas e religiosas que, segundo seu argumento, impediria a produção de relacionamentos pacíficos entre Estados. Seria natural, entretanto, o exercício de uma aspiração cultural que garantiria o entendimento mútuo e a paz (Ibid. p.114). É a partir dessa organização que a natureza universalista kantiana assume seus contornos. O último movimento realizado pelo autor, sob o crivo do direito cosmopolita e dos impulsos naturais da organização da comunidade política é o do espírito do comércio, no auto interesse mútuo e na garantia a manutenção do poder financeiro (Ibid.). O sujeito – e o corpo – que assume os contornos cosmopolitas kantianos, descreve uma organização marcada pela racionalidade, um sujeito que compreende inclinações naturais e desejo inevitável pela paz.

O arcabouço da teoria liberal, dessa forma, descreve aqueles sujeitos – e corpos – compatíveis com a produção teórica do campo e a implementação dos projetos políticos endereçados por seus argumentos. O sujeito liberal, e o corpo que o sustenta, tem contornos e atribuições específicas na garantia de liberdades individuais e inclinações pacifistas, aspirações universalistas e generalizantes, descrevendo um arco de adequação das experiências corpóreas a uma única modalidade de sujeição aos poderes descritos pela organização das comunidades políticas dos Estados-nacionais. Pensar o corpo a partir da teoria liberal envolve necessariamente pensar a condição de sujeitos que informa esta tradição teórica. A condição corpórea e sua subteorização, descreve os contornos de uma imagem de corpo-sujeito conformada com suas atribuições e impulsos gerais. Engajar para com a temática das inclinações naturais – sejam elas empiricamente desconsideradas ou não – da organização das comunidades políticas e as condições que descrevem o estado de natureza humana – seja ele hostil ou pacífico, imutável ou passível de transformação, implica a necessidade de situação das estruturas corpóreas que possibilitam as interações entre sujeitos e suas comunidades, e o transporte da leitura individualizada das comunidades políticas enquanto sujeitos de um sistema internacional que baliza e generaliza suas atribuições.

2.3. Escola Inglesa, anarquia e a forma sociedade

Um dos movimentos centrais para a organização teórica da Escola Inglesa em Teoria de Relações Internacionais é seu interesse para com a diagramação dos

temas da ordem do Sistema Internacional e a imagem e discurso de uma Sociedade Internacional. Nesse sentido, a obra de Hedley Bull (1977) representa um ponto de entrada primordial a essas discussões. “A Sociedade Anárquica” descreve os arcos necessários para a interpretação e análise das formas pelas quais a interação entre Estados se constitui e se autorregula, de forma a sinalizar as maneiras pelas quais, o transporte da ideia e imagem da sociedade, do micro ao macro, do nacional ao internacional, envolve, em certa medida, a equiparação da forma sujeito individualizada no doméstico, a forma Estado no Internacional.

O sentido de sociedade, postulado pelo autor, envolve três objetivos principais, comuns a todas as sociedades (BULL, 1977, p.4): a garantia de segurança contra a violência e a morte; a garantia de consecução de promessas e acordos, e a garantia da conservação da posse de bens. O sentido de ordem social para o autor, engloba então “um padrão de atividade humana que sustenta objetivos primários, elementares ou universais” como as três garantias supracitadas. Esses objetivos – ou finalidades – dispostos por Bull como instrumentos balizadores da interação e organização em sociedade, descrevem a primazia dessas garantias em relação a outros objetivos. A segurança – estendida do corpo para a posse, e do corpo ao acordo na forma de palavra, demarca, em medida, os contornos de uma nova configuração do corpo e do sujeito, em razão das atribuições das garantias somente por sua correlação com o corpo – ou sujeito – que as modula.

O argumento de Bull, no entanto, não resvala a configuração natural exposta pelo pensamento kantiano. Aqui, as três delimitações principais da ordem social servem de instrumentos balizadores, porém não universalizantes. Não possuem, então caráter mandatório, mas seriam aferidos nas mais diversas disposições de grupamentos sociais. A relação entre o conceito de ordem social, sua definição realizada por Bull e as definições que conectam o conceito com as ideias de obediência a regras e leis descrevem, por sua vez, a conexão entre diretrizes de conduta e padrões de comportamento das sociedades. É por essa via que o autor consegue descrever o relacionamento entre ordem na vida social e a conformidade com as leis que orientam a predição de comportamentos futuros (BULL, 1977, p.7). O sentido de ordem, dessa maneira, assume a forma de contenção das expectativas futuras e dos ordenamentos do comportamento humano. A capacidade de predição inscrita sob o signo da ordem, materializa, inclusive, as possibilidades de conformidade dos comportamentos avessos a ordem instituída.

Dessa forma, Bull define a ordem internacional como “um padrão de atividade que sustenta os objetivos primários, ou elementares, da sociedade de estados, ou sociedade internacional” (BULL, 1977, p.8) Traçando as delimitações dos conceitos subjacentes ao a ordem internacional – os estados que a compõem e a forma sistema, anterior a forma sociedade – o autor descreve as atribuições da ordem em política mundial. Ao demarcar os Estados como as comunidades políticas independentes e o sistema de Estados como a formação cuja dinâmica é instaurada a partir do contato e impacto relacional das decisões de cada uma das comunidades, “causando-as a se comportar – ao menos em alguma medida – como partes de um todo” (Ibid. p.9). É então, a partir do contato e influência nos cálculos de comportamento que as interações, diretas, ou indiretas, traçam as dinâmicas de impacto e efeitos na cadeia de relacionamentos. O sistema de estados, dessa maneira, corresponderia a estruturação das reações aos comportamentos verificados pelos atores que comungam em sua implicação mútua.

O percurso de sistema de estados até a forma sociedade se dá

(...) quando um grupo de estados, conscientes de certos interesses comuns e valores comuns, forma uma sociedade no sentido em que eles se concebem sendo compelidos por um conjunto comum de regras em suas relações uns com os outros, e partilham no trabalho de instituições comuns. (BULL, 1977, p.13).

Esta definição de sociedade internacional incorporaria a dimensão do reconhecimento de estruturas e formas de relacionamento comuns que subentendem a forma do sistema internacional. Dessa maneira, a possibilidade da trama do sistema a sociedade resgata elementos como linguagem, epistemologia, religião e estética (BULL, 1977, p.15). A forma sociedade internacional, equiparada a forma sociedade verificada e interpretada sob o campo doméstico, promove a constituição de comunicação e entendimentos entre os sujeitos – lê-se Estados – que comungam de sua estrutura. O autor identifica duas formas pelas quais esses elementos comuns em sociedades internacionais facilitam seu funcionamento (Ibid.). A primeira é marcada por uma espécie de proximidade implicada na facilidade de definir regras comuns e da evolução de suas instituições. A segunda é marcada pelo reforço do sentido de interesses, regras e instituições comuns (Ibid.).

Os objetivos do sistema de estados, segundo o autor, se organizam da seguinte forma: O primeiro em torno da garantia e preservação da própria sociedade internacional, de forma assegurar sua manutenção e primazia enquanto forma principal de organização política (BULL, 1977, p.16). O segundo objetivo em torno da garantia e manutenção da independência e soberania externa dos Estados que compõem o sistema. O terceiro define a paz como objetivo, não nos moldes kantianos, mas na manutenção da ausência de conflitos entre os membros da sociedade internacional. O quarto retoma os três objetivos principais de uma sociedade. A forma pela qual o autor estabelece os contornos e propósitos da sociedade internacional permite a passagem entre esta e a sociedade doméstica. Esse movimento de equiparação entre indivíduos e Estados novamente descreve as delimitações daqueles aptos a compartilhar das comunalidades necessárias a garantia da sobrevivência da forma organizacional.

Da mesma forma em que sociedades nacionais prescrevem uma espécie de universalização de intentos sob suas delimitações espaciais, a forma da sociedade internacional assume seus objetivos e atribuições de maneira a garantir, sob seu escopo, a generalização daqueles que a compõem. É aqui que se estrutura a diferenciação das capacidades dispostas pelos Estados e o soterramento delas em nome de uma condição universalizante. Ambas as sociedades – doméstica e internacional – e os sujeitos que as compõem – corpos assujeitados e Estados – assumem o cálculo homogeneizante da condição sob a qual se estipula suas comunalidades. Interessa aqui, situar esse movimento inscrito no argumento por uma sociedade internacional de Estados na medida em que a passagem, e o intercâmbio entre os níveis micro e macro se dá: as dinâmicas que animam e sustentam o relacionamento entre estados e indivíduos se faz a partir da busca por comunalidades e na suplantação, por vezes, de suas diferenças. Esses sistemas políticos, e a teorização sobre eles disposta, englobam, dessa maneira, a dicotomia inserida sob a conceituação de sociedade, e sociedade de Estados, na relação entre a abstração de suas diferenças sob o arcabouço das características e capacidades comuns aos Estados nacionais e as diferenças por eles aferidas. A sinalização, aqui, se dá na convergência entre sociedade, sujeito e corpo. Em outras palavras, a generalização e abstração das particularidades de cada uma das estruturas em razão da necessidade de situá-las em relação a suas comunalidades, por vezes, promove

leituras desconectadas das realidades específicas de cada um dos componentes do sistema – ou sociedade.

Retornando aos argumentos estabelecidos por Bull, temos então a verificação do elemento da sociedade internacional como aspecto duradouro e permanente dos sistemas internacionais modernos tendo em vista os interesses comuns entre estados, as regras comuns e o desejo pelo funcionamento de instituições comuns a todos os componentes do sistema (BULL, 1977, p.40). Entretanto, existe uma característica do sistema, e um elemento central à teorização realizada pelo autor, que se desvela como ponto focal dos debates em torno da conceituação da sociedade internacional e ela é a anarquia verificada pelos participantes do sistema. Em razão da ausência de uma estrutura governamental que se situe acima da soberania dos Estados que compõem a sociedade internacional.

À medida que os Estados-nação não se encontram sujeitos a uma estrutura governamental comum, se postula o argumento contrário a possibilidade de uma sociedade internacional de Estados. Bull, por sua vez, sinaliza o argumento do transporte da analogia doméstica ao campo internacional tendo como central a sua estruturação o resgate a imagem hobbesiana do Leviatã, na medida em que os Estados, assim como os indivíduos que os compõem, só demonstrariam inclinação ao ordenamento social se deparados com o poder emanado pelo Leviatã (BULL, 1977, p.44). Na ausência de tal força e forma, os Estados – ou os indivíduos – permaneceriam no estado de natureza bélico. A universalidade do estado de natureza como estado de guerra e as condições dispostas a partir do contrato social para com a figura governamental que residiria na forma do Leviatã se chocam com a dita impossibilidade da replicação dessa estrutura ao nível internacional, uma vez que a garantia da soberania externa e independência por parte dos Estados é característica central e exercício necessário a própria manutenção de sua condição política.

A ausência de um poder comum, como na estrutura teórica disposta por – e a partir – de Hobbes, demonstram as deficiências de uma organização política que não se conforme a esse modelo organizacional e governamental. Ausência de regras, morais ou legais, a constante possibilidade da guerra, tendo em vista a ausência de estruturas que corroborem a segurança daqueles que não comungam da das garantias inseridas na sujeição a um poder político (BULL, 1977, p.45). Esses argumentos e sinalizações, no entanto, não se sustentam no transporte da analogia

doméstica a estrutura de um sistema internacional de Estados. Bull identifica, dessa forma que as insuficiências da organização política internas aos Estados não se refletiria a estrutura anárquica da sociedade internacional. No entanto, a única consideração que parece conservar sua potência seria a presença de um estado de guerra, ou ao menos a possibilidade latente de conflitos situados na estrutura anárquica dos Estados nacionais. Nas palavras do autor: “Estados soberanos, mesmo quando estão em paz, ainda assim demonstram uma disposição a ir à guerra uns com os outros, a medida em que se preparam para a guerra” (BULL, 1977, p.46). É a partir da manutenção desse estado de latência que se estruturam argumentos contrários a ordem disposta sobre a forma da sociedade anárquica de Estados soberanos.

As relações dispostas, então, entre os argumentos que embasam os aportes teóricos da Escola Inglesa e as conceituações acerca das questões do corpo e do sujeito se apresentam da seguinte maneira: Em um primeiro momento, se revela, de forma semelhante aos impulsos situados na escola realista em teoria de Relações Internacionais a ambivalência entre o transporte do aporte corpóreo presente no resgate as imagens dispostas pelo Leviatã hobbesiano, e ainda assim ao suporte representado pelo transporte das imagens e discursos que situam a forma sociedade ao sistema internacional de Estados. Dessa maneira, apesar do corpo ser situado de maneira transversal nos argumentos sobre a forma sociedade – esta baseada firmemente na necessidade por sujeitos que compunham e deem legitimidade a sua estrutura – mais uma vez as preocupações fundantes das escolas de teoria de Relações Internacionais demonstram a centralidade da manutenção do objeto Estado enquanto componente sob o qual se organizam suas análises e considerações. Aqui, o objetivo não se configura como uma crítica as estruturas fundacionais do campo, mas a forma pela qual o corpo se encontra como “presença-ausente”, incluído por associação, mas excluído enquanto foco analítico. Esse distanciamento, endereçado a partir de considerações como as de Wilcox e as breves sinalizações presentes nesse capítulo, tem seu foco na delimitação do problema do corpo sob o signo de sua ausência das linhas de frente das teorizações em Relações Internacionais e Política Internacional, porém frequentemente articulada como ponto focal de argumentos acerca do lugar do sujeito individual – e de sua estrutura corpórea – nos debates sobre o Internacional, e suas diferentes modulações.

2.4. Feminismos e estudos de gênero

Na esteira da reincidência do corpo enquanto elemento passível de análise em Política Internacional e Relações Internacionais Kimberly Hutchings, demonstra as formas pelas quais é argumentada a marginalização de preocupações marcadas pelas questões feministas e de gênero (HUTCHINGS, 2008, p.23). O argumento central para a autora é que a masculinidade “opera como uma espécie de senso comum, implícito, atalho frequentemente inconsciente para processos de explicação e julgamento normativo” (Ibid.). O ponto, aqui, se dá na configuração de um imaginário em ciências sociais pautado – e limitado – a partir de experiências mediadas por uma imagem e ideacionário masculino. São duas as formas pelas quais a autora sinaliza que se desvelam essas preocupações masculinas – ou a evidência de uma masculinidade – em argumentos feministas em teoria de Relações Internacionais. De forma rápida, os argumentos se organizam na leitura do que a masculinidade é – ou aquilo que a ela corresponde – através de seus efeitos, por um lado. E por outro o inverso – a definição dos efeitos das masculinidades a partir de sua definição (Ibid. p.24). O primeiro argumento, segundo a autora, revela uma relação causal entre as formas pelas quais a política internacional é praticada através das imagens – e das interpretações – de masculinidade que a constituem. O segundo argumento por sua vez, desvela as formas pelas quais dinâmicas retóricas de valorização e exclusão se dão em relação para com o signo da masculinidade.

Hutchings sinaliza então, que a maior parte do trabalho feminista em Relações Internacionais tende a compor suas abordagens a partir das duas modalidades de aferimento da masculinidade situadas acima (HUTCHINGS, 2008, p.24). Tendo como exemplo a crítica formulada por Ann Tickner a Morgenthau, a autora identifica as formas pelas quais se dá o relacionamento entre qualidades masculinas e a teorização realizada pelo auto: “Individualidade soberana, objetividade, racionalidade instrumental e ‘poder’” são algumas das imagens modelo de masculinidade, estabelecidas sobre a tradição Ocidental de pensamento político. A maneira pela qual se estipulam qualidades eminentemente masculinas a modelos políticos universais e a exclusão daquelas qualidades e categorias correspondentes a modelos feminino, estipula a forma pela qual as preocupações feministas e de gênero atuam sobre a literatura de Relações Internacionais.

Outro exemplo articulado por Hutchings é a análise realizada por Cynthia Enloe sobre nacionalismo e masculinidade. O argumento da autora, por sua vez marca o relacionamento disposto entre “experiências masculinas de, e em resposta a, opressão” que “dominaram as ideologias e estratégias das lutas de liberação nacional” (HUTCHINGS, 2008, p.26). Dessa forma, a autora permite o argumento de que, uma vez marcadas e endereçadas por dinâmicas correspondentes a estruturas da masculinidade, os Estados resultantes das disputas e lutas de liberação nacional se conformariam a essas influências masculinas, com o efeito de distanciamento – e exclusão – daquelas características histórica e discursivamente conectadas com o feminino (Ibid.).

O argumento subjacente a teorias feministas em Relações Internacionais, segundo Hutchings, é a constituição mútua da masculinidade e a teorização que permite o engajamento para com os temas de política internacional. A teoria e a prática de Relações Internacionais, dessa maneira, estariam conectadas com as formas pelas quais se dão “qualidades, modos de comportamento e normas associadas com a masculinidade” (HUTCHINGS, 2008, p.26). A conceituação de uma masculinidade hegemônica sobre a qual se estipulam as relações entre as teorizações do campo assumiria papel instrumental para as críticas e considerações feministas em teoria política internacional. A noção mobilizada por Connell (Apud HUTCHINGS, 2008, p.27) tornaria possível a correspondência entre uma imagem masculina historicamente performada e culturalmente estabelecida e seus efeitos. Essa imagem hegemônica, diferenciada de suas imagens subjacentes, marca as dinâmicas de manutenção de um relacionamento mutualmente constitutivo entre a prática de política internacional e a sustentação da ordem política patriarcal (Ibid.). São duas as formas pelas quais se dão o relacionamento entre a masculinidade hegemônica e seus efeitos em teoria de Relações Internacionais, segundo a autora. A primeira forma está calcada na correspondência entre as mudanças nas características da masculinidade hegemônica (Ibid. p.28) e as mudanças aferidas nas práticas de política internacional. A segunda forma está, por sua vez, conectada a maneira pela qual as modulações da influência da masculinidade hegemônica se dispõem na discriminação entre masculinidades concorrentes e da exclusão do feminino (Ibid.).

Entretanto, Hutchings sinaliza que a relação entre o que a masculinidade é e o que ela faz – sua definição e seus efeitos – não é resolvida somente a partir da

conceituação da masculinidade hegemônica. A investigação traçada pela literatura feminista, assim, se dá na verificação do conteúdo mutável sobre o qual a masculinidade se estabelece. A flexibilidade inscrita na modulação de suas atribuições, dessa forma, promove as lógicas de contraste e contradição inseridas sob seu arcabouço conceitual. Pensar masculinidades, e a sua frequente articulação da exclusão do feminino, em razão da cristalização de seu lugar relativo nas dinâmicas de poder, então, se demonstra exercício necessário as críticas sobre a prática e teorização do campo das Relações Internacionais. A reprodução dos argumentos que embasam as dinâmicas de manutenção da masculinidade hegemônica, se mostram essenciais na investigação das imagens que o sustentam e na promoção de lógicas alternativas, no que se realocam as configurações do feminino, constantemente relegadas a margem da teorização.

De forma semelhante ao “presente ausente” verificado em relação ao corpo, existe, na discussão que engloba os temas dos estudos de gênero e estudos feministas, o embate para com as sustentações da masculinidade hegemônica que informa o fazer Política Internacional. À medida que, a experiência feminina – por vezes mediada mas não encerrada em sua estrutura corpórea – se encontra presente no acúmulo dos exercícios que a transportam para a margem das preocupações constitutivas do campo, o corpo, objeto subjacente as teorizações de Relações Internacionais, inserido sob o conceito do indivíduo ou do sujeito, também refletiria a necessidade de sua situação enquanto problemática constitutiva em Política Internacional.

Pensar o corpo, nesse sentido, se postula entre a generalização e universalização da condição corpórea, presente sob o arcabouço dos sujeitos que compõem as comunidades políticas e, ao mesmo tempo, nas particularidades dispostas pelas experiências de cada corpo e suas diferenciações. Importante sinalizar, dessa maneira, que pensar masculinidade ou o feminino envolve categorias e imagens hegemônicas desses signos e significados de forma a traçar o intercâmbio entre vocábulo e imagem. Acompanhada da ideia e veiculação de uma masculinidade hegemônica se encontra a imagem corpórea que ela evoca. A necessidade da investigação das dinâmicas e performance dos corpos em relação as suas atribuições – masculinas ou femininas – e suas realocações – por via de estruturas de poder – configura a associação entre imagem, discurso e performatividade das características e atribuições da masculinidade e feminilidade.

Cynthia Enloe, por sua vez, estabelece o argumento pela necessidade de identificar as formas pelas quais se estabelecem os centros e as margens nas disposições de poder relacional em Política Internacional. De forma semelhante ao exposto por Hutchings, em relação as formas pelas quais a masculinidade hegemônica estipula as marginalizações e o lugar relativo do feminino e da feminilidade, o interesse exposto por Enloe reconstrói as relações dispostas entre centro e margem sinalizando as maneiras pelas quais se estabelecem as relações de sujeição e silenciamento de certas modalidades de indivíduos – e por extensão, corpos. A investigação sobre margens e marginalizados, como disposto na análise da autora sobre as populações do Chiapas na investigação dos processos que consolidaram os acordos do NAFTA (ENLOE, 2004) se dispõe a conectar as relações de poder nas localidades esquecidas e outorgadas pela delimitação clássica da disciplina de Relações Internacionais de maneira a inserir não só as influências percebidas através da lente das teorias de gênero como também a reorganização das formas de poder relevantes ao campo. Aqui, o argumento de Enloe se delimita na contestação da prevalência daquelas relações de poder – ou dinâmicas de manutenção e interesses – caras ao estudo de Relações Internacionais e Política Internacional. O objetivo aqui é a realocação de esforços analíticos e interpretativos à malha constitutiva das dinâmicas de poder, cujo endereçamento o cânone do campo não realiza. É sobre esses silenciamentos – sobre a forma em que acontecem os desdobramentos entre centro e margem – que se organiza o esforço realizado por Enloe.

A malha traçada, sobre a qual a autora se desdobra, corresponde a uma série de relações e forças que estabelecem as relações entre categorias relacionais de poder, sujeitos e sujeições que postulam essa tipologia de exercícios de poder em relação ao centro e as margens daquilo considerado importante para análises e considerações de Política Internacional. É sobre as linhas que conectam as noções hegemônicas da masculinidade em Chiapas e a estrutura política que delimita o acesso das mulheres aos debates e acordos do NAFTA, e ainda as suas atribuições políticas locais que Enloe realiza seu trabalho minucioso de investigação. As preocupações estipuladas pelas perspectivas feministas em Relações Internacionais, dessa maneira, constituem não só o deslocamento e o interesse para os fenômenos e formas pelas quais se estipulam as relações entre um ideário patriarcal e inclinações de uma masculinidade hegemônica pervasiva na

implementação dos textos e considerações fundantes ao campo, mas também na preocupação para com as dinâmicas de silenciamento e marginalização marcadas frequentemente pela atuação das formas relacionais de poder que estipulam a dicotomia e o juízo entre as experiências caras e centrais a universalização da experiência política – marcada pelo masculino, pela vida pública – e a experiência particularizada e marginalizada – o feminino, a vida privada.

O retorno ao corpo, dessa maneira, estabelece as delimitações da estrutura e experiência partida e diferenciada entre gênero e sexo. Marcadores relacionais e experiências difusas do poder definem as maneiras pelas quais dinâmicas aferem e direcionam, em medida, a ação e sujeição de determinados corpos sob a estrutura que permite a análise e o engajamento para com a política. A diferenciação entre gênero e sexo, abordada mais à frente, estipula uma das categorias de diferenciação da experiência corpórea e, ainda, a forma pela qual se torna possível o relacionamento complexo entre corpo e experiência. O objetivo do engajamento para com o corpo sob o escopo de teorias preocupadas com as questões de gênero e sexo, como a literatura feminista, se dá de maneira a marcar as formas pelas quais podem se atualizar as formas de atuação e performance do corpo enquanto interface da forma sujeito e da atuação política. Os fenômenos corporificados, dessa forma, sinalizam os descompassos e as fricções entre uma experiência marcada pelo corpo, mas constituída a parte. O conjunto de imagens e material ideacionário que conectam corpos múltiplos a formas hegemônicas de se ler um corpo – ou as imagens hegemônicas as quais categorias de corpos correspondem – se dão de forma a endereçar e aglutinar experiências sob uma forma de aferir categorias relacionais de poder e experiências particularizadas ou generalizantes. É entre os esforços de universalização de uma forma corpo – ou de construções de um corpo – e da individualização máxima da experiência corpórea que se dá o esforço analítico proposto por esse deslocamento a partir – e com – o corpo.

Judith Butler, por sua vez, permite a investigação dos limites do sexo e do gênero para a teoria feminista. Ao se desdobrar sobre a questão do sujeito a autora verifica sua centralidade para com preocupações políticas feministas à medida que as estruturas de sujeição jurídicas são constituídas a partir de práticas de exclusão (BUTLER, 1999, p.5). Em outras palavras, o poder jurídico, segundo a autora, produz aquilo que pretende representar; essa função do poder desvela as dinâmicas

a partir das quais “a categoria de ‘mulheres’, sujeito do feminismo, é produzida e restringida pelas estruturas de poder através das quais a emancipação é pretendida” (Ibid.). A autora então contesta o argumento político da base universal para o feminismo “baseada em uma identidade que supostamente existe através de cultura, frequentemente acompanhada da noção de que a opressão de mulheres possui uma forma singular discernível na universal, ou hegemônica, estrutura do patriarcado” (Ibid. p.6). A crítica a esta leitura, realizada frequentemente por teóricas feministas oriundas de perspectivas não ocidentais, postula as formas pelas quais essa tentativa de universalização de uma categoria a partir de um sistema de representação reproduz dinâmicas relacionais de poder que reproduzem dinâmicas que buscam evitar. O endereçamento das relações entre a universalização necessária a mobilização política da categoria e a comunalidade necessária a utilização da categoria “mulheres” demonstra para a autora, a maneira pela qual se organizam as dinâmicas do binário masculino/feminino (Ibid. p.7) e as formas pelas quais o exercício de demarcação das experiências ou daquilo que corresponde de maneira específica ao feminino desloca as possibilidades de conjunção da categoria para com raça, classe, etnicidade e outras formas relacionais de poder; resultando, assim, na descontextualização e despolitização do feminino (Ibid.). Dessa maneira o exercício da unidade e universalidade da categoria e do sistema de representação que constitui o feminino, suplanta as possibilidades de realocação da força política desejada pela mobilização da categoria no campo.

A diferenciação entre sexo e gênero, para a autora, desponta na produção do argumento em que, apesar da conexão a estrutura biológica que compõe o sexo, gênero assume o caráter de construção social (BUTLER, 1999, p.10). A autora sinaliza ainda a forma pela qual “assumindo por um momento a estabilidade do sexo binário, não se comprova que a construção de ‘homens’ irá se organizar exclusivamente pelos corpos de homens ou que ‘mulheres’ irá assumir somente corpos femininos” (Ibid.). Esse tipo de percepção – a da separação entre a estrutura corpórea que sustenta o binário biológico do sexo e a possibilidade de construção cultural e social das atribuições de gênero, abre, por sua vez, a discussão sobre os descompassos e reconstruções do corpo enquanto interface performada e atualizada em relação. Dessa maneira, assumindo as interpretações sinalizadas por Butler, inauguram-se formas de engajamento para com o corpo que já não se encerram em sua materialidade exposta, mas em seu sentido adquirido a partir do uso e do embate

do corpo para com seus entornos A construção do corpo e seu relacionamento com a forma pela qual se dá o intercâmbio entre experiência e ambiente, desponta as maneiras possíveis de performance das atribuições corpóreas conectadas a estrutura universalmente aferida enquanto balizadora da experiência humana. Em outras palavras, o corpo, dado biológico e comunalidade da condição humana, apresenta as possibilidades de, através da estrutura discursiva e material que envolve a relação entre sexo/gênero, demonstrar as formas pelas quais suas funções são constituídas e reformuladas em performance. Os usos disponíveis ao corpo, de maneira semelhante a constituição cultural do gênero, demonstra as possibilidades de suspensão das competências biologicamente endereçadas ao corpo e a maneira pela qual se disputam essas atribuições. O ponto, aqui, se organiza em torno da contestação das formas pelas quais o corpo é entendido enquanto categoria estável e impassível de transformação em suas funções.

Anatomia: Panorama conceitual do Corpo

3.1. Inseparabilidade e condicionalidade

Em “Unbearable Weight” (1993) Susan Bordo se apropria de uma metáfora desenvolvida por Delmore Schwartz para ilustrar uma das primeiras problemáticas anunciadas quando alguém se propõe a engajar para com o corpo enquanto categoria de análise: a inseparabilidade. A figura literária produzida por Schwartz – a de um pesado urso que o acompanha, deixando suas marcas por toda parte – é descrita pelo próprio autor como uma maneira de decantar as formas pelas quais “the withness of the body” é expressada. Bordo, à sua maneira, se vale dessa construção com o objetivo de acessar a dualidade e o suposto contraste entre a ideia de se ter um corpo, e portanto, exprimir um sentido de posse e controle, atualizando as formas de um dualismo cartesiano, e a ideia de ser acompanhado por um corpo, que por sua vez admite que essa massa estruturante por vezes assume gestos e transformações contrárias as supostas vontades exprimidas pela mente.

A imagem do corpo como um animal, para Bordo, promove dois movimentos analíticos: O primeiro é a aproximação deste vocabulário com as imagens que convergem o corpo como circunstância inescapável, aquilo que “me puxa para aquele destino, pois é ele, e não eu, que está no controle” (BORDO, 1993, p.3) e a forma a partir da qual a pulsão hobbesiana por instinto e agressão materializam a convergência entre o autor e Schwarz a respeito da condição humana. O segundo movimento se orienta na localização dessa tipologia de imagens e vocabulários na tradição filosófica ocidental de maneira a salientar uma construção negativa da estrutura corpórea. Em outras palavras, a conjunção entre, por um lado, uma leitura do corpo enquanto aquela força restritiva inversamente proporcional as aspirações de uma mente ou de uma forma sujeito que carrega e atualiza desejos e pretensões, das mais básicas e cotidianas até as mais complexas

e, por outro lado, a forma negativa que materializa, com auxílio de aparatos discursivos e imagéticos, uma relação impositiva e inescapável, são indícios da modulação do que argumentamos como inseparabilidade do corpo.

Tomadas as devidas precauções em relação ao conceito de inseparabilidade como forma negativada da condição corpórea – como argumentado por Bordo – uma extensão do argumento se faz possível. Para além da forma corpo enquanto condição restritiva, reverberando os parâmetros de uma tradição filosófica ocidental informada pela separação entre mente e corpo, o argumento proposto pela autora promove tanto a situação daquilo que “não é o corpo” (BORDO, 1993 p.5) quanto o caminho para a enunciação das formas pelas quais esta leitura da condição corpórea enquanto limitadora – e o seu duplo, enquanto facilitadora – são discursivamente articuladas em corpos diferenciados a partir das estruturas de gênero e sexo.

Aqui, se faz necessário o retorno ao que se nomeia como o duplo da condição corpórea restritiva. Apesar de constantemente articulada em diferentes tradições históricas (BORDO, 1993, p.5) a autora, ao realizar o segundo passo de seu argumento, se desdobra sobre a tarefa de localizar a mulher como um corpo. O primeiro passo ao incluir gênero nesta discussão é o da identificação do corpo feminino como aquele que materializa o caráter limitador da condição corpórea. Apesar de ponto comum entre os sujeitos, a condição corpórea é aferida em diferentes nuances quando genderizada e postula, dessa forma, sua ambivalência. Ao corpo feminino, as tragédias, ao corpo masculino, os espólios. À relação dicotômica entre mente e corpo é adicionado outro modificador, uma espécie de agravante sobre o aspecto limitador do corpo.

Nesse sentido, o duplo da condição corpórea representaria não só o desdobramento do corpo enquanto possibilidade, mas também o desdobramento da inseparabilidade em relação os matizes que configuram as modalidades de diferenciação da condição corpórea. Ainda que Bordo identifique as formas pelas quais o “urso” – que é o corpo – em Schwarz esteja mais próximo a uma genderização masculina, e identifique o deslocamento da sobreposição feminina a estrutura corpórea ao fato que sua presença no texto consista nas figuras de um passado nostálgico e um presente idealizado pela possível ausência dos embates com os instintos animais do corpo, a tensão entre este, o corpo, e a mente se atualiza. A autora torna então a situar os discursos que aproximam a configuração do corpo

enquanto restrição e a da imagem feminina enquanto instrumento a partir do qual os instintos e desejos de corpos masculinos encontram respaldo e são, dessa maneira, instituídos. Se verificam, nos termos da autora, os mecanismos pelos quais o corpo genderizado serve de objeto de instauração daquilo que foge ao exercício de decisão da mente. Em outras palavras, Bordo permite a investigação daqueles procedimentos, calcados na forma negativa do corpo – como aquilo à parte do controle – e da forma pela qual discursivamente, a ambivalência do corpo, atrelada a dualidade cartesiana, é articulada.

O ponto, sob esse contexto, não se organiza em torno de um engajamento precipitado para com a literatura e perspectivas feministas sobre o corpo, mas sim na situação da complexidade sobreposta a condição corpórea enquanto categoria de análise política. O recurso de Bordo ao urso de Schwarz permite a articulação da imagem da inseparabilidade e do uso do discurso enquanto modulador das diferentes atribuições ao corpo. Os esquemas de genderização por ela mobilizados tornam possível o argumento da inseparabilidade não só do corpo ao sujeito mas do corpo e dos instrumentos que o qualificam. Nesse sentido um corpo nunca é só o corpo, ou se materializa a parte de estruturas linguísticas e de representação. A condição corpórea se dá em contexto, em contato e fricção com uma série de forças que a situam. Gênero é definitivamente uma delas, o que torna necessário – e marca a forma pela qual – o engajamento para com um leque de teorizações amplo, incluídas aqui perspectivas feministas.

3.2. Quiasma: Corpo e linguagem

Em “How can I deny that these hands and this body are mine?” Judith Butler propõe, a partir da citação de Descartes que intitula seu artigo, uma análise e crítica das formas pelas quais uma “linguagem de construção discursiva” se relaciona com as possibilidades de afirmação de um corpo fabricado através do discurso. A primeira pontuação da autora se desvela a partir de uma investigação marcada pelas questões “de que maneira” e “em que medida” o discurso se apresenta como uma atividade produtiva (BUTLER, 1997, p.2). Apesar de situar o problema da diferença sexual, Butler se permite dedicar, primeiro, aos problemas da linguagem da construção e do aparato discursivo, em relação ao corpo.

A autora sinaliza então o que nomeia como a figuração quiasmática do corpo, de maneira a localizar o corpo como parte daquilo que se dá através da

linguagem porém não se reduz a mesma. Em outras palavras, a dita pureza ontológica do corpo é contaminada pela própria estrutura que o mantém e condiciona (BUTLER, 1997, p.4). Essa construção cruzada – a forma quiasma – desmantela a assunção de um corpo como efeito único de uma estrutura linguística. Embora a linguagem seja estipulada como condição de conhecimento do corpo, ele, por sua vez, escapa o esforço de sua captura. Aqui o problema sobre o qual Butler se debruça assume os seguintes contornos: se a linguagem atua sobre o corpo de alguma forma, o questionamento deveria ser se a linguagem atua externamente sobre o corpo, ou se são essas figuras mobilizadas para estabelecer a eficácia da linguagem (Ibid. p.5). Dessa maneira, se torna possível o desdobramento dos argumentos da autora em duas outras problemáticas: A primeira se organiza em torno da forma pela qual a linguagem promove o exercício de descorporificação do corpo, negando seus efeitos sobre a estrutura corpórea, no caso da separação mente e corpo. A segunda é a forma pela qual a linguagem, apesar de esforços para a direção contrária, está diretamente conectada ao corpo. Butler então verifica como a operação da linguagem não consegue estar totalmente separada das operações corpóreas. Dessa maneira, se torna novamente possível colocar ao centro dos embates entre corpo e linguagem, sua relação quiasmática.

É justamente essa qualidade da relação entre corpo e linguagem que dita o engajamento da autora para com a citação cartesiana que intitula seu artigo. Aqui, a dúvida suscitada por Descartes é desdobrada da seguinte maneira: A despeito das considerações da autora sobre o método meditativo de Descartes, e da forma pela qual a própria relação entre o “Eu” e a linguagem é estabelecida no decorrer da obra (BUTLER, 1997, pp.5-7), a consideração – “como eu posso negar que essas mãos e esse corpo aqui pertencem a mim?” (DESCARTES, 1973, p.145; BUTLER, 1997, p.8) – afirma então a “separabilidade daquilo que pretende como necessariamente conectado” (BUTLER, 1997, p.8). Em outras palavras, é mobilizada aqui a reaparição do quiasma que dita a relação corpo linguagem, através da forma pela qual a pergunta propõe uma separação entre a forma performativa do “Eu” e aquilo que não pode ser performado, a desconexão do corpo e aquilo que o rege, aquilo que anima a própria máxima cartesiana da separação entre mente – aqui veiculada como o “Eu” – e o corpo que a sustenta.

Butler continua suas indagações: “Essas são suas mãos, não? Mas onde estão as mãos que escrevem o texto ele mesmo, e não seria o caso que elas nunca

efetivamente se mostram à medida que lemos as marcas que elas deixam?” (BUTLER, 1997, p.11). E ainda “Não existe escrita sem o corpo, mas nenhum corpo aparece totalmente junto com a escrita que ele produz.” (Ibid.) Tais colocações auxiliam, em sua maneira, o rastreamento do traço, da matéria residual do corpo no texto e na linguagem. É aqui que é situado aquilo que escapa e vaza a própria matéria quiasmática que permeia as indagações da autora e as postulações cartesianas. Segundo a autora, esta é a performance da alienação do corpo, o exercício da dubitabilidade do autor que resvala a busca pela trama de relações que conectam suas mãos ao corpo, e corpo ao “Eu”.

O projeto do *cogito* cartesiano, da separação entre mente – ou alma, nas formulações próprias ao autor – e o corpo, anima o texto sobre o qual Butler se debruça para tecer suas indagações. Entretanto, a autora situa que a busca cartesiana resvala na suposição e argumento pela separação entre conhecimento de si mesmo – do “Eu, ou *self* – e a imaginação. Em outras palavras, Descartes afirma que este tipo de conhecimento não depende “das coisas simuladas ou imaginadas ou fatos que são produzidos” (BUTLER, 1997, p.12). Entretanto, novamente o autor é confrontado com os traços do corpo à medida que afirma que “imaginar é nada menos que contemplar a figura ou imagem de uma coisa corpórea” (DESCARTES, 1973, p.152; BUTLER, 1997, p.12). Nas palavras de Butler a “inventividade (da imaginação) é também uma forma de referencialidade, isto é, de contemplar a figura ou imagem dos corpos em sua possibilidade essencial” (BUTLER, 1997, p.13).

Apesar da análise subsequente da autora situar a suposição cartesiana de que seu corpo não passa de uma ficção (Ibid.), tal argumento reinscreve a problemática do quiasma em outros termos. A própria construção linguística cartesiana se vale semanticamente de termos que põem em xeque sua própria operação. Aqui o original “*je supposerai*”, eu suponho ou eu suporia, na tradução de Butler marca as formas pelas quais a ficcionalização cartesiana é perpassada pela manutenção linguística de sua dúvida primeira. Nas palavras da autora:

(...) para Descartes, a linguagem na qual o corpo é conjecturado não sugere que o corpo é nada mais que um efeito da linguagem; ela significa que conjecturar e supor devem ser entendidos como exercícios ficcionais que todavia não estão desprovidos de referencialidade. (BUTLER, 1997, p.14)

Aqui, o argumento de Butler pode ser traduzido da seguinte maneira: A relação entre corpo e linguagem, através das operações da imaginação, suposição e dúvida centrais ao discurso cartesiano atualiza a qualidade quiasmática e a ambivalência entre a forma pela qual o corpo é constantemente realocado como instrumento de origem da estrutura linguística, por um lado, e a forma pela qual esse mesmo corpo escoia a suposta constrição estipulada pelo *cogito* cartesiano, por outro. Ainda através da autora, se torna possível argumentar que

O ato pelo qual o corpo é pressuposto é precisamente o ato que postula e suspende o status ontológico do corpo, um ato que não cria ou forma esse corpo unilateralmente(...) mas um que postula e figura, um no qual postular e figurar não são definitivamente distinguíveis. (BUTLER, 1997, p.16)

Traduzindo mais uma vez as proposições de Butler, a relação retratada pelas operações descritas enquanto postulação e figuração é marcada pela dúvida que situa o corpo enquanto uma materialidade que não pode ser capturada (BUTLER, 1997, p.16). A lógica disposta aqui é, outra vez, aquela da condição espectral do corpo sobre o raciocínio e método que almejam a sua apreensão. Os termos gramaticais e linguísticos que animam a empreitada cartesiana situam um embate para com o status ontológico do corpo de forma a posicionar justamente a materialidade vacilante da condição corpórea. Dessa maneira, a materialidade aqui invocada se conecta não só ao status ontológico do corpo, sobre o quiasma em relação a linguagem, mas também aos termos da inseparabilidade que permeiam tanto os argumentos de Butler quanto a citação de Descartes que nomeia seu esforço analítico. A tarefa de questionar de que forma as mãos – sejam elas as da autora ou as de Descartes – não assumem os contornos de propriedade, ou seja, a relação descrita entre o “Eu”, a alma ou a mente, e o corpo possibilitam ao mesmo tempo o desmembramento figurativo do corpo (Ibid. p.17) e a sua inseparabilidade ontológica.

Butler finaliza seu argumento ao afirmar o seguinte: “Se o corpo é aquilo que inaugura o processo de sua própria espectralização, através da escrita, então ele é, e não é, determinado pelo discurso que produz” (BUTLER, 1997, p.18). O corpo dessa forma não seria nem superfície ou substância em relação a sua materialidade (Ibid.) mas sim uma operação, ocasião performativa constantemente atualizada pela estrutura e circunstância que visa a sua domesticação. O quiasma, a condição cruzada que estipularia as relações entre corpo e linguagem, centrais ao

engajamento analítico para com o corpo é, por sua vez, qualidade e característica de sua estruturação. As parcelas do corpo que dependem da interação e operação linguísticas são exemplo da condição ambivalente da inseparabilidade. Essa que anima a problemática corpórea e ao mesmo tempo falha se assumidas as proposições de sua constrição. Ao situar a inseparabilidade do corpo de forma dupla – primeiro em relação ao corpo ele mesmo, ou a suposição do *cogito* cartesiano e a hierarquia entre mente/alma e corpo, e segundo em relação a linguagem que atualiza uma das formas de acesso a questão do corpo – situa-se também a complexidade da condição corpórea e, por sua vez, a necessidade, ou o argumento pela reestruturação dos termos que possibilitam o engajamento para com essa instância de análise.

De modo a promover, por um lado, um distanciamento de analíticas mais densas como a promovida por Butler e, por outro, situar de maneira mais geral algumas das problemáticas e proposições acerca da matéria corpórea, se faz necessária a utilização de autores e textos que possibilitam a criação de um panorama teórico sobre o corpo externo às teorias de relações internacionais e política internacional. Dentre esses textos se torna viável o recurso ao primeiro capítulo de “*The body: A reader*” por Mariam Fraser e Monica Greco (2005) e ao capítulo introdutório de “*Talking Bodies: Interdisciplinary perspectives on Embodiment, Gender and Identity*” escrito por Emma Rees (2017). Entretanto, toma-se aqui a liberdade de uma inversão cronológica de maneira a situar os conceitos que permeiam a noção de corporificação e corporeidade.

Em ressonância ao uso pedagógico de uma construção literária, como Bordo e o corpo-urso de Schwarz (1993), e a localização da centralidade da escrita enquanto intermédio para as operações corpóreas por Butler através de Descartes (1997), Rees (2017) faz instrumento de um poema de John Keats (2007 apud REES, 2017) para marcar, a sua maneira, a espectralidade da mão de um autor – e por sua vez seu corpo – através de seu texto. Os 210 anos que separam o original de Keats e sua utilização por parte de Rees são marcados por um lado, pelo deslocamento temporal que marca o corpo de Keats na analítica da autora, e por outro a o rastro da morte prematuramente anunciada pelo autor em seu poema. A “mão viva” no texto é antítese do diagnóstico da doença do autor, e ao mesmo tempo símbolo do assombro corpóreo que habita a escrita.

A aproximação que Rees realiza entre a mão espectral de Keats em seu texto, e “as mãos que desenham as mãos que desenham as mãos” (Ibid. p.2) na litografia

de M. C. Escher situa, segundo a autora, como a corporificação opera na ausência física dos corpos. De maneira semelhante a Butler, Rees chama a atenção para o próprio ato de sua escrita como a sobreposição que confirma o caráter espectral do corpo e sua relação com a linguagem. a autora ainda afirma como “o corpo do texto excede o corpo do escritor; escrever torna-se tanto a tumba para, e a imortalização do. Corpo” (Ibid.). Recorrendo diretamente ao texto de Butler, citado anteriormente neste capítulo, a autora demonstra as formas pelas quais o escoamento do corpo, via o rastro da corporificação do texto, viola as supostas verdades acerca do corpo – vide a fragilidade material da condição corpórea e a constante maneira através da qual a espectralidade do corpo em linguagem, o atualiza e transporta.

Rees faz referência ainda ao texto de Bordo que inaugura esta discussão, de forma a situar a necessidade de ancoramento analítico, linguístico – e em decorrência, parcialmente material – do corpo. Parcialmente material pois a própria condição quiasmática, em Butler, e a inseparabilidade, como articulado através de Bordo, se faz presente. A autora continua seu exercício ao afirmar que: “ser um corpo e ter um corpo são o mesmo, e diferentes, e o mesmo” (REES, 2017, p. 3). Sinalizando precaução a possibilidade de dependência de um modelo discursivo como o de Michel Foucault para o acesso ao corpo, Rees argumenta que o corpo deve retornar a escrita sobre o corpo (Ibid. p.4). Manifestando ainda uma modulação do conceito de inseparabilidade, via de Saussure, a autora afirma que:

Nosso maior órgão – a pele – é simultaneamente em contato com o mundo e com nós mesmos. Seu dentro e fora são inseparáveis. Como o signo e significado de de Saussure, pele-sujeito⁴ e pele-corpo são codependentes e inseparáveis. (...) A pele, então, é a linguagem do corpo – aquilo que nos mantém “dentro”, e aquilo que nos possibilita interagir. É a “fronteira” da existência – o espaço liminar que é simultaneamente nós e o mundo, separado dos, e integrado com, outros. (REES, 2017, p.4)

A necessidade do recurso à citação acima em toda sua extensão se dá à medida que a alegoria da pele permite a construção e adição de outra camada ao conceito da inseparabilidade corpórea. Esta situa, por sua vez, o caráter relacional do corpo, e a inseparabilidade dos procedimentos corpóreos e de sua contextualização externa. Enquanto mediadora da passagem entre a interioridade do corpo e suas condicionalidades externas, a pele – e a acertada figura da fronteira – aproxima o

⁴ No original “*skin-self*” (REES, 2017, p.4).

corpo a um vocabulário e conceituação caros as teorias de Relações Internacionais. Embora não abordada nesse momento, tal imagem desvela por um lado as conexões entre o corpo e o campo de maneira mais ampla. E por outro lado, serve de elemento propulsor de construções como a de Donna Haraway (1991) que extrapolam os limites entre corpo, pele e exterioridade/interioridade.

3.3. Dentro e fora: Moebius e a contiguidade

Ainda sobre essa tensão – interioridade e exterioridade – Rees faz uso da imagem da fita de Moebius, como argumentada por Elizabeth Grosz (1994). Aqui um breve deslocamento à autora se prova útil:

A fita de Moebius tem a vantagem de mostrar a inflexão da mente para o corpo e do corpo para a mente, em maneiras as quais, através de uma espécie de torção ou inversão, um lado torna-se o outro. Esse modelo também provê uma forma de problematizar e repensar as relações entre dentro e fora do sujeito, seu interior físico e seu exterior corpóreo (...) (GROSZ, 1994, p.xii)

No exercício de instrumentalização da fita de Moebius, Grosz se apropria da figura a partir de sua leitura da obra de Lacan. Em correlação com o uso do modelo pelo autor, tomadas as devidas situações do contexto sobre o qual ele utiliza a imagem, outra autora descreve as qualidades da imagem, em um exercício mais próximo a investigação psicanalítica Lacaniana. Ao desdobrar suas considerações sobre o inconsciente, e suas reverberações produtivas à subjetividade, Suely Rolnik (2018) faz uso do mesmo modelo, através da obra de Lygia Clark. A descrição da imagem, pela autora, assume os contornos de: “Uma superfície topológica na qual o extremo de um dos lados continua no avesso do outro, o que os torna indiscerníveis, e a superfície, uniface (ROLNIK, 2018, p.41). A descrição da autora, por sua vez, auxilia na situação do modelo utilizado por Grosz e citado por Rees. Ao descrever a fita como superfície topológica, a autora admite a noção de deslocamento, que torna possível a suposição de uma espécie de inconstância e mutabilidade da relação mente e corpo. Nesse sentido reitera-se o argumento de Grosz sobre o tensionamento dos limites internos e externos do corpo, e a impossibilidade da redução de um aspecto sobre o outro.

Voltando a leitura que Rees realiza do uso da imagem da fita de Moebius por Grosz, a autora demonstra efetividade da metáfora em razão da falha da linguagem frente a corporificação (REES, 2017, p.5). Nas palavras da autora: “Escrever sobre

o corpo sempre necessita de uma aproximação em razão da insuficiência e contingência dos materiais linguísticos brutos” (Ibid.). Tal aproximação encontra respaldo nos argumentos realizados por Judith Butler acerca da relação entre corpo e linguagem. Rees se vale ainda, da tradição fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty para afirmar que: “corpos não estão meramente no mundo mas são feitos de (mundo). Em outras palavras nós somente sabemos o mundo em razão de sua contiguidade com nossos corpos” (REES, 2017, p.6, grifos do autor). São essas características – contiguidade e inseparabilidade – que por sua vez, invocam, em um sentido semelhante a imagem da fita de Moebius, a complexidade relacional entre o corpo, mundo; interioridade e exterioridade. Rees cita Merleau-Ponty para dar sustentação a esse argumento: “O interior e o exterior são inseparáveis. O mundo é totalmente dentro, e eu sou totalmente fora de mim” (MERLEAU-PONTY apud REES, 2017, p.6).

Definidos os contornos do conceito e operações da corporificação através de, por um lado a relação entre corpo e linguagem e sua espectralidade e, por outro, da tensão descrita no paradoxo entre ser ou ter um corpo; o conceito de corporeidade se apresenta, através do engajamento de Rees para com o texto de Caroline Bynum (1995). A autora sinaliza como:

Nós tendemos a rejeitar tanto uma” corporeidade “que é em alguma forma anterior as genderizações, sexualizações, colorações ou deficiências que pessoas particulares são sujeitas, quanto um corpo que é facilmente separado de sentimentos, consciência e pensamentos que nele ocorrem” (BYNUM, 1995, p.2).

Aqui, corporeidade assume o sentido da operação através da qual os corpos são feitos, e a maneira em que engajamos para com essa miríade de estruturas analíticas (REES, 2017, p.9).. Ao invocar as relações entre gênero, sexo, raça e deficiência, Bynum invoca uma categorização dos procedimentos que materialmente e discursivamente constroem e constituem a realidade corpórea. Dessa maneira, aliada as proposições entre corpo e linguagem realizadas por Butler, temos a alusão ao aspecto performativo da corporeidade, ou seja, os mecanismos através dos quais a forma linguística de interação com a estrutura corpórea escoa os limites de uma construção somente discursiva e assume suas inflexões materiais.

Voltando as suposições que permeiam o trabalho de Haraway (1991) Rees demonstra que as dicotomias “humano/animal, artificial/natural, corporal/incorporal e orgânico/inorgânico tornam-se não dualismos antitéticos mas

marcadores de continuidade e coalisão” (REES, 2017, p.9). Assim, a alusão ao corpo ciborgue, em Haraway, simboliza uma trajetória analítica possível para o engajamento com os dualismos utilizados para a construção imagética e conceitual do corpo (Ibid.). O restante do capítulo de Rees assume, então, a defesa por uma trama interdisciplinar que possibilitaria o acesso as problemáticas do corpo e corporificação. Fazendo uso de Foucault a autora situa que “é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão” (FOUCAULT, 1991, p.25) Desse modo a autora finaliza seu deslocamento analítico de maneira a reestruturar as formas pelas quais o acesso a corporeidade, as questões sobre a posse do corpo ou a existência no corpo se atualizam. O compêndio de forças que estruturam a materialidade corpórea – e seu escoamento – modulam assim a relação entre os procedimentos performativos no e do corpo, que por sua parte, atualizam o leque de possibilidades de engajamento para com a condição corpórea. Em outras palavras, seria a partir das operações de corporificação que se torna factível o desmembramento do corpo em campos analíticos diversos. Reitera-se então, o excerto foucaultiano: é sempre do corpo que se trata.

O capítulo produzido por Fraser e Greco (2005), à sua maneira, assume contornos semelhantes com o de Rees no tocante a uma situação ampla dos embates e debates sobre o corpo. À medida que situam algumas das problemáticas e tensões dispostas, as autoras inauguram o texto através de, mais uma vez, uma instrumentalização literária e da invocação de uma reação corpórea ao leitor. Ora mobilizados através das figuras do urso, e das mãos, como anteriormente sinalizados pelos autores abordados, a opção de Fraser e Greco se dá por uma passagem que invoca tanto a inseparabilidade do corpo como sua “presença-ausente”. Ao contrastar a presença do corpo no trecho de Alfred North Whitehead⁵ com a tendência analítica da suposta “ausência” do corpo, as autoras demonstram uma das instâncias da ambivalência da condição corpórea.

Situando por um lado, o modo através do qual o corpo era referenciado enquanto estratégia metafórica para elaborações sobre o mundo social, as autoras sinalizam o ponto cronológico de virada da proliferação dos estudos do corpo a partir da obra de Bryan Turner em seu livro “The Body and Society: Explorations

⁵ “Ninguém nunca diz, Aqui estou eu, e eu trouxe meu corpo comigo” (WHITEHEAD, 1938, apud FRASER; GRECO, 2005).

in Social Theory” ([1984] 2008). Movimento central ao argumento de Turner, para as autoras é aquilo que o autor nomeia como a ascensão de uma “sociedade somática” pelo meio da qual “nossos maiores problemas políticos e morais são expressos através do conduíte do corpo humano” (TURNER, 1996, apud FRASER; GRECO, 2005, p.2). Ao atentar para as mudanças sociais promovidas pelas alterações nos modos de produção, pela reestruturação das condições de trabalho, e ainda pela mudança demográfica das sociedades ocidentais, as autoras ancoram a proposição de Turner sobre uma espécie de retorno ao corpo como estrutura basilar onde se desdobram diferentes tipologias de relações sociais.

Outro ponto sinalizado por Fraser e Greco, através de Arthur Frank (1995 apud FRASER; GRECO, 2005), é a forma pela qual, no contexto pós-moderno doenças e enfermidades realizam um deslocamento do corpo para uma espécie de não lugar onde a possibilidade da longevidade é confrontada com a impossibilidade da cura de algumas condições médico corpóreas. Aqui se torna possível a alusão ao contexto da segurança sanitária exacerbado pelas lógicas globais de disseminação de patologias como a SARS-Cov2 e a pandemia da chamada COVID 19 no intervalo entre 2019-2021. Tal movimento permite também a tentativa de aproximação do vocabulário da segurança sanitária ao vocabulário da segurança ontológica, caro aos estudos de Relações Internacionais.

Dessa maneira, as dinâmicas de saúde e doença assumem outros contornos quando sobrepostas a uma estruturação analítica do campo. Ademais, a inclusão do contexto que inclui saberes médicos e doença, permite, de maneira breve, a sinalização do trabalho de Annemarie Mol em “The body multiple: ontology in medical practice” (2002) que, por sua vez – e de maneira a resumir um de seus argumentos centrais – demonstra a forma pela qual modulações ontológicas e procedimentos técnicos, como aqueles que permeiam a prática médica, reabilitam e performam produções específicas de corpos patológicos. Em outras palavras, Mol torna possível a investigação da forma pela qual o corpo oscila em relação aos condicionamentos ontológicos – e em medida, materiais – dos campos em que corpos são admitidos. De maneira a sinalizar a permeabilidade dos condicionamentos corpóreos e das relações descritas entre doença, enfermidade e as operações produtivas do corpo, as autoras afirmam o seguinte:

(...) enquanto viver com doenças torna proeminentemente o corpo como um aspecto problemático da vida cotidiana, a ênfase médica da prevenção significa que o corpo não é mais a província exclusiva de um interesse ou curiosidade especializados. (FRASER; GRECO, 2005, p.2)

Logo, a relação disposta no questionamento sobre a posse ou a existência do/no corpo assume outros contornos se tensionada em conjunto com as questões de uma imagética corpórea, e da performance dos condicionamentos produtivos do corpo em saúde e doença, para além das delimitações de um saber médico centrado. Em outros termos, expande-se a forma de localização das forças produtivas do corpo e das operações que desencadeiam patologias e psicopatologias, por um lado, e a atuação de forças contrárias com o interesse de manutenção do corpo, sobre a lógica de ser/estar no corpo e possuir um corpo.

Avançando o panorama proposto pelas autoras, situa-se então a realocação do corpo enquanto pauta central aos movimentos de “liberação” (FRASER; GRECO, 2005, p.2). Estão entre os citados “o feminismo e teorias feministas, movimento de direitos civis de negros e gays (em conjunto com desenvolvimentos na sociologia da raça e etnicidade e novas perspectivas sobre sexualidade e identidade sexual” (Ibid.) conectados, em grande parte, “com críticas ao positivismo frequentemente associadas com teorias pós-coloniais, pós-modernas e/ou pós estruturalistas” (Ibid.). Tais deslocamentos teóricos demarcam a problematização da noção do corpo enquanto uma entidade única e coesa e a transformação conceitual e discursiva que torna lugar comum o engajamento para a condição corpórea na forma corpos, em plural. À medida que essa movimentação analítica visa desestabilizar a construção unívoca de um corpo, em relação as proposições imagéticas e políticas que associam o corpo a uma tipologia específica de condicionamento corpóreo, frequentemente articulada nos termos de uma hierarquia de poder invoca-se, nesse capítulo, a noção discursiva de corpo – no caso, um corpo – de maneira a tensionar categorias de universalidade e comunalidade.

Embora, como argumentado pelas autoras, a opção pelo plural corpos promova “o reconhecimento de que não existe um corpo como tal, dado e fixado por todo o tempo, (...) e que experiências enraizadas em diferentes formas de corporificação podem ser radicalmente incomensuráveis” (FRASER; GRECO, 2005, p.3), o argumento pela permanência do uso do corpo em singular visa, de maneira semelhante ao quiasma e a imagem da fita de Moebius, situar que embora

incomensuráveis, existe uma parcela corpórea que assume ao mesmo tempo as qualidades da universalidade e comunalidade. Em outras palavras, existe um tensionamento particular entre aquilo que realiza uma espécie de ato balizador da experiência humana – o corpo – e ao mesmo tempo promove a (quase) total desarticulação dessa comunalidade. A universalidade do corpo, aqui, não assume os contornos de uma leitura que aproxima um ideal teológico de corporificação, ou de condicionamento corpóreo, mas sim desse exercício ambivalente de conexão entre corpos.

Todavia, essa defesa pelo uso singular do vocábulo não elimina a possibilidade da invocação do plural corpos e dos efeitos políticos inscritos em tal recurso. A proposição, aqui sinalizada, perpassa um movimento analítico conceitual que mais se distancia do que se aproxima da reprodução de uma figuração corpórea unívoca. O entrecruzamento que permeia as considerações e debates em torno do corpo, corporeidade e corporificação, suas reproduções, performances e operações encarnam a complexidade da matéria sobre a qual se debruça este esforço.

Assim sendo, insinua-se uma elaboração acerca das políticas do corpo – ou dos corpos – de maneira a engajar para com os modos operativos que implicam a manutenção das condicionalidades corpóreas e os trajetos pelos quais se tornaria possível a reavaliação dos procedimentos linguísticos e materiais que, no limite, os rearticulariam. Tal movimento, por um lado, descreve a investigação das forças e formas que atuam em corpos e, por outro, habilitaria uma tipologia de reação corporificada. Não se expressa aqui um argumento pelo vocabulário da reação, mas sim uma leitura balizada pela contingência da possibilidade de ação corpórea. Haverá sempre uma série de interações precedentes a qualquer atividade proposta por um corpo. Resta então a produção de um arcabouço teórico que qualifique a inevitabilidade enunciada na ação – aqui também reação – do corpo.

Regressando ao texto de Fraser e Greco, após o desvio a mais uma das sobreposições teórico analíticas que animam o engajamento para com o corpo, as autoras continuam a situar, a sua maneira, a questão corpo/corpos por meio dos argumentos de Thomas Osborne (1997). Apesar da postura, em um primeiro momento, cética acerca das possibilidades teóricas descritas pela inclusão de conceitos como o “sujeito corporificado” na sociologia, o autor situa o modo pelo qual as problemáticas descritas pelo corpo permitem que este objeto/nível de análise se desdobre não como obstáculo, mas sim enquanto veículo para produtivo

à ação e pensamento. Dessa maneira, a despeito de um posicionamento contrário a utilização do plural corpos e da afirmação de que o corpo seria tudo (Ibid.). (aqui se distanciando de um argumento pela inevitabilidade do corpo, e de um tipo de fatalismo corpóreo⁶) o autor propicia um tipo de engajamento para com o corpo que descarta uma solução unívoca as suas problemáticas. Esse movimento, a seu modo, ressoa para com um exercício contrário a uma cristalização responsiva que está inserida, quase que metodologicamente, para com o problema corpo/corpos. Em outras palavras, a instrumentalização do vocabulário corpos, aliada a suposição de uma resposta possível as problemáticas que os corpos atualizam alcança o movimento que visa se distanciar. Sem a uma teoria que metodologicamente assuma as possibilidades dissonantes de seus fins analíticos, a utilização do vocabulário de corpos e corporificações é imprecisa.

3.4. Mente e corpo: O que resta de Descartes

De maneira a avançar a construção de um panorama geral sobre os estudos do corpo, Fraser e Greco se debruçam então ao exercício de sua definição. Para tanto, as autoras retornam à dualidade descrita pela ausência/presença do corpo de maneira a situar a literatura que verifica, em Descartes e suas proposições mais famosas, o legado que torna factível o argumento por um sujeito não corporificado. Nesse sentido, a proposição do *cogito* cartesiano, na separação e distinção entre mente e corpo. Entretanto, de modo a promover um tensionamento para com o lugar comum da crítica ao pensamento cartesiano no campo dos estudos de corpo, as autoras, através de Baker e Morris, verificam o contraponto apresentado como a “lenda cartesiana” (BAKER; MORRIS, 1996).

Ao alegar o caráter parcialmente ficcional atribuído a essa leitura do dualismo cartesiano, em uma análise contextual das obras do autor, Baker e Morris propiciam uma realocação das expectativas e críticas construídas com base nas elaborações de Descartes. Ao sinalizar a separação das substâncias do pensamento e das substâncias corpóreas (Ibid., p.11), os autores então demonstram o paralelismo cartesiano entre o mundo da matéria e o mundo mental. Ao estabelecer os limites da metafísica cartesiana, a partir de uma reconstrução das interpretações comumente associadas a crítica de seu *cogito ergo sum*, Baker e Morris apontam o

⁶ O que se nomeia enquanto fatalismo corpóreo, aqui, é a tendência a assumir o argumento de que o corpo seria “tudo”.

deslocamento de, por exemplo, sensações estipuladas sobre o compêndio mente-corpo de forma a borrar os limites estabelecidos entre as duas entidades (Ibid. p.25). Em outras palavras, a promoção de uma outra de tipologia de engajamento para com a obra cartesiana possibilita a dissolução das supostas separações absolutas entre os dois mundos – mental e corpóreo – que a dita “lenda cartesiana” admite.

Apesar de situadas as limitações da corrente leitura das proposições cartesianas, Baker e Morris reiteram – a despeito das críticas – o lugar situacional dessas interpretações no contexto dos estudos corpóreos:

Qualquer que seja a precisão histórica e textual (ou não) da atribuição dessa versão do dualismo a Descartes, ela claramente constitui um conjunto poderoso de ideias a respeito da natureza dos corpos, da natureza do conhecimento e das relações entre os dois termos (BAKER; MORRIS, 1996, p.6)

Ponto subsequente a análise das reverberações da tradição cartesiana é localização da problemática do conhecimento. Na esteira da influência da separação entre os dois mundos – conhecimento e corpo, nos termos cartesianos – as autoras sinalizam a crítica a uma proposta filosófica de conhecimento não corporificado. Através de Steven Shapin, se mobiliza a ideia de que “nunca vi uma ‘ideia não corporificada’ (...). O que eu e eles vemos são pessoas corporificadas, *retratando* tanto a sua não corporificação como a do conhecimento que produzem” (SHAPIN, 1998. apud FRASER; GRECO, 2005, p.6, grifo das autoras).

Aqui se torna possível um desvio até a tradição analítica que admite a existência de um sujeito não corporificado, como anteriormente sinalizado por meio da obra de Wilcox. A noção de uma interface de ação política a parte de sua estruturação corpórea encontra, dessa forma, o embate para com a necessária interconexão entre ideais, conhecimento e o corpo. Assim abre-se caminho para a crítica e situação da performance do sujeito não corporificado. Sob os termos de Shapin e através da investigação de Butler sobre performatividade, se faz viável a verificação dos processos performativos da separação entre mente e corpo – entre ideia e substância materializada. Em outras palavras, reorienta-se a observação da problemática do dualismo corpóreo não enquanto proposição estática ou categoria organizada por leis absolutas, mas sim enquanto processo em constante atualização.

Continuando seu esforço de definição dos parâmetros e delimitações do corpo, as autoras se valem dos argumentos de Donna Haraway (1997 apud FRASER; GRECO, 2005) para situar a forma através da qual relações entre corpo

e conhecimento são necessariamente perpassadas por relações de poder. No contexto de testemunho de práticas científicas, Haraway mobiliza a distinção entre uma epistemologia que admite o lugar e proeminência de um corpo masculino, e a invalidação das experiências – via testemunho – de corpos femininos. A autora afirma então que: “Pessoas racializadas, sexuadas e trabalhadoras ainda tem muito trabalho a fazer para tornar-se similarmente transparente para contar como testemunhas objetivas e modestas do mundo (...)” (Ibid.). Tal consideração permite a Fraser e Greco a seguinte declaração:

(...) a frequente feminização e racialização de qualquer noção do corpo, indica que o dualismo ‘cartesiano’, o qual provê um ponto de referência para grande parte da sociologia contemporânea do corpo, é na verdade, dificilmente neutro (FRASER; GRECO, 2005, p.7)

Nesse sentido, coloca-se em questão a maneira em que a construção de um corpo idealizado e teológico, presente aqui em uma leitura do dualismo cartesiano, promove a segmentação categórica dos corpos de modo a qualificar suas atribuições. Em outros termos, tendo como exemplo procedimentos de racialização e feminização, verifica-se a distribuição qualitativa dos corpos, cujo ideal descrito por uma teorização cartesiana, equipara o corpo – esse aqui o ideal teórico – a parcela dicotômica das relações de poder.

Assim reiteram-se os mecanismos insinuados pela leitura prévia dos argumentos de Bordo, de forma a equiparar o corpo feminino – e na extensão do argumento, tanto o corpo racializado quanto aqueles não conformados a um ideal normativo – a visão negativa do corpo. Dessa forma são estabelecidas então as dinâmicas relacionais de categorias de poder, onde um corpo idealizado – e materialmente correspondido – marca a disposição hierárquica dos corpos. Todavia, não cabe a esse momento do texto a nomeação ou construção de uma definição estável desse corpo idealizado, de maneira a postular uma espécie de espantinho teórico, corpo a ser desmantelado para a validação de experiências corpóreas não normativas. Compete a este esforço, a anunciação da problemática.

No âmbito, ainda, da apresentação dos contornos sobre os quais o debate sobre a problemática corpórea se apresenta, Fraser e Greco, apontam a algumas das tensões do campo de maneira a apontar que:

Em outras palavras, dualismo – e a possibilidade de considerar o corpo como um objeto ou como um sujeito, a partir da perspectiva da matéria ou da linguagem –

corta transversalmente por entre disciplinas e pode produzir, ao menos algum grau de coerência interdisciplinar (coincidindo por conflito infradisciplinar) ao longo de suas linhas metodológicas. (FRASER; GRECO, 2005, p.8)

Logo, desmantela-se a busca por um essencialismo possessivo do corpo enquanto categoria de análise político social.

Outro movimento situado pelas autoras é a relação de distanciamento do corpo enquanto objeto analítico no processo de estabelecimento do campo sociológico e de seu relacionamento para com a produção médico biológica acerca do corpo. Em seu modo a exclusão do corpo no imaginário sociológico corresponderia justamente a este movimento de localização dos objetos sociológicos nos condicionamentos coletivos e nos procedimentos que garantem a manutenção dos processos através da consciência e cultura (FRASER; GRECO, 2005, p.7). Efetivamente, apesar da dicotomia presente no afastamento do corpo, por um lado, e seu resgate, por outro, a realocação da corporalidade para além do vocabulário biológico descreve os esforços inscritos na elaboração de uma sociologia do corpo.

No entanto, não bastasse o distanciamento analítico e a construção de um vocabulário próprio para o engajamento do corpo em teoria social, a materialidade da condição corpórea – e em sua maneira a base de explanação biológica do corpo – se mostra enquanto objeto de análise e escrutínio constante. Ao se debruçar sobre literaturas feministas e a relação entre os processos de condicionamento social e a base biológica dos corpos, as autoras verificam o estresse entre, por exemplo, os debates sobre questão sexo/gênero (Ibid. p.8). Tal paradigma, por sua vez, expressa a trajetória a partir da qual os procedimentos sociais e performativos do corpo se chocam com a materialidade corpórea frequentemente associada, e descrita, em termos biológicos.

Além disso, a distinção entre as duas modalidades de aferimento do corpo – a forma biológica e a forma social – revelam a seguinte tendência: “acredita-se frequentemente que o corpo biológico é politicamente e materialmente estático, enquanto *maleabilidade* política e material é reservada para o corpo ‘cultural’” (WILSON, 1998 apud FRASER; GRECO, 2005, p.9, grifo das autoras). Diante disso, se apresentam duas elaborações: A primeira é a crítica a distinção proposta de forma a sinalizar a contiguidade das atribuições do corpo cultural – ou social – com a sua estruturação biológica, em especial sua superfície (FRASER; GRECO,

2005, p.9). A segunda é a verificação da confirmação da separação entre interioridade e exterioridade corpórea. Se ambas admitem os problemas das relações dicotômicas do corpo, a imagem do quiasma, por um lado, e da fita de Moebius, por outro, demonstram tipologias viáveis para seu acesso. A forma cruzada do quiasma aponta as conjunções e distanciamentos entre o corpo biológico e o corpo social, de maneira a determinar suas sobreposições. A fita de Moebius, por sua vez, manifesta a qualidade da contiguidade da experiência corpórea e dos movimentos de indistinção entre dentro e fora e do corpo. Assim, através desses instrumentos figurativos, se torna possível tanto a contestação de um isolacionismo sociológico quanto a de um reducionismo biológico arriscando, nas palavras de Fraser e Greco, “diferentes formas de relacionamento para com os ‘outros’ da sociologia” (Ibid.). Consequentemente é manifestada, aqui, a proposta não de uma resolução das problemáticas corpóreas, mas ao menos da reabilitação de seus termos.

3.5. O que compõe o corpo? O que pode o corpo?

Depois de articular a definição do corpo enquanto objeto de indagação sociológico as autoras se dedicam a um mapeamento dos problemas da ordem – e por consequência desordem – social a partir de uma analítica do corpo. Com o objetivo de situar o trabalho proposto por Fraser e Greco, faz-se útil a reprodução de um excerto de Bryan Turner, cuja capacidade de situação do corpo permite a fragmentação da relação problemática entre corpo individual e sociedade. Antes disso, vale frisar que, nesse contexto de ordenamento social do corpo, “corpos (...) são teoricamente notáveis por sua capacidade de exceder, escapar, desafiar ou ameaçar a ordem social, e por requerer treinamento ou disciplina como precondição da vida social” (FRASER; GRECO, 2005, p.10.). Dispõe-se, então, através de Turner o argumento de que:

(...) a sociologia do corpo é um estudo do problema da ordem social e pode ser organizada em torno de quatro questões. São elas a reprodução e regulação de populações no tempo e espaço, e a restrição e representação do corpo como veículo para o *self*⁷. Essas quatro questões pressupõem a existência de uma oposição entre razão e desejo na sociedade ocidental esta a qual sugeri se articula com um conjunto

⁷ Se faz aqui a opção pela conservação do original em inglês *self*. Embora traduzido em outras vezes como o “Eu” ou como o “sujeito”, o argumento de Turner promove a situação da dinâmica velada de descorporificação do sujeito em textos de teoria social, de modo a reestabelecer a separação entre o *self* e os procedimentos corpóreos de sua materialização.

adicional de dicotomias, especialmente as dicotomias público/privado, masculino/feminino. (TURNER, [1984] 2008, p.42; FRASER; GRECO; 2005, p.10)

O primeiro movimento habilitado pelo recurso ao autor é o de aferição da relação por ele explicitada entre a sociologia do corpo e questão da ordem social. Ao definir um como o outro, Turner sugere uma espécie de encerramento da questão corpórea aos procedimentos de ordenamento social que, a sua forma, colapsam a emergência de corporificações não endereçadas pelo signo da ordem. A problemática descrita por essa perspectiva – tomadas aqui as devidas precauções sobre o caráter de ordenamento e investigação de processos enquanto objetivos gerais da produção de conhecimento sociológico – é a da forma pela qual a associação do corpo a ordem estreita o leque de possibilidades de performatividades corpóreas. De maneira semelhante ao essencialismo do “tudo é o corpo” a proposta de Turner reificaria um tipo de redução do corpo a processos de ordenamento. Não obstante o relacionamento íntimo entre as duas categorias – corpo e ordem –, não consta aqui uma defesa precipitada da possibilidade de uma fuga completa e absoluta dos procedimentos de ordenamento social pelo corpo. Os modos de produção e reprodução do corpo são sim conectados com estruturas de condicionamento da materialidade de corpórea, muitas vezes associados a uma manutenção da ordem. Entretanto retorna-se aqui a situação de uma espécie de inevitabilidade das formas de ordenamento dos corpos e a tipologia da ação – que em certa medida engloba, mas não se confina, à reação – que o caráter elusivo do corpo propõe. Diante disso, a crítica ao argumento de Turner se concentra não na negação da relação entre corpo e ordem social, mas em um exercício de alargamento de sua problemática.

O segundo movimento que se torna possível através do autor é o da análise do direcionamento do engajamento ao corpo a partir do relacionamento entre as operações de restrição e representação corpóreas enquanto mecanismo de materialização do *self*. De maneira a esmiuçar os termos pelos quais Turner elege as lógicas de restrição e representação, realiza-se um breve desvio analítico. No tocante as primeiras, o sentido de restrição do corpo estaria conectado com a forma pela qual as operações de contenção e organização dos desejos – aqui situando um problema interno ao corpo – seriam centrais ao processo de garantia e manutenção da ordem social. (TURNER, [1984] 2008, p.82). Logo, o desejo individual seria lido tanto como empecilho para a obtenção de uma suposta estabilidade do

ordenamento das sociedades, quanto demonstraria a necessidade de, através de aparatos de constrição, relegar as forças internas do corpo a uma cristalização tida como necessária ao funcionamento social. O ponto aqui não é a de corroboração do argumento de uma garantia forçada de fixidez dos desejos, mas sim o de situar as forças direcionadas ao seu ordenamento. Por sua vez, o problema da representação, endereçado pelo autor como externo ao corpo, estaria conectado com as formas de manifestação do corpo em espaços sociais. A representação, dessa maneira, estaria mais próxima a uma leitura que conecta o corpo e o *self* – ou a persona pública – a uma lógica performática, seguindo os contornos de um modelo dramatúrgico (Ibid. p.98). Nesse sentido, problemática se estabelece em torno da produção de imagens corpóreas que promovam e garantam a inserção e manutenção do *self* em seus contextos sociais. Aqui a extensão do sujeito à externalidade da pele, assume os contornos de uma performance que, apesar do problema da descorporificação anteriormente apresentado, tem por objetivos a inscrição do corpo nas lógicas de ordenamento social.

O terceiro movimento que se apresenta no excerto de Turner é o da mobilização das dicotomias que atravessam os procedimentos da performance corpórea. Nesse caso, público/privado e masculino/feminino não só permeiam as categorias de atribuição de um ordenamento que define as atividades endereçadas a cada um dos elementos das dicotomias – as atribuições do corpo público e do corpo privado; a performance masculina ou feminina – mas também abarcam o modo pelo qual tais reproduções estariam associadas a uma tipologia de ordenamento corpóreo. Não compete, a esse momento, a exemplificação das formas pelas quais corpos são constrangidos por cada uma dessas categorias. Todavia, a localização dessas operações permite a diagramação da relação entre processos corporificados e manutenção da ordem social.

Apesar das críticas ao modo pelo qual Turner traça os relacionamentos entre ordem e corpo – principalmente na tendência ao autor por um certo reducionismo – se torna evidente a proposta de inserção do corpo enquanto matéria basilar de desdobramentos sociológicos. O que, por sua vez, torna factível o redirecionamento do corpo aos debates sobre produção e reprodução de ordenamentos políticos. À medida que se verifica o fluxo analítico entre os problemas da ordem e desordem social e os mecanismos políticos que os atualizam, se promove a localização do corpo enquanto instrumento e estratégia que corrobora a manutenção – ou o

desmantelamento – de ordenamentos. A ação corpórea, seja através de uma leitura produtiva ou reativa, encontra assim o respaldo necessário para o argumento de sua centralidade.

Nessa toada, Fraser e Greco realizam uma análise dos conceitos de organismo e organização de maneira a situar o arcabouço discursivo e imagético que aproximam o uso dos termos em um panorama que se estende desde um aporte sociológico até um aporte biológico (2005, p.11). Os suportes da materialidade corpórea a esse tipo de formulação verificam a tendência de equalização dentre organização corpórea e organização social e, mais uma vez, permitem a localização da forma corpo enquanto instrumento para a garantia da ordem social. Aqui, o traçado entre a forma do corpo político e a tendência do discurso organizacional mobilizam a teleologia de um corpo coletivo e a passagem entre a individualidade dos sujeitos e a pretendida unicidade das sociedades. Logo, a regulação orgânica da metáfora corpórea é atribuída as formas de organização das comunidades políticas. Narrativa esta que se aproxima das atribuições políticas da forma estatal.

Todavia, as autoras apontam a carência de um sentido de unidade que possa ser invocado naturalmente para o funcionamento das sociedades. Dessa maneira, articulam o principal distanciamento entre essas e a forma de organização de um organismo biológico. Concluem então que:

(...) a proposição de que a regulação social tende em direção a regulação orgânica, apesar de nunca funcionar da mesma maneira, sugere uma abordagem ao problema da ordem social que evita a costumeira dicotomia entre uma teoria baseada no consenso e uma baseada no conflito. (FRASER, GRECO, 2005, p.11)

Assim, o argumento pela estruturação social aos moldes da estruturação corpórea é, em medida, desestabilizado. Entretanto, é esse movimento que torna factível a investigação do conjunto de forças, e operações, que garantem o funcionamento das comunidades políticas. A relação entre corpo e ordem simboliza, aqui, a estruturação analítica das formas e forças atuantes para a garantia da forma corpo, seja ela atribuída a materialidade individual ou a coletivização presente na forma sociedade.

Outro movimento realizado através do capítulo de Fraser e Greco é o de análise das relações dispostas entre corpos e identidades. A sua maneira, as autoras iniciam seu esforço nomeando a forma pela qual a sobreposição entre o corpo e o *self* é historicamente consolidada de forma a promover a seguinte definição: “O

sujeito soberano: aquele ser ostensivamente autônomo cuja autonomia é manifesta não só no exercício de sua vontade, agência e escolha individual mas em um corporalidade delimitada que assumidamente “termina” com a pele” (FRASER, GRECO, 2005, p.12). A situação dessa leitura da forma sujeito estabelece, em um primeiro momento, a predileção por uma abordagem que reifica um paradigma visual de apreensão da identidade via procedimentos corpóreos. Tal abordagem efetua a verificação do deslocamento de uma forma de organização interna ao sujeito à sua externalização por meio de performances corpóreas.

À medida que as atividades de produção e reprodução de identidades podem ser, segundo as autoras, conectadas a superfície do corpo a demanda por uma certa inteligibilidade dos processos de visualização de identidades podem cooptar tanto sua defesa quanto sua crítica. Aqui Fraser e Greco organizam não só a forma pela qual a acessibilidade das operações visuais promovem a constituição do corpo enquanto estratégia política de manutenção de identidades, mas também o modo pelo qual podem ser estabelecidos movimentos de contestação da imagem superficialmente aferida (FRASER, GRECO, 2005, p.13). Embora associada a pele ou a camada exterior, os processos de identificação e autopromoção de identidades não se restringem a esse espaço. Importante situar, aqui, o intercâmbio entre as operações corpóreas internas e a manutenção da coerência – ou não – das imagens internas ou externas ao sujeito corporificado.

O binário dentro/fora é então posto em questão pelas autoras através da obra *Gender Trouble* de Butler (1991). Os exemplos articulados por Butler “ilustram como os estilos sexuais de drag queens e lésbicas masculinas⁸ contestam categorias de sexo e gênero ao produzir signos de não conformidade com normas corpóreas heterossexuais” (FRASER; GRECO, 2005, p.13). Entretanto, apesar de situar o argumento de Butler, as autoras apontam a forma pela qual este sugere um tipo de inteligibilidade e coerência política para essas performances corpóreas. O movimento aqui não se restringe a uma crítica das proposições da autora, mas sim na verificação da possível incoerência entre procedimentos corpóreos e sua contrapartida visual. A análise da imagética descrita pelas performances do corpo simbolizam a contradição frequentemente aferida entre representação individual – via corpo – e a inteligibilidade de suas atribuições estéticas.

⁸ No original “*butch lesbians*”.

Os processos de definição e redefinição de uma estilização corpórea, nesse sentido, manifestam tanto a mutabilidade das relações inscritas ao sujeito corporificado, sua capacidade de deslocamento histórico ao referencial de imagens corpóreas e produção de identidades visualmente perceptíveis. Não se busca, aqui, uma defesa de uma leitura da manutenção de identidades como um processo que dependa de sua externalização via corpo, mas sim da forma pela qual o relacionamento entre corpo e identidades pode ser interpretado.

Todavia a conexão entre as duas esferas é marcada pela flutuação da indexação entre corpo e identidade. Através de Sarah Ahmed (1996 apud FRASER; GRECO, 2005) as autoras indicam as dinâmicas de autoidentificação, a proeminência do campo visual para os processos de atribuição de identidades, maleabilidade manifestada por intermédio do “poder de reivindicação”. Logo, permite-se uma estratégia argumentativa que considera os procedimentos inseridos na forma identidade enquanto afinidade política, mas também delimita a inclusão de performatividade como instrumento que se dá através da exterioridade corpórea. Nesse sentido se dá o intercâmbio entre a superfície do corpo – a pele – e sua porosidade, tendo por efeito a situação da constante reatualização dos processos de identificação. Marca-se então a não fixidez do sujeito e de suas identidades – e por extensão, seu corpo – tomando assim o caráter processual através do qual operam essas categorias como base para a analítica

Ainda sobre a questão da relação entre o corpo e identidades, as autoras sinalizam para a forma como qual a emergência de uma identidade pós humana se verifica na passagem da materialidade corpórea aos processos de informatização do ciberespaço (FRASER; GRECO, 2005, p.15). Apesar de marcada por uma espécie de crítica a possibilidade de dissolução das fronteiras corpóreas a essa nova materialização (DREYFUS 2001, apud FRASER; GRECO, 2005, p.15), as autoras se valem dos argumentos de N. Katherine Hayles para afirmar a prevalência do conceito de corporificação, apontando as formas através das quais se dariam tanto a extensão da corporeidade humana como a diferenciação entre máquina e o sujeito. É justamente sobre essa categoria – o sujeito que “possui um corpo mas não é um corpo e sua fissura (entre corpo e mente/*self*)” que se estabelecem as considerações de Hayles. A autora, dessa forma, afirma que a definição humanista e liberal do sujeito habilita a reivindicação “de sua notória liberdade, uma reivindicação que depende do apagamento dos marcadores de diferença corpórea incluindo sexo, raça

e etnicidade” (HAYLES, 1999, pp.4-5). Aqui o recurso realizado pelas autoras teria o efeito de reificação da necessidade de engajamento para com a materialidade da carne que atualiza o corpo. Por fim, marca-se aqui a centralidade de teorizações feministas, pós-coloniais e pós-modernas para a reinscrição da materialidade corpórea enquanto instrumento e veículo de análise e para o alargamento do escopo de investigação das relações de poder que atravessam esses campos, tanto enquanto disciplinas, quanto dos condicionamentos e ordenamentos aos quais se referem.

O último movimento a ser realizado a partir do capítulo de Fraser e Greco é o da investigação da relação entre corpo e ética. Para tanto as autoras promovem primeiro uma breve delimitação da forma pela qual um primeiro contato entre as duas categorias seria mediado pelo campo da bioética, sobretudo em sua conjunção com a prática e pesquisa da medicina e biomedicina. Em grande parte, os exemplos elencados através desses campos corroboram “um estilo de raciocínio ético descorporificado” no qual “corpos aparecem enquanto o objeto passivo de um raciocínio moral abstrato que se origina de um sujeito supostamente descorporificado” (FRASER; GRECO, 2005, p.31). Nesse sentido, se faz presente o contraste entre uma tradição filosófica anglo-americana baseada na determinação de um sujeito liberal e perspectivas pós-modernas pós-coloniais que contestam tanto o exercício racional do sujeito ao corpo como também os mecanismos pelo qual a abstração corpórea – aqui conectada a uma cisão entre mente e corpo – se manifestam (Ibid.).

Todavia, Fraser e Greco sinalizam como uma abordagem ética alternativa, essa baseada na consideração de processos narrativos, permitem o engajamento com o corpo de maneira a sinalizar a forma pelo qual tais análises e proposições não só tem o corpo como objeto mas enquanto sujeito. Por intermédio da obra de Arthur Frank (1995) as autoras promovem a situação de uma ética corporificada na qual o testemunho – aqui manifestado através do exercício narrativo – permite a investigação dos processos pelos quais experiências e conhecimentos são atualizados em situação corpórea. Em outras palavras, o movimento de inclusão da narrativa habilita a reivindicação por saberes assentados pelos corpos de maneira a habilitar experiências particulares enquanto conhecimento. Por sua vez, no que tocam as elaborações realizadas por Frank e a prática médica, a narrativa estabelece a relação de testemunho, relação esta que invoca a necessidade pelo compartilhamento das histórias e das experiências do corpo, de modo a estabelecer

através da comunhão entre narrador e audiência – aqui aquele que narra e aquele que participa ativamente através do testemunho⁹ - uma ética corporificada.

Logo, “a abordagem narrativa envolve então o distanciamento de uma concepção de ética como um conjunto de proposições verdadeiras conduzindo a preceitos morais” (FRASER; GRECO, 2005, p.32). Por meio de Rosalyn Diprose (1991 apud FRASER; GRECO, 2005, p.32) as autoras definem que essa tipologia de engajamento localizam a conjunção entre corpo e subjetividade, de maneira estipular o contato desse corpo para com outros corpos inseridos em dinâmicas de poder, desejo e conhecimento (Ibid.). É a ênfase no caráter processual da ética, sob a forma do encontro e do tornar a -ser¹⁰ que atualiza a aproximação entre o conceito e os procedimentos corporais que a atualizam.

Aqui, as autoras realizam um breve retorno ao conceito foucaultiano de ética para descrever a forma pelo qual se estabelecem os processos de sujeição, liberdade e existência. Ao tomar a definição de ética enquanto “a prática de constituição do *self* enquanto sujeito” (Ibid.) aponta-se a elaboração de Foucault de forma a estipular a relação entre ética e o domínio de si de forma a situar não uma passividade, mas sim a potência ativa de si em si (FOUCAULT, 1990, pp.82-3). Apesar de sugerir um certo tipo de alusão a cisão cartesiana no tocante a submissão do corpo do sujeito a suas aspirações mentais – postulando aqui mais uma versão de um sujeito não corporificado – os argumentos foucaultianos permitem um distanciamento desse tipo de leitura. O que permite, por sua vez, que Fraser e Greco afirmem que na esfera da ética “o corpo (ou o corpóreo) não aparece enquanto um objeto passivo da alma ou da mente filosófica, mas como a instância ativa da balança estética e como a fonte de sabedoria e conhecimento” (FRASER; GRECO, 2005, p.32). Assim sendo, se torna factível um direcionamento do corpo enquanto interface sobre a qual se descrevem os procedimentos éticos, de forma a incluir o corpo como estrutura ativa de considerações filosóficas.

Lisa Blackman, por sua vez, realiza um exercício semelhante ao de Rees, e ao de Fraser e Greco de maneira a situar o que nomeia enquanto um “pensamento

⁹ Esbarra-se aqui com um obstáculo linguístico.. Atenta-se para o intercâmbio semântico, em português, entre testemunha no sentido daquele que narra – o proponente do discurso – e testemunha no sentido de escuta – aquele que compartilha ativamente do momento em que se estabelece a narrativa. Dessa forma, em Frank, o relacionamento de uma ética narrativa se manifesta através do contato entre essas duas figuras que realizam o mesmo ato de testemunho.

¹⁰ “(...) *as soon as ethics is conceived as stemming from processes of being and encountering*” (FRASER; GRECO, 2005 p.32).

através do corpo” (2008). De forma a evitar a repetição das questões abordadas anteriormente por esse capítulo, o recurso a autora se dá numa espécie de recapitulação de algumas das principais problemáticas apresentadas pelo movimento de um engajamento ao – e através do – corpo.

O primeiro movimento que se dá através de Blackman é o da contestação do conceito de “corpo natural” amplamente estabelecido pelos campos da psicologia, biologia e medicina. Para tanto, a autora resgata a produção de Annemarie Mol – citada previamente – para estipular como a passagem da noção de um corpo (aqui este corpo naturalizado, individual e delimitado) para corpo múltiplo apresenta a forma pela qual

(...) o corpo não é confinado a pele, onde nós entendemos a pele como uma espécie de recipiente para o self, mas em vez disso como nossos corpos sempre se estendem e conectam com outros corpos, humanos e não humanos, com práticas técnicas, tecnologias e objetos que produzem diferentes tipos de corpo em diferentes formas (BLACKMAN, 2008, p.1).

Logo, a forma corpo admitiria um deslocamento conceitual, se distanciando das problemáticas que envolvem o binômio ser ou ter um corpo, para a organização dos seguintes questionamentos: O que pode um corpo? O que os corpos podem se tornar? Quais práticas condicionam determinadas formas de produção e feitura de corpos específicos? (Ibid.). Quanto a isso, se torna necessário tanto uma realocação epistemológica e ontológica do corpo enquanto conceito balizador de conhecimentos como também a reinserção de categorias de poder, subjetividade e técnica de modo a produzir – em conjunto com o corpo – análises capazes de desestabilizar as suposições do corpo natural. Caso o corpo seja lido sempre enquanto “substância ou entidade” (Ibid.) tais desdobramentos críticos se tornam improváveis. É sobre esta passagem – o único ao múltiplo, do delimitado para o relacional – que se estipulam tanto o cerne desse trabalho como – em reverberação – as autoras e autores abordados até então.

É a partir desse cenário que se manifesta, segundo Blackman, o sentimento de “novidade” ou a construção da reivindicação por um “retorno” ao corpo. Todavia, aproxima-se mais aos objetivos desse exercício não a sinalização de um retorno, de modo a traçar como “resposta” a reinclusão do corpo a processos de investigação, mas sim marcar a forma pela qual tanto o “apagamento” do corpo como seu “resgate” são permeados de estruturações e considerações da prática de

pesquisa e produção de conhecimento. Importante frisar, dessa forma, que a resistência ao argumento de “novidade” não nega as mudanças históricas que permeiam as formas de relacionamento e engajamento para com o corpo na passagem do século XX ao século XXI, sobretudo os avanços da biomedicina e das tecnologias da informação e as mudanças culturais que borram as antigas formas de delimitação das fronteiras do corpo e das formas de relacionamento – coletivo e individual – para com a materialidade corpórea. O ponto, aqui, se dá justamente na necessidade de reorganização do arcabouço e ferramental teórico que media a interação entre o corpo e a produção acadêmica que se dá sobre – e inevitavelmente, através – dele.

Dessa maneira, a autora sinaliza justamente as reformulações sobre as atribuições do corpo – o que ele é e o que ele faz – que se fazem necessárias as teorizações antropológicas, sociológicas, culturais e psicológicas – e aqui por extensão, necessária a Teoria Política e as Relações Internacionais. A questão das operações do poder em relação a corporeidade do sujeito, desse modo, se tornam centrais ao engajamento para com os procedimentos que através de técnica e tecnologia, mediam a produção e reprodução de corpos. O apontamento das esferas produtivas do corpo, sendo elas a material, social, ideológica e cultural (BLACKMAN, 2008, p.2) demonstram algumas das delimitações analíticas que envolvem a relação entre corpos e identidades, sobretudo na tendência da compartimentalização de corpos ao sujeito, ao invés da lógica de concatenação. Em outras palavras, se torna factível o argumento por um corpo múltiplo – aos termos de Annemarie Mol, baseado na adição de suas formas de organização, e não da necessidade por engajar somente para com uma das formas que o corpo se apresenta. Tal proposição manifesta os desafios analíticos do estudo dos fenômenos corpóreos, de forma a situar a necessidade de uma malha transdisciplinar que, ao dispor sobre a problemática corpórea, ao menos aponte a maneira pela qual seus processos se dão entre e através de delimitações disciplinares, ou de categorias de investigação.

Assim sendo, Blackman sinaliza mais algumas das formas pela qual o corpo invoca a carência de considerações sobre “o *micro* e o *macro*, o *individual* e o *social*, *agência* e *estrutura*, *corpo* e *mente* e o *dentro* e o *fora* (BLACKMAN, 2008, p.2, grifos da autora). Outra necessidade manifestada é a da disposição sobre um método ou metodologia que se habilitem enquanto analíticas do corpo, em medida

que muitas das delimitações apresentadas se relacionam para com as pressuposições epistemológicas e ontológicas a respeito de um conhecimento sobre – e a partir – corpo. A autora estabelece, através de Chris Shilling, que “para alcançar uma análise adequada do corpo, nós devemos considerá-lo enquanto um fenômeno material, físico e biológico que é irreduzível a imediatos processos sociais ou classificações” (SHILLING, 1993, p.10 apud BLACKMAN, 2008, p.3). Logo, o corpo se tornaria um amálgama de diferentes processos, sendo assim relacional e situacional por definição. O problema mais uma vez identificado seria o de conjunção das diferentes dinâmicas que produzem e reproduzem corpos, produzindo assim uma malha analítica que não preza necessariamente pela coerência entre processos corpóreos, mas nos tensionamentos que entre eles se apresentam.

Após estas considerações apresenta-se, novamente, a conveniência da disposição de algumas linhas ao problema do dualismo. A cisão entre mente e corpo, desse modo, advogam a compartimentalização de processos que permitem o “pensamento, a razão, a argumentação e o debate” (BLACKMAN, 2008, p.4) enquanto aspectos proeminentes – senão totalmente – mentais. A cognição dessa forma é estipulada como atividade a parte da estrutura corpórea, em uma espécie de condicionamento de sua independência. As atividades corpóreas que mantêm as atribuições cognitivas seriam, de grande modo, lidas enquanto involuntárias (Ibid.). É essa versão do dualismo que apresenta a cisão cartesiana. Tal processo, por sua vez, proporciona a sobreposição de outros dualismos. Segundo Blackman:

(...) a separação entre mente e corpo; a ideia de que a mente é sujeita ao controle voluntário, usualmente caracterizada como razão, e o corpo, que é sujeito as leis que governam processos que não requerem esforço consciente ou atenção. Essa distinção entre aquilo que é considerado como involuntário (portanto fixo) e aquilo que é considerado como voluntário (portanto sujeito a mudança) produz mente e corpo enquanto entidades distintas. (BLACKMAN, 2008, p.4.)

Logo a dualidade entre processos ativamente propostos e aqueles que involuntariamente – ou seja, passivamente – se desdobram corrobora uma imagem que não considera os processos cognitivos realizados através de performances e procedimentos corpóreos. Aqui a forma pela qual determinadas práticas e métodos tornam factível o argumento por uma cognição, por um lado, estendida, e por outro,

deslocada da mente, inauguram formas de apreensão de conhecimento calcadas em sua inevitabilidade corpórea.¹¹

3.6. Substância e relacionalidade

Prosseguindo com a diagramação de Blackman, aborda-se agora o problema do corpo enquanto substância. Ao engajar para as formas pelas quais se descrevem as tensões entre o corpo que facilita o processo de escrita e de pensamento – aqui indexados a forma pela qual se constrói conhecimento acadêmico – seus processos e a frequente leitura das atividades de investigação enquanto eminentemente mentais, a autora promove o questionamento: Seria esse o corpo – aquele que marca a atividade dos dedos sobre o teclado, a respiração, e a postura que em um determinado momento, aproximam os corpos dos pesquisadores – que se deseja incluir em teoria social? (BLACKMAN, 2008, p.5). A resposta imediata da autora é marcada por um ambivalente “não” e “sim”. É esse o compêndio que descreve o deslocamento analítico de uma leitura do corpo enquanto substância, coisa ou entidade, para uma leitura que privilegie a aproximação ao corpo enquanto lugar de processos, potências e práticas (Ibid.).

Assim, o momento de inclusão dos processos corpóreos ao ato de escrita, por exemplo, descreve o caráter relacional do corpo. Não existiria, então, somente a ação dos dedos, coordenada pela mente, que habilitaria a escrita tanto dessas páginas como as páginas das outras autoras e autores que aqui foram citados, mas sim a relação entre corpo e escrita, entre os processos que se dão não só a partir de um comando mental, mas através da associação entre cognição corpórea e a prática de escrita. Se estabelecem, então, a malha sobre a qual dinâmicas relacionais e situacionais implicam os processos de produção de conhecimento. Dessa forma se torna possível a provocação: se informadas pelo caráter conectivo das práticas que permitem a produção de conhecimento, qual o limite entre o corpo que escreve e o corpo do texto? Quais seriam portanto os objetos da atenção analítica, se levadas a sério a maneira pela qual o local do corpo, os procedimentos que antecedem e sucedem a prática de teorização? O objetivo, aqui, não é a dispersão completa dos

¹¹ Em relação a esta temática, situa-se aqui as obras de Humberto R. Maturana e, Francisco J. Varela (1992) sobre as bases corpóreas dos processos cognitivos e cognição estendida; a de Maxime Sheets Johstone (1990) sobre corpo e conhecimento e ainda sobre um corpo somático (1992); José Gil (2001) sobre práticas somáticas e dança e a de Ben Spatz (2015), sobre uma epistemologia da prática.

parâmetros que envolvem esse exercício, mas sim a cautela necessária para com o engajamento ao corpo se assumidas sua relacionalidade radical.

Ressoando algumas das considerações previamente sinalizadas. Blackman torna a se debruçar sobre o problema do corpo enquanto “presente ausente”. Para tanto, a autora estabelece um breve recurso a forma pela qual processos culturais se relacionam com a materialidade corpórea. Diz Blackman:

Nossos corpos estão ali, certamente, eles podem registrar nossa raiva, nossa surpresa, nossa felicidade, nossa dor, nosso sofrimento (...). Entretanto, eles são meramente recipientes para experiências, as quais são um produto das formas através das quais usamos narrativas culturais e interpretações particulares para fazer sentido de nossas vidas. (BLACKMAN, 2008, p.6.)

Aqui a forma pela qual se constrói a ação do sentido¹² pode promover justamente a reificação de uma dicotomia cartesiana. Entretanto, a veiculação da “presença ausente” do corpo é, em medida, um exercício que borra os limites entre as atribuições corpóreas e mentais, tornando possível o endereçamento dos fenômenos de forma a situá-los precisamente na fronteira entre as categorias. Não se almeja, assim, uma resolução da leitura do corpo enquanto “presente ausente”. A problemática não admitiria uma réplica imediata. O movimento que desenrola aqui é, então, o da verificação das dinâmicas que habitam um engajamento para com o corpo.

Um ponto distinto nesse cenário de apresentação das problemáticas corpóreas é a forma pela qual a autora engaja para com a produção de corporeidades pós-humanas. Em contraste com a versão previamente apresentada dos argumentos de Donna J. Haraway¹³ Blackman descreve, através de Ann Game (2001) uma versão da relacionalidade estipulada entre humano e animal. Desse modo, se torna indispensável a análise das maneiras pelas quais se apresentam, por um lado, a separação fundamental entre humano e o animal e, por outro, o nível de conexão tido como dado e possível entre corpos humanos e seus animais de estimação. A

¹² A forma pela qual a autora utiliza o termo *sense-making* remete a um tipo de tradição sociológica construtivista na qual se materializa um certo tipo de resgate da dicotomia mente e corpo à medida que se apresentam a conexão entre *sense* enquanto atribuição corpórea e sentido enquanto fenômeno mental de reflexão. Embora sentido aqui seja semanticamente ambivalente, a construção de uma abordagem do corpo sciente (BLACKMAN, 2008, p.7) envolve a conexão certa desestabilização da cisão cartesiana.

¹³ Torna-se importante a situação, nesse contexto, da forma pela qual “*Staying with the Trouble: Making Kin in the Cthulucene*” de Haraway também se engaja para com o problema do relacionamento e das distinções entre humano/animal, estendendo seus argumentos sobre o corpo, pós-humanidade e as tecnologias de informação em “*The Cyborg Manifesto*” ([1985] 2016)

forma pela qual Game traça as relações entre sua própria experiência – o relacionamento entre ela e seu cavalo – e a figura do centauro, contesta os limites imaginários que manifestam a separação entre humano e animal, cara à construção e manutenção do “sujeito individualizado ocidental” (BLACKMAN, 2008, p.9).

Assim, por meio do que a autora descreve como sintonização¹⁴ a conexão íntima entre humano e animal manifesta um tipo de corporificação estendida as dinâmicas de compartilhamento. Ao relatar o processo de andar a cavalo, Game demonstra uma espécie de dissolução da separação entre os corpos, a qual é atualizada na atividade que dividem. Essa forma relacional corpórea todavia, não se restringe ao relacionamento entre humano e animal, mas também entre corpos humanos: “O que é importante não é a separação, mas o *ritmo* e o fluxo de ritmos daqueles com os quais você está em conexão (...). Essa é uma forma de “afinação” que é sentida no corpo”. (BLACKMAN, 2008, p.9). Logo, atentam-se as dinâmicas que se distanciam de uma atividade puramente mental, e se estipulam tanto os movimentos que descrevem uma cognição corpórea, como as estratégias que habilitam corporificações dissonantes a delimitação humana e a forma sujeito. Com isso, manifestam-se proposições para uma leitura relacional do corpo de forma a enfatizar os procedimentos de corporificação que, a seu modo, transgredem formas habituais de contenção do corpo e de suas cognições.

Esse corpo o qual Game e Blackman se refere, portanto, não é “simplesmente uma massa inerte. Ele tem vitalidade, uma vivacidade que provê um potencial de conexão em formas que problematizam e desafiam este dualismo mente-corpo” (BLACKMAN, 2008, p.10.). Desse modo Blackman aponta para uma leitura de um corpo “somaticamente sentido” (SHEETS-JOHNSTONE, 1992 apud Blackman, 2008 p.10) através do qual se descreve a leitura de um corpo suscetível a interpenetrações: “O corpo afetivo é considerado permeável ao “fora” de modo que a própria distinção entre o dentro e o fora, como fixa e absoluta é posta em questão” (BLACKMAN, 2008, p.10). O movimento que aproxima a leitura dos afetos e do corpo¹⁵, manifesta as dinâmicas de disposição tanto dos efeitos

¹⁴ Game faz uso do termo *attune* e *entraining* para descrever as dinâmicas de relacionamento que misturam animal e ser humano, de maneira a complexificar as dinâmicas imediatas de distinção e separação. Ora, aqui não se descreve uma forma pelo qual a materialidade corpórea é fisicamente transposta mas sim, através da corporificação, como a conexão entre humano e animal possibilitam novas leituras capazes de superar a cisão estabelecida.

¹⁵ Para o engajamento com o tema de afetos e emoções ver Sara Ahmed (2014) e Lauren Berlant (2011).

verificados ao se considerar o corpo como uma estrutura porosa, quanto das formas pelas quais se dá a circulação de processos afetivos culturalmente e socialmente endereçados. Logo se apresenta novamente uma proposição corpórea que escapa o confinamento restritivo da cisão cartesiana de modo a incluir, também, a maneira pela qual procedimentos de produção e reprodução corpóreos, ou seja, dinâmicas de corporificação e performance se manifestam em fluxos históricos e geográficos. Situa-se, então, tanto o aspecto mutável e transitório dos processos de corporificação quanto a maneira pela qual, uma leitura relacional do corpo, expande as possibilidades de situação de dinâmicas de condicionamento corpóreo. Em outras palavras, torna-se factível a proposição de localização de atividades de produção e performance corpóreas em contextos sociais e culturais. Tal movimento aproxima os estudos de corpo, corporeidade e corporificação, de uma dinâmica marcada pela inserção de fenômenos em contexto internacional. Se dá, assim, uma provável passagem do corpo a sua reinserção em teoria de Relações Internacionais, por um lado, e Teoria Política, por outro. Esse último de forma a conectar as dinâmicas de condicionamento e poder as práticas de manutenção dos corpos.

Dessa forma, tendo por objetivo a produção de um mapeamento e diagramação das tipologias e problemáticas mais gerais que animam um engajamento para com o corpo, o presente capítulo estipula algumas das considerações necessárias a uma produção mediada pela inevitabilidade corpórea de forma a não só utilizar tal condição enquanto instrumento mediador de produção de conhecimento, mas também de uma eleição das pressuposições que devem ser ponderadas para uma situação um sujeito político corporificado. Na conjunção entre performance e performatividade corpórea e a reprodução ou contestação de ordenamentos políticos e condicionamentos sociais, estabelecem-se as diretrizes para a construção de um ferramental teórico animado pela proposição de um pensamento que se dá através do corpo, informado e moldado por ele. Logo, o recurso aos textos aqui aferidos promove a estruturação por meio da qual uma escrita corpórea se manifesta.

Dissecação: Corporificação e corporeidade

Após o exercício anterior de estruturação de um panorama analítico, o presente capítulo busca, a partir da proposição de considerações mais específicas sobre o corpo e seus possíveis entrecruzamentos, a consolidação de um ferramental teórico que reinscreva um movimento de aproximação entre o campo de Relações Internacionais e as questões corpóreas.

Para tanto faz-se a opção em um primeiro momento, das leituras que Arthur Kroker realiza das obras de Butler, Hayles e Haraway sob o título e conceituação de um corpo à deriva¹⁶. De modo a traçar a delimitação do conceito, o autor sinaliza a forma pela qual

Nós estamos literalmente nos movendo através de várias diferentes performances especulativas do corpo, do reacionário ao progressivo, mas para isso, sempre comumente transformacional, sempre evocando o signo do corpo fatídico talismã o qual deve ser alternadamente protegido, proibido, abrigado, transgredido, emancipado (KROKER, 2012, pp.1-2).

O argumento realizado por Kroker tem como base a dicotomia entre as rápidas e crescentes mudanças tecnológicas que realizam novas disposições do corpo e seu suposto apagamento, este confrontado com, segundo o autor a centralidade da corporeidade para as linguagens da política contemporânea (KROKER, 2012, p.1). Com isso se estipula uma das maneiras através da qual o corpo frequentemente se reapresenta como objeto político, tanto por uma temporalidade conectada ao público quanto ao privado (Ibid.). São essas, portanto, as formas por meio das quais se estabelece o conceito e argumento pela deriva do corpo. Aqui não só se verifica a condição de deriva enquanto processo superficial – aquele relacionado aos movimentos realizadas pelos procedimentos de produção

¹⁶ No original, “*Body drift*”

corpórea –, mas também o da deriva enquanto condição estruturante do corpo: “O corpo à deriva se refere ao fato que não mais habitamos *um* corpo em qualquer forma significativa do termo mas sim que ocupamos uma multiplicidade de corpos” (KROKER, 2012, p.2).

Com isso, o autor descreve não só algumas das dinâmicas e operações pelos quais o corpo é condicionado e produzido, mas também a forma através da qual os códigos que organizam tais ordenamentos corpóreos estão constantemente se modificando, sem um parâmetro de fixidez (Ibid.). A deriva, por sua vez, reifica tanto a necessidade situacional de reengajamento para com os termos de codificação dos corpos, quanto a reivindicação por uma abordagem que considere justamente sua flutuação. Embora alguns desses condicionamentos podem exprimir, em um primeiro momento, uma suposta estabilidade histórica; ou em outros termos, ainda que, no exercício de atribuição de sentido, certos códigos e ordenamentos do corpo são percebidos em sua consistência, ao invés de sua transitoriedade, o argumento que aqui se mobiliza é o de sua quase aleatória transformação.

Os fenômenos corpóreos, como propõe Kroker, devem ser então lidos, em conjunto com o que ele nomeia enquanto “perspectivas-código” (KROKER, 2012, p.12). O termo anunciado tem por objetivo definir justamente o caráter situacional das forças e formas as quais se atribuem à deriva do corpo. O exemplo dessa dinâmica é traçado por intermédio da autobiografia. Para o autor o próprio exercício de autodefinição do sujeito navega por entre a seletividade dos eventos que o constituem, por meio de uma espécie de gravidade que orienta o embate entre autobiografia – constituição de si mesmo – e as tecnologias de relacionamento social que reorientam constantemente seu direcionamento (Ibid.). Assim, as dinâmicas da circulação entre a multiplicidade de corpos sobre os quais se ancora o conceito de *self* estipulam o funcionamento da deriva. O autor descreve, ainda, como se dá o duplo movimento da deriva:

(...) nós derivamos por dentro e através da multiplicidade de nossas próprias inflexões corpóreas; e a multiplicidade de corpos que nos transformamos – aquilo que somos e aquilo que desejamos ser – é ela mesma apanhada em uma maior e mais heterogênea correnteza de código da deriva (KROKER, 2012, pp.2-3).

A partir dessa consideração, Kroker lança o questionamento: “O que permite que o corpo seja uma categoria de análise tão ampla e, ao mesmo, tempo, não

demonstre nenhuma coerência aparente?” (KROKER, 2012, p.3). Para sua resolução, o autor elenca justamente a incoerência corpórea como condição para o deslocamento “do signo fantasmagórico de sua presumida unidade” (Ibid.). Nesse caso, é o assombro produzido pela “presença ausente” do corpo o instrumento que permite a sua constante realocação. Com isso, a potência epistemológica da presença do corpo marca a forma pela qual “os corpos que nós somos, ou desejamos ser, são eles mesmos cada vez mais dispersados, intermediados, inacabados” (Ibid.). Em outras palavras, é a inevitabilidade da condição corpórea o elemento o que universaliza a produção do sujeito corporificado enquanto elemento balizador dos processos de elaboração de conhecimento. É ainda através do lócus da assombração que se marca o traço dos movimentos de deriva corpórea. Ou seja, são os rastros da presença do corpo aquilo que o manifesta enquanto instrumento necessário a proposições político e teóricas.

Através da associação das obras de Butler, Hayles e Haraway, o autor descreve tanto a forma pela qual suas teorizações correspondem não a descrição, mas a uma parcela discursiva da análise corpórea, quanto maneira que seus argumentos descrevem uma linguagem que habilita a fundamentação analítica da conceituação da deriva do corpo (KROKER, 2012, pp.4-5). O recurso às autoras permite por sua vez a eleição de três características, ou conceitos, que animam a proposta de Kroker: São elas a contingência, a complexidade e a hibridez. Através dessas categorias o autor realiza seu engajamento para cada um dos arcabouços teóricos apresentados pelas autoras. Para tanto, precedendo essa elaboração, Kroker afirma que:

De fato, se as construções teóricas de Butler, Hayles e Haraway capturam tão poderosamente as correntes fundamentais da deriva do corpo, se suas reflexões cristalizam a implosão de regimes corpóreos fortemente inscritos, seguida pela rápida emergência da deriva do corpo – gêneros desconstruídos, espécies híbridas, desejos transitório, identidades mobilizadas – isso pode se originar do fato que cada pensadora representa uma muito diferente, e ainda assim complementar, reflexão teórica (KROKER, 2012, p.5).

Com isso, se torna possível o processo de desdobramento de cada uma das categorias, de forma a estabelecer, de maneira mais contundente, os parâmetros pelos quais se torna possível o argumento pela deriva do corpo, e a sua utilidade enquanto instrumento mediador de análise de política internacional.

4.1. Contingência: Precariedade e incoerência

Sobre o elemento e categoria da contingência, Kroker apresenta uma leitura do conjunto da obra de Butler de forma a engajar para com o que verifica como a “evocação daquilo que é vulnerável, inteligível, desconhecível e não representável da condição humana” (KROKER, 2012, p.6). Desse modo, à medida que inaugura sua organização do pensamento de Butler com a conclusão que a autora realiza em um dos capítulos de “*Giving na account of Oneself*” (2005), se torna útil o movimento de reprodução tanto do excerto selecionado pelo autor, como a citação que Butler, por sua vez, emprega para a situação de sua análise. Em Butler:

Talvez de forma mais importante, nós devemos reconhecer que a ética nos requiere que arrisquemos nós mesmos precisamente em momentos de desconhecimento, quanto aquilo que nos forma diverge daquilo que se apresenta em nossa frente, quando nossa vontade de nos desfazer em relação aos outros constitui nossas chances de nos tornar humanos (BUTLER, 2005, p. 136)

Butler se dispõe de Levinas (1991) para apontar em um primeiro momento, as formas pelas quais a experiência sensível informa os processos de “encarnação” do sujeito: “A corporalidade de seu próprio corpo significa, tal qual a sensibilidade ela mesma, um nó ou um desfecho da existência” (LEVINAS, 1991, p.77). Dessa forma, é através de uma experiência mediada pela sensibilidade corpórea que se manifestam o signo da proximidade, da significação e do relacionamento “de um-para-o-outro” (Ibid.). Através de Levinas, Butler posiciona uma modulação do conceito de responsabilidade enquanto desdobramento ético e parâmetro através do qual se desenrolar os relacionamentos entre corpos – e nesse caso – sujeitos. Aqui, o conceito de vulnerabilidade se torna central as proposições da autora (BUTLER, 2005, pp.84-5). É exatamente este conceito que habita o relacionamento do sujeito para com o outro¹⁷. A construção do *self* em Levinas, é o que a autora sinaliza como um procedimento “pré-ontológico”, uma vez que “o fenomenal mundo de pessoas e coisas se torna disponível apenas após a construção do *self* (BUTLER, 2005, p.86) Os “objetivos” e os “outros” do *self* não compreendem um exercício de localização, à medida que correspondem a processos mediados pelo encontro. É aqui que se manifesta uma primeira versão da contingência sinalizada por Kroker. Para Butler,

¹⁷ Butler realiza as seguintes considerações acerca da relação entre “outros” – no original *others* – e o “Outro” em Levinas: “

é a forma relacional que organiza as interações entre o *self* e seus “outros”, em Levinas, que possibilita a elaboração do conceito de responsabilidade enquanto balizador de relacionamentos:

Levinas explica que a responsabilidade nessa instância não é nem um tipo auto-repreensão nem um conceito grandioso de minhas próprias ações como o único efeito causal nos outros. Ao invés disso, minha capacidade de sofrer ações¹⁸ me implica em uma relação de responsabilidade (BUTLER, 2005, p.88).

Desse modo responsabilidade assume os contornos através dos quais, em conjunto com o conceito de ferida¹⁹, descreve a susceptibilidade e vulnerabilidade inscritas no relacionamento entre *self* e “Other” (BUTLER, 2005, p.98). Aqui este Outro manifesta o desdobramento da operação ética do sujeito, sendo assim possível a diagramação da forma através da qual essa vulnerabilidade ao relacionamento para com o Outro descreve a exposição do *self* a ferimentos e lesões (LEVINAS, 1991, p.105). O vocabulário da ferida descreve, em Levinas, tanto uma tipologia das feridas inscritas entre o ego e ele mesmo (Ibid. p.64) quanto uma mobilização da exposição apresentada ao *self* e suas dinâmicas de relacionamento com a alteridade – no caso o outro (Ibid. p.74). Em Butler, por sua vez, esse vocabulário representa uma espécie de condicionalidade radical, através do qual os procedimentos de produção e reprodução do *self* se atualizam (BUTLER, 2005, p.91). Se postula, dessa maneira, a centralidade dos conceitos de vulnerabilidade e responsabilidade para o que Kroker, através de Butler, nomeia como a contingência.

Ao contrastar Butler (1997;2000) e Nietzsche (2006; 2009)²⁰ o autor afirma o seguinte:

Privilegie a questão da contingência e a narrativa das principais referências – poder, gênero, sexualidade, conhecimento, desejo – se separa imediatamente. O repúdio da contingência da situação humana é um gesto necessário de um poder, um corpo, uma razão, um desejo (...) (KROKER, 2012 p.31).

É sobre a sobreposição da genealogia, em Nietzsche e a fenomenologia, em Butler, que se apresenta a trama que torna possível para o autor um argumento pela contingência do poder. Através da verificação das lógicas de inclusão e exclusão que permeiam as dinâmicas de poder na elaboração dos autores, Kroker advoga o suposto paradoxo da categoria entre seus procedimentos diametralmente contrários

¹⁸ No original, “acted upon”.

¹⁹ No original, “injury”.

²⁰ Aqui Kroker se refere aos seguintes textos, “The Psychic Life of Power” (1997) e “Antigone’s Claim” (2000) de Butler e “Thus Spoke Zarathustra” e “On the Genealogy of Morals” de Nietzsche.,

(aqui inclusão e exclusão). É então essa tipologia de maleabilidade do poder que permite sua qualificação. A contingência, desse modo, representa também a forma através da qual a incomensurabilidade das dinâmicas de poder descrevem precisamente o caráter vacilante de sua emergência. (Kroker, 2012, p.39). Para o autor, à medida que Butler assume a caracterização do poder em Nietzsche, afirmando que “o poder sempre volta a si mesmo” (Ibid. p.40) se torna possível, através da autora, situar a forma pela qual a iterabilidade produtiva do poder, manifestada em Nietzsche, constitui o dismantelamento da significação enquanto força estruturante do sujeito (Ibid. pp.40-2). Em outras palavras, é através de Butler que Kroker define tanto a contingência das operações do poder em relação a constituição do sujeito, quanto a extensão do argumento da contingência em relação a produção e performatividade dos corpos.

Sobre esta segunda inflexão – a contingência dos corpos – Kroker sinaliza a forma através da qual corpos *queer*, segundo Butler, manifestam uma dupla linguagem do poder enquanto sujeição e subjetivação (KROKER, 2012, p.44). Aqui, atentando à “economia psíquica da sexualidade gay e lésbica” o autor sinaliza a forma a partir da qual o gesto de “*queering*” seria um “signo premonitório do retorno ao contingente, ao ambivalente, e ao ambíguo” (Ibid. pp.44-5). Ou seja, essa proposição de performance e performatividade corpórea ultrapassam as delimitações da pele de modo a sinalizar, via contingência, a potencialidade de reestruturação dos procedimentos de corporificação dos sujeitos. O autor afirma então que:

Reverter como uma matéria de sobrevivência a lógica produtivista de economia política, corpos *queer* realizam o impossível ao representar uma forma de poder que seria sua própria dissolução. A partir do espaço delimitada da economia sexual *queer* a partir das energias libidinais de gays e lésbicas e transexuais, emerge uma contra lógica aos tempos que vivemos, simultaneamente sua ‘necessária ficção’ e ‘possibilidade habilitadora’ (KROKER, 2012 p. 45).

O movimento apresentado pelo autor, claramente influenciado pela obra de Butler – mas não informado somente por ela – descreve os procedimentos de manutenção de categorias de identidade, das performances da sexualidade, e das economias políticas do desejo, de forma a proporcionar um diagrama tanto dos procedimentos de representação, como das lógicas que permitem a modulação de performances corporificadas. Com isso, aponta-se um primeiro direcionamento à contingência corpórea, essa marcada, mas não restrita, pelas performances de

gênero e sexualidade dos corpos. Assentadas essas lógicas, a leitura que Kroker realiza de Butler, aponta então para a lógica processual de construção do sujeito corporificado, atravessando, por um lado, lógicas de violência e, por outro, estruturas que reverberam a vulnerabilidade disposta no relacionamento entre o *self* e o outro.

Essa segunda modulação da contingência corpórea permite, através do que Butler denomina enquanto precarização da vida (BUTLER, 2004), a investigação das dinâmicas que animam relações entre poder e violência, de forma a situar processos calcados em uma investigação da ética política contemporânea (KROKER, 2012, p.50). É a partir dessa que se desdobram paradoxos políticos tais quais o da relação entre, por exemplo, o advento da era da tecnologia de informação, lida em alguma medida como marcador de mudanças estruturantes, e o constante recurso a lógica de um capitalismo primitivo e de poder predatório (Ibid.p.52). A tensão constitutiva das operações da política contemporânea, que incluem processos de sujeição e subjetivação mediados por um poder difuso, e a sua correspondência em termos de proliferação de tipologias da violência são a marca fundamental do que Kroker sinaliza como paradoxos, e daquilo que Butler se propõe a discorrer.

Com isso, se estipula através da autora as “formações psicológicas presentes em disposições contemporâneas de um quase universal estado de ferida²¹” (Ibid., p.53). Ou seja, manifesta-se aqui a volatilidade inscrita aos processos de disposição do objeto da violência, esse exemplificado pela linguagem de uma ferida fundamental que, firmada através do condicionamento imagético da relação para com outro, constitui no *self* uma espécie de assombro fundamental. Em outras palavras, esse espectro constantemente aferido corresponde a um movimento contrário ao que Butler descreve como a responsabilidade relacional dos sujeitos, significando uma tipologia da cisão entre *self* e o outro. Essa que por sua vez imprime internamente a dita ferida constitutiva da relação. O processo que define a ferida do sujeito, dessa maneira, corresponderia ao movimento duplo de interiorização: Por um lado, persiste a narrativa de uma ferida narcísica ao sujeito, esta que “dispõe publicamente nossa vulnerabilidade física” (BUTLER, 2000, p.7). Por outro se torna possível marcar os procedimentos que inferem aos sujeitos a

²¹ No original, tanto em Butler como em Kroker, “*injury*”.

constante rearticulação das feridas que historicamente e situacionalmente, constituem sua corporeidade.

4.2. Complexidade: Fluxo e entrecruzamentos

Dando prosseguimento ao projeto promovido por Kroker, se estabelece então o desdobramento analítico da obra de Hayles. Desse modo o autor realiza a conjunção entre as formulações da autora, sua abordagem pós-humanista e o conceito de complexidade. Com isso, Kroker produz uma espécie de situação de teorias da complexidade e teorias do caos de maneira a situar que:

(...) análises focadas nessas quase não detectáveis, mas momentâneas, mudanças de padrão na natureza das coisas onde a suposta matéria sólida se dissolve de repente em processos dinâmicos e fraturas lindamente caóticas se abrem nas estruturas profundas da vida cotidiana. (KROKER, 2012 p. 64).

Essa defesa por uma abordagem que permite o engajamento para com os processos de dissolução dos ordenamentos previamente aferidos, e da maneira pela qual a necessidade por uma perspectiva teórica que tenha por objetivo não a imputação de sentido de processos caóticos, mas sim a verificação de suas forças, formas, padrões e flutuações, marca a forma pela qual Kroker vê como imprescindível esse tipo de atividade analítica. A aproximação dessas tipologias e o trabalho realizado por Hayles se dá na verificação de uma ampliação ontológica, que considere os efeitos de “estruturas dissipativas, bifurcações, simetria recursiva, atratores estranhos, dinâmicas lineares, a vida que existe “longe de um equilíbrio” (KROKER, 2012, p.70).

Em outras palavras, ao se debruçar sobre os argumentos de Hayles a respeito da consideração do caos como uma “não ordem” (HAYLES, 1991, pp.1-2) o autor verifica a complexidade da trama de informações que estipulam a passagem de uma pressuposição sobre dinâmicas de ordenamento e a maneira pela qual o signo e as teorizações sobre caos e complexidade, animam à sua maneira uma outra tipologia de ordenamento. Ou seja, aqui desordem não subentende uma ausência absoluta de padrões organizacionais mas demonstra sua própria configuração de uma morfologia da mudança. Escreve Kroker: “(o) caótico é também a vida normal. Continuamente em loop e *reloop* pelas intensas significações midiáticas do capitalismo avançado, sujeitos pós-humanos são destinados a viver em complexos ambientes informacionais” (KROKER, 2012, p.71). Se manifesta, dessa forma,

tanto uma certa alusão a ideia de contingência como também a forma processual pela qual a necessidade por sentido é desmantelada por fluxos e refluxos condicionantes. O sujeito, desse modo, assume um caráter situacional e cruzado, se desdobra em uma malha porosa através da qual se estipulam dinâmicas de atravessamento e desordem, alargando tanto o escopo de um exercício atribuição de sentido em sua autobiografia quanto o necessário processo de admissão da inevitabilidade caótica das relações e acontecimentos. Aqui o suposto argumento pela aleatoriedade dos processos constitutivos do sujeito é substituído pela forma organizacional da complexidade caótica. O movimento aferido, então é o de reconhecimento da possibilidade dessas tipologias de ordenamento da vida.

Através da trilogia de Hayles²², o Kroker descreve a abordagem que a autora realiza do sujeito pós-humano de maneira a estabelecer: “seu contexto informacional (caos); (...) seu princípio evolutivo (complexidade) e seu valor estético dominante (intermediação)” (KROKER, 2012, p.73). Dissecando essa proposição se torna possível a verificação de cada uma das suposições apresentadas.

Sobre a primeira suposição – que se organiza em torno do contexto informacional do sujeito – o autor indica o modo pelo qual Hayles identifica as atribuições do corpo pós-humano de maneira a afirmar que este “emerge diretamente de uma materialidade elementar do caos: (...) sua mente uma questão de ‘cognição distribuída’; sua razão por forma de ‘analogia’ seu princípio de ação a ‘auto-organização’” (KROKER. 2012. p.74). Logo, a conexão estabelecida entre a emergência situacional do caos e os modos de atribuição das corporificações do sujeito descreve um arco argumentativo que aproxima a forma sujeito – sob o argumento pós-humano de Hayles – e o caráter distributivo de suas interações.

A respeito da segunda suposição – o princípio evolutivo – Kroker aponta a forma através da qual a localização da complexidade enquanto elemento de diagramação, tanto do sujeito pós-humano como de suas atribuições corpóreas, demonstra os processos de transformação dos contornos sobre os quais se descreve a forma sujeito – ou a forma (pós)humana, O sentido evolutivo, desse modo, corporifica não uma opção por uma teleologia do sujeito e de sua corporeidade, mas sim a verificação de que os moldes sobre os quais se descrevem as capacidades subjetivas, políticas e materiais do sujeito estão em radical alteração.

²² Aqui Kroker se refere aos livros “*How We Became Posthuman*”(1999), “*My Mother Was a Computer* (2005)” e “*Writing Machines*”(2002).

A terceira suposição descrita pelo autor – a intermediação enquanto valor estético dominante do sujeito pós-humano – identifica a forma pela qual em Hayles se situa uma espécie de método através do qual o caráter situacional da forma sujeito em seu contexto informacional realiza a mediação entre complexidade e ação (KROKER, 2012, p.80). Com isso se torna possível uma rápida alusão a uma proposição ética da complexidade, de modo a delimitar o desdobramento do “momento do estranhamento, da intermediação, da incomensurabilidade” (Ibid.).²³ Tal proposição tem como um de seus objetivos a dissolução de uma suposta separação entre as ciências e as humanidades de forma a investigar precisamente os processos e estratégias que envolvem a mediação entre prática corporificada – as funções e atividades corpóreas do sujeito – e as linguagens e procedimentos que incluem nos processos de produção e reprodução do sujeito corporificado, o caráter computacional e informacional que define a subjetividade pós-humana em Hayles. (Ibid.p.81). Ou seja uma ética da complexidade, ao aproximar o processo de subjetividade do sujeito ao vocabulário computacional dos dados, reconfigura o sujeito através de suas mediações tecnológicas. (Ibid. pp.82-3) Logo a produção de Hayles invoca, segundo Kroker, a imagem do arquivo de forma a situar as orientações relacionais de um sujeito pós-humano.

Assim, ao introduzir o conceito e as dinâmicas da complexidade na forma pela qual se realizam as operações de corporificação, Kroker exemplifica tanto uma passagem transformativa na relação entre corpo, subjetividade e informação, como também aponta para as maneiras através das quais se estabelecem uma nova tipologia de práticas corpóreas. Nesse sentido, a conjunção entre prática e complexidade verifica a emergência de uma materialidade recomposta por intermédio da tecnologia e informação, incluindo sob o aspecto da extensão e dissolução, as estratégias que borram as fronteiras entre uma corporeidade tradicionalmente definida, e as novas formas de configuração do sujeito. Dentro dessa trama relacional, se situam tanto os argumentos de Hayles como a leitura de Kroker, afirmando a amplitude das lógicas que condicionam um exercício de apreensão do corpo.

²³ Kroker aponta aqui a influência do pensamento pós-estrutural, em especial a de Derrida, no pensamento da autora. Seria precisamente essa aproximação uma das formas pelas quais se permite a proposição da autora daqueles momentos tidos por sua ambivalência e inconciliabilidade.

4.3. Híbridez: Materialidade e reorganização dos contornos

O último movimento analítico produzido pelo autor se organiza em torno de uma interpretação da obra de Haraway sob, principalmente, o signo do hibridade e aquilo que o autor nomeia como “corpos de paradoxo” (KROKER, 2012, p.101). Kroker define então sua opção por Haraway de maneira a situar que o engajamento para com a obra da autora:

(...) encoraja a produção de uma visão profundamente feminista de corpos híbridos, inflexionada por paradoxo, motivada por ‘conhecimento situacional’, autoconsciente das assemblagens de poder envolvidas na construção de raça, gênero, classe e sexualidade, e vivendo na fronteira de novas formas que críticas políticas que resistem o identitarismo, revelando o imperfeito, o impuro, a ruptura, a diferença (KROKER, 2012 p. 118).

Esse tipo de apresentação da obra de Haraway permite a situação dos objetivos que informam a leitura de Kroker. Aqui uma primeira formulação do conceito de hibridade corrobora a imagem de um corpo que, por sua extensão, admite em sua estruturação os “organismos cibernéticos de animais” (Kroker, 2012, p.106). Esse argumento, realizado através de Haraway (1989), permite, em um primeiro momento a passagem de sua análise paleontológica da crueldade científica em relação a corpos animais para a forma pela qual, sob o signo foucaultiano da relação entre poder e conhecimento, se estipula a “análise material de fluxos circulatórios de raça, gênero e sexualidade” (KROKER, 2012, p.109).

Desse modo, o que possibilita a trajetória descrita por uma análise dos condicionamentos políticos da prática científica em relação aos macacos – na obra de Haraway – até a produção de uma análise “das “políticas de ser fêmea” (HARAWAY, 1989) é a “história associada com a lei patriarcal de ‘semelhança universal’ – que nessa ficção antropológica torna o fato do homem genderizado como o ‘significado desmarcado’” (KROKER, 2012, p.109. Se apresentam, aqui, os procedimentos analíticos que, sob o argumento da universalidade do referencial masculino, invocado pela categoria do humano, descrevem os fluxos relacionais de poder que atuam em conjunto tanto para a categoria do animal como para a categoria do feminino. Ou seja, sob o signo da semelhança universal, a emergência de procedimentos políticos e sociológicos que ordenam corporeidades dissonantes àquela encarnada pelo referencial masculino, aproximam-se tanto as questões de gênero como as de animalidade, raça e colonialidade.

Importante situar, nesse caso, a maneira pela qual se estipulam as duas últimas categorias de análise que, em um duplo movimento, informam tanto as atribuições políticas do referencial masculino e humano – aqui endereçado a suposta universalidade da imagem do homem branco, não racializado – quanto as dinâmicas através das quais o exercício colonial se estabelece. Aqui a conjunção entre a imagem do animal e a imagem do corpo racializado, descrevem mais uma vez as interconexões entre as categorias sobre as quais Haraway realiza seu engajamento.

Atentando as forças que orientam a obra da autora, Kroker sinaliza que em sua análise:

(...) nós estamos presentes no início do agora atualizado futuro do corpo em revolta – subjetividade liberal. Aqui a narrativa do sujeito liberal é trazida a superfície de uma consciência crítica, com todas suas produções corpóreas, divisões binárias de gênero, traumas sexuais e tipologias racistas (KROKER, 2012 p. 115).

Para o autor, então, a subjetividade liberal “sempre foi híbrida, artificial, parte simulacro e parte carne” (KROKER, 2012 p.115) e ainda, “formada simultaneamente como sujeito e como objeto de uma estrutura narrativa na qual as qualidades do cosmo ele mesmo – luz e escuridão – são transcritas em um catecismo político de poder e terrorismo (Ibid.). Ou seja, situa-se aqui a forma pela qual a fatualidade da subjetividade liberal, sua narrativa de auto consolidação e permanência histórica é mobilizada em um exercício corpóreo de reprodução de corpos através de narrativas sobre poder, racismo e colonialismo. Assim, se torna possível o movimento pelo qual o autor nomeia a subjetividade liberal enquanto “psicopatologicamente necessário ao projeto histórico de completo niilismo (Ibid.). Tal afirmação encontra respaldo na analítica proposta por Haraway (1989) e na leitura que Kroker realiza dos procedimentos através dos quais se consolida o imagético e a operação da subjetividade liberal. Logo, a equivalência entre o sujeito liberal não corporificado e o corpo ideacionário da teleologia política tradicional, aponta a maneira pela qual as lógicas de funcionamento da narrativa usual de um corpo universalizante, embora delimitado, genderizado e racializado.

O híbrido – ou a hibridade – em Haraway, dessa maneira, representam o exercício de desestabilização dessa narrativa corpórea e tem como efeito a dissolução das fronteiras que demarcam as atribuições e ordenamentos do corpo. Portanto, situado sobre uma perspectiva relacional, o formato através do qual o

híbrido é apresentado pela autora corresponde a produção das dinâmicas de consenso, mas não de coerência, entre os híbridos de ciborgues, mulheres, animais e plantas (KROKER, 2012, p.119). Desse modo, a forma sobre a qual as práticas de corporificação que, apesar da narrativa e argumento pela não corporeidade do sujeito invariavelmente incidem sobre a materialidade das subjetividades liberais, estabelecem o exercício de compartilhamento. Em outras palavras, a indissociabilidade entre um corpo que atualiza ao mesmo tempo corporificações dissonantes e reificantes a uma subjetividade política liberal, representa assim a modulação da hibridade. Ou seja, apresentam-se as maneiras pelas quais a opção por um vocabulário de interconexões e intermediações, afirma a materialidade de corpos indissociáveis de sua situação e contexto relacional. Aqui o híbrido demonstra uma nova tipologia de distribuição das parcelas que corroboram a corporificação do sujeito, e da rede de relações que atualiza a forma corpo.

Dessa maneira se situam as forças através das quais Kroker realiza seu exercício de leitura das autoras. Butler, Hayles e Haraway, aliadas aos conceitos de contingência, complexidade e hibridismo, possibilitam tanto a produção do vocabulário e imagem do corpo à deriva como concedem a ele sua consistência. O argumento central que se busca estabelecer através dessas considerações é o da verificação do corpo enquanto estrutura relacional, situada, porosa e transitória, que assume por sua vez diferentes tipologias de configuração em ressonância, ou não, aos modos políticos de seu ordenamento.

As dinâmicas que permitem a caracterização dos fluxos de poder que conferem a cada uma das autoras a base sobre a qual discorrem às problemáticas corpóreas promovem em contrapartida precisamente o exercício de contestação das formas pelas quais o poder é lido, definido e contestado. Embora permitam discursos eminentemente corpóreos, o conjunto das obras das autoras não se encerra nessas questões. É habilitado também um recurso a forma pela qual, de maneira difusa, o corpo se apresenta. Longe de traçar aqui uma espécie de essencialismo simples que determine o resumo das dinâmicas de poder aferidas ao corpo, o processo de disposição das considerações das autoras marca a possibilidade do retorno ao corpo, não como categoria universalista, mas sim enquanto multiplicidade reiteradamente contestada e reivindicada. Com isso se aponta como o ferramental teórico inscrito ao conceito da deriva corpórea invoca tanto a

qualidade da não fixidez como a da possível incoerência admitida as práticas de corporização.

A corporeidade do sujeito que emana entre os argumentos das autoras e da leitura de Kroker é uma corporeidade atualizada de momento a momento assumindo assim o risco da incongruência e dissolução dos próprios processos que outrora corroboraram sua suposta unidade. Embora necessário e constantemente articulada pelas narrativas autodefinição dos sujeitos, o signo da unidade se apresenta como rastro e espectro de suas modulações, sejam elas lidas de maneira mais superficial – em consonância com a proeminência da pele como espaço sobre o qual se organizam processos de identificação e corporificação, sejam através das condicionalidades lidas como mais internas aos processos psíquicos e subjetivos do sujeitos – processos esses que nunca estão desconectados do intermédio do corpo enquanto facilitador e habilitador. Logo, se define a utilidade descrita pela conjunção entre esses autores ao movimento de produção de um vocabulário corpóreo que toma em consideração tanto o corpo enquanto objeto de produção de hipóteses políticas como também o corpo enquanto estrutura reiterada nas práticas que permeiam a produção dessas suposições. Se define, então, uma escrita sobre e devidamente através, da materialidade e virtualidade corpórea.

4.4. Mente e corpo? Diferença sexual e corporificação

Dando prosseguimento ao exercício de definição do ferramental teórico específico que anima o presente trabalho, elegem-se três autoras. São elas e Gail Weiss (1999), Penelope Ingram (2008) e Gayle Salamon (2010). Através de Salamon, se torna possível a necessária situação das relações entre corpo e transgeneridade, de maneira a demarcar, por meio de uma perspectiva psicanalítica, a forma pela qual se descrevem a relação entre mente e corpo. Esse movimento permite uma versão da resposta a cisão cartesiana constantemente articulada em teorizações de teoria política, de maneira a dissolver, em parte, os argumentos pela não corporização do sujeito. Ingram, por sua vez, permite o endereçamento do que nomeia enquanto uma ética da diferença sexual e racial. Através de seu conceito do corpo significativo, a autora retoma a relação entre ontologia e ética, situando o exercício de significação corpóreo para além do vocabulário da metafísica. Por fim, Weiss promove a situação do argumento da “corporificação como

intercorporeidade”²⁴ de forma a promover mais uma versão das suposições previamente apresentados do caráter relacional, situacional e híbrido dos procedimentos de produção e reprodução corpórea. Cada uma a sua maneira, as autoras simbolizam assim a elaboração dos instrumentos sobre os quais se tornam possíveis um redirecionamento da fisionomia da abordagem ao corpo de forma a promover novas tendências no campo da Relações Internacionais e em teoria política.

Assim, prepara-se o terreno para o engajamento para com as elaborações realizadas por Salamon. O primeiro movimento da autora é justamente o de identificação, a partir de Sigmund Freud ([1960] 1989; [1962] 2007) dos procedimentos de corporificação; a autora afirma que:

Para entender a corporificação como necessariamente mediada através de um ego corpóreo não é contender que corpo e ego são contíguos o mesmo, mas afirmar que os vários tipos de projeções requeridas na construção tanto do corpo como do ego, que o ego é ele mesmo uma projeção, e que a diferença, distância, e alteridade estão no coração do ego e do corpo. (SALAMON, 2010, p.14).

Com esse propósito, Salamon identifica, em Freud, a forma pela qual o conhecimento científico se estabelece simultaneamente enquanto secreto e autoritativo. (SALAMON, 2010, p.15). Ao situar o processo através do qual o conhecimento científico se distancia do conhecimento popular e ainda se sobreporia as suas suposições, em uma relação de validade e “verdade”, a autora aponta a forma pela qual, em Freud, as instâncias do corpo e sexo “não poderiam ser facilmente lidas a partir de sua superfície e que, conseqüentemente, seres humanos não são sempre facilmente divisíveis em macho ou fêmea” (Ibid.). Ao se debruçar sobre a recusa de conformidade do corpo hermafrodita aos binários sexuais, a autora verifica, através de Freud, o duplo movimento em que esses binários se apresentam dentro e fora do corpo “no nível da morfologia e no nível da cultura.” (Ibid.). Na tensão entre a suposta “anormalidade” dessa condição corpórea, Freud então desvela a inevitabilidade de seu entendimento para a composição da categoria do “normal”. Com isso se descreve, por um lado, o movimento através do qual se verificam as instâncias de apresentação de uma ambiguidade da morfologia do

²⁴ No original “*embodiment as intercorporeality*”.

corpo – a apresentação biológica da masculinidade e feminilidade – e, por outro, a dissolução do argumento por uma espécie de pureza biológica e psicológica das atribuições masculinas e femininas do sujeito. (Ibid. p.16).

Aliada as considerações que o autor realiza sobre, em seus termos, a confluência entre “hermafroditismo” e “bissexualidade” – no sentido aqui de apresentação se um sexo unitário através da estrutura biológica e outro através da psicológica (SALAMON, 2010, p. 18) – esse movimento de apresentação permite o seguinte argumento: “Freud nos apresenta com um corpo no qual gênero é dividido entre diferentes registros, mas o corpo é fraturado em um nível mais profundo, uma vez que o corpo físico ele mesmo não parece existir como um todo simples e coerente” (Ibid. p.19). Embora situe certa ambivalência nos argumentos do autor – em relação sobretudo ao caráter biológico da masculinidade e feminilidade – a autora aponta as formas através das quais essa primeira apresentação da problemática, em Freud, corrobora uma leitura das sobreposições entre corpo, sexo e psique (Ibid. pp.20-1).

O movimento seguinte, em Salamon, é o do argumento pelo embasamento corpóreo do ego em Freud. Tal movimento permite que a autora apresente, através da leitura de Kaja Silverman (1996) a forma pela qual “gênero, raça, preferência sexual e outras distinções culturalmente construídas e impostas entram em jogo no nível do ego corpóreo” (SILVERMAN, 1996, p.9). A psicanálise apresentaria então, segundo Salamon, tanto a forma fragmentada e incompleta do sujeito como também a maneira através da qual corpo e psique não poderiam ser lidos em termos pelos termos de uma suposta completude (SALAMON, 2010, p.24). Com isso, a suposta coerência corpórea seria lida como ficcional a medida em que o processo de autoidentificação através do qual o sujeito se estabelece corresponderia a um processo de não reconhecimento²⁵ (Ibid.). A distância, aqui verificada enquanto caráter constitutivo do processo de autoidentificação do sujeito – distância essa aferida entre a imagem corpórea e o corpo manifestado –, implicaria precisamente na impossibilidade de produção da coerência e completude (Ibid.25). Portanto, as bases corpóreas dos processos de subjetivação atualizariam o argumento pela interconexão entre o aparato psicológico e seu embasamento material por intermédio do corpo.

²⁵ No original, “*misrecognition*”.

Contrastando leituras que postulam a metáfora da pele enquanto envelope, (ANZIEU [1995] 2016), e ainda a leitura da dupla modulação desse argumento – pele enquanto superfície sobre a qual se desdobra, internamente e externamente, a psique – Salamon (2010, p.28-9) através de Schilder (1999) aponta a multiplicidade da imagem corpórea e sua produção relacional. Embora, nesse momento, Salamon não situe a materialidade corpórea enquanto processo relacional, seu recurso a Schilder apresenta ao menos a centralidade do problema da corporificação. Todavia, a autora afirma que: “sutilmente, as partes constituintes do corpo não podem ser pensadas como biologicamente dadas de maneira anterior a sua assemblagem” (SALAMON, 2010, p.30).

Ainda por Schilder, Salamon verifica que a unidade e coerência do corpo estão intimamente dependentes da operação da memória (SALAMON, 2010, p.32). Com isso, se torna possível a sinalização do caráter constitutivo e contingente do aparato da construção dos contornos do corpo através das operações psíquicas. Adiante, tendo em vista a esquematização das operações que se descrevem entre corpo e psique, a autora lança a pergunta: “Como nossos corpos vem a significar os excessos de seus contornos materiais? Que tipo de corpo é esse e como ele é entendido e vivido?” (Ibid. p.34).

Na esteira desse questionamento, a autora promove o mapeamento de possíveis respostas. Nesse contexto, a autora sinaliza a resistência de Butler ([1993] 2011) a suposição de que a materialidade corpórea, e a estrutura social e imaginária que a constitui, não emergem simultaneamente (SALAMON, 20120, p.35). Ou seja, é estabelecida uma espécie de dissolução de uma temporalidade que determine a preexistência de um aparato corpóreo sobre o qual então se desdobram os ordenamentos sociais do corpo. Nesse sentido, atenta a autora, não se descreve em Butler uma resistência à materialidade corpórea, ou uma defesa pelo caráter performático que se estende nas relações entre corpo e psique. Aqui, o argumento estaria conectado a relação íntima entre a produção de subjetividade e a materialidade que habilita essa operação (Ibid. p.37). Em outras palavras, à medida que admite a interconexão entre o campo imaginário e o campo social na estrutura de identificação do sujeito, o argumento de Butler, via Salamon, aponta a sobreposição entre as operações de subjetividade que colapsam esses campos na materialidade do sujeito (Ibid. p.36).

Adentrando o objeto principal de sua análise – as questões da transexualidade e transgeneridade – a autora descreve tanto a crítica de Jay Prosser (1998) a leitura na materialidade em Butler como também sua própria definição das limitações do argumento do autor. Dessa maneira se desdobra em primeiro momento como a leitura que Prosser realiza de Freud e Butler busca verificar a materialidade do corpo confere a materialidade ao ego. Logo, esse movimento situaria a forma pela qual a interpretação de Butler se distanciaria do argumento de Prosser por uma espécie de substância de uma imagem genderizada do corpo (PROSSER, pp. 6-7); argumento este que “asseguraria a transexualidade uma identidade baseada na diferença sexual” (SALAMON, 2010, p.38).

Em outras palavras, seria através de uma materialidade substancial da diferença sexual que habilitaria o argumento de Prosser pela insistência de uma construção da identidade transexual que considera, justamente a capacidade de movimento entre sua materialidade e a diferença sexual (PROSSER, 1998, p.2). Todavia, Salamon sugere o seguinte:

(...) a suposição corporal, e dessa forma a formação do sujeito ela mesma, é uma constante oscilação entre um investimento narcísico em sua própria carne e a ‘necessário auto divisão e auto estranhamento’ que é o próprio meio através do qual nossos corpos são articulados. (SALAMON, 2010, p.41).

Se torna possível, por meio da autora, situar como a hipótese de uma subjetividade apoiada em uma materialidade não discursiva, essa defendida por Prosser, estaria conectada a uma imagem de um corpo e sujeito ininterrupto e pleno, que nega qualquer tipo de disjunção entre corpo e psique (Ibid.). Dessa forma, Salamon afirma que à medida que descreve o corpo transexual como eminentemente situado em sua materialidade “real” Prosser realiza o movimento que, em termos psicanalíticos, localiza esse corpo “fora da linguagem, fora do sentido, fora do simbólico, fora da relação, fora do desejo” (Ibid.) A crítica e reorganização proposta pela autora, dessa forma, busca inscrever na leitura do corpo – incluindo aqui o corpo transexual – precisamente o aspecto do estranhamento que condiciona o funcionamento do ego e da materialização corpórea do sujeito. Salamon pontua:

Afirmar a materialidade – ou, para ser menos abstrata, insistir na vivacidade da própria corporificação, particularmente quando essa corporificação é culturalmente abjeta ou socialmente desprezada – é empreender um trabalho constante e sempre incompleto de reconfigurar mais que a materialidade de nossos próprios corpos (SALAMON, 2010, p.42).

Ou seja, a investigação e teorização sobre os processos de corporificação do sujeito, a partir dos engajamentos que a autora realiza com a obra de Freud, Prosser e Butler, inclui justamente o exercício de materialização dos procedimentos sociais e culturais que implicam a constante reconfiguração das atribuições e delimitações dos corpos. Os processos de corporificação, dessa maneira, atravessam os campos da linguagem, da relacionalidade e do simbólico de maneira a sobrepor e atualizar reiteradamente as capacidades produtivas das forças e formas que implicam na construção da subjetividade e no movimento de assumir a materialidade corpórea. Logo, se manifestam aqui tanto aquelas dinâmicas psicológicas da produção de subjetividades como o indissociável movimento de distribuição desses processos através da estrutura corpórea. Portanto, a relação íntima entre ego e corpo possibilita, através de Salamon, o argumento da intrínseca relação entre subjetividade e corpo. A tentativa de separação das duas categorias, ou ainda, a hipótese e defesa de uma forma sujeito não corporificada encontra seu desmantelamento. Assim, o esforço teórico de uma subjetividade liberal não corporificada previamente situado se defronta com a verificação da forma a partir da qual qualquer determinação de subjetividade invoca uma delimitação específica do corpo. Restaria, então, situar qual a tipologia corpórea que é manifesta a partir do sujeito liberal como organizado pela tradição de teoria política.

Dando continuidade à investigação dos argumentos de Salamon, a autora sinaliza, através de um recurso a obra de Maurice Merleau-Ponty²⁶ ([1962] 2002), a crítica de um modelo psicanalítico de análise da sexualidade, situado pela autora como determinativo e programático²⁷. Entretanto, tal leitura representaria não uma negação completa da forma pela qual a psicanálise acessa mente ou corpo, mas sim uma passagem das capacidades do inconsciente, antes associadas a mente, agora ao corpo (SALAMON, 2010, p.47). Logo, tal movimento reconfiguraria as atribuições de um imaginário topográfico do sujeito; se observariam, então, os procedimentos do inconsciente que se desdobram e condicionam a materialidade corpórea (Ibid.). A autora desse modo afirma: “tal como a propriocepção nos oferece uma maneira de ler e entender o corpo para além da superfície visível de seu exterior, também a

²⁶ Salamon se refere aqui à análise do livro “*Phenomenology of Perception*” ([1962] 2002)

²⁷ Determinativo no sentido de: “morfologia corpórea determinando estruturas psíquicas, anatomia como destino” (SALAMON, 2010, p.47). Programático em medida que “qualquer sintoma somático tenderia a uma única interpretação, aquela da repressão sexual” (Ibid.).

sexualidade torna o corpo uma coisa que é internamente e externamente dobrada em si mesma" (Ibid.). Essa conceitualização da sexualidade ofereceria, por sua vez, uma estratégia que considera o caráter proprioceptivo do corpo, isto é, ancorado nos processos da materialidade corpórea na operação de corporificação.

Sobre o esquema sexual em Merleau-Ponty, Salamon verifica que “*não é um*, o qual pode descrever o presumivelmente masculino, nem *dois*, que podem englobar o excluído feminino a assim pode ser analisado entre o masculino e feminino” (SALAMON, 2010, p.48, grifos da autora). O esquema sexual para o autor seria individual, marcado pela particularidade, porém estipulado em relação (Ibid. p.49). Dessa forma, se estabeleceria a maneira por meio da qual a abordagem fenomenológica em Merleau-Ponty, permite a autora a passagem de uma subjetividade categórica para uma subjetividade individualizada. Aqui não se afirma que a relação na operação do esquema social implique uma leitura de relacionalidade dos procedimentos corpóreos, nem que esta subjetivação particular marque a formação do sujeito como um procedimento restrito às suas delimitações internas. Todavia, é a relação entre a morfologia corpórea e as operações do desejo, aqui lidos por Salamon como uma sensação localizada “ao mesmo tempo no meu corpo e em direção àquilo que meu corpo se dobra” (Ibid. p.54) que rompe com um suposto argumento a uma subjetividade restringida pelos limites internos do sujeito. É por esse caminho analítico que se possibilita a inclusão da relacionalidade enquanto condição dos processos de corporificação. Ao descrever as dinâmicas de transposição a autora afirma que:

(...) o lócus da minha sensação parece mover-se, e meu braço, se eu o estender, é experienciado fenomenologicamente menos em sua função de meu braço e mais em sua função em direção ao você”. Essa dispersão e transposição não precisam ser lidas de forma a diminuir tanto a sensação ou a parte do corpo em questão, mas em vez disso pode ser uma maneira de entender como na sexualidade e sou despossuído de meu corpo e entregue a ele em uma só vez. (SALAMON, 2010, p.54).

A simultaneidade da dinâmica de transposição e dispersão corroboram, dessa maneira, o argumento pela dissolução do corpo e de sua suposta coerência, de modo a demonstrar como a operação do desejo permite um processo de corporificação difuso e poroso, no que se refere às conexões entre a materialidade corpórea e a sua extensão aos objetos do desejo. Atentando ao relacionamento entre sexo e transcendência em Merleau-Ponty, Salamon pode declarar o caráter relacional do corpo da seguinte forma “é através da sexualidade que o corpo – e portanto o *self* –

é transformado de uma coisa que é interessado nela mesma para uma coisa que é interessada nos outros (SALAMON, 2010, p.57). No momento em que se assume o sexo como instrumento de transcendência – aqui “a relação entre o *self* e o mundo que é a sexualidade” (Ibid. p.56) se torna possível o movimento de diagramação do caráter coextensivo dos procedimentos de corporificação, da sexualidade e da existência (Ibid.). Apesar de não fazer referência direta as dinâmicas de corporificação, a proposta analítica de Salamon autorizaria esse tipo de extensão do argumento. Ao se debruçar sobre o filme “*Boys Dont Cry*” (Ibid. pp.57-9) a autora realiza justamente a localização de um procedimento de corporificação que perpassa essas três características. Desse modo, a corporificação não seria entendida somente como um movimento de autoidentificação, mas sim enquanto mecanismo que habilita precisamente a materialização corpórea para além das arbitrariedades biológicas e fisiológicas de categorização. Assim, lido como estratégia de manutenção da existência e da relacionalidade, as dinâmicas de corporificação estariam atreladas a reconfiguração da materialidade do corpo, e da interlocução dos processos de subjetivação.

Corroborando esse argumento, Salamon descreve a forma através da qual a “carne”²⁸ representa um aspecto da corporificação “que não é bem o corpo ou uma dimensão do mundo que não seria ao certo quantificável” (SALAMON, 2010, p.59). Essa dimensão corpórea, aqui representada no exemplo da experiência de um homem transexual no filme cujo a autora se refere, admitiria a leitura que Salamon realiza da percepção em Merleau-Ponty. Salamon sinaliza que o autor “tenta frustrar a relação entre sujeito e objeto, entre aquele que vê e o que é visto, entre dentro e fora conferindo a relação uma primazia que foi previamente reservada ao objeto ele mesmo” (Ibid.) Nesse contexto, a percepção assumiria contornos que, ao mesmo tempo, sobrepõem e colapsam as distinções filosóficas que estabelecem esses binários. Embora realize, em um primeiro momento, uma defesa quase que paradoxal do corpo físico enquanto entidade distinta e delimitada, a autora aponta para as formas as quais, se assumida essa proposição, realiza-se um movimento que desloca a identificação de um processo diferenciação para um produto das relações. No entanto, ao descrever que o corpo se constitui através de sua interação com aquilo que o cerca (Ibid.) Salamon permite a sugestão para o argumento da

²⁸ No original “*flesh*”.

dissolução das delimitações corpóreas em uma dinâmica mais próxima daquelas argumentadas anteriormente por meio de Kroker, Butler, Hayles e Haraway.

Apesar dessas considerações, Salamon verifica que o exercício proposto por Merleau-Ponty é precisamente o de contestação da definição de um corpo como estrutura circunscrita e legível (SALAMON, 2010, p.60). Descrevendo as consequências que a teoria da percepção do autor disporia para a investigação da questão da variação de gênero, a autora aponta a forma pela qual essa modulação da percepção “sugere a falta de acordo entre o objeto como aferido por nossa percepção e a ‘realidade’ da coisa percebida “(Ibid. p.62). Com isso, indica-se o efeito de dissonância entre a percepção e a corporização articulada pelo sujeito, deslocando o seco para um lugar da “relação entre material e ideal, entre o perceptor e o percebido, entre a particularidade material de algum corpo e a rede de forças e contextos que moldam o material e o sentido daquele corpo (Ibid.).

Assim, se configuram as formas por meio das quais os argumentos que Salamon realiza constituem um arranjo que permite o engajamento para com o corpo, as dinâmicas de sexo, sexualidade e gênero e os processos de corporificação – ou seja, os procedimentos que deslocam o corpo a um lugar de travessia, disposição porosa de dinâmicas que o atravessam; maneira através da qual a materialidade do corpo é reestruturada e reordenada. Atentando sobretudo a forma pela qual os processos de subjetivação compreendem a sua contraparte – aqui no sentido de parcela que acompanha – corpórea, Salamon realiza a diagramação dos movimentos de produção de subjetividades corporalmente dissonantes – aqui no sentido de um ordenamento o qual o corpo do sujeito liberal representa. A transgeneridade, nesse sentido, exprimiria precisamente aqueles movimentos de reconfiguração do compêndio que se descreve através das relações entre ego e corpo; as modulações que exprimem e estendem a produção da materialidade corpórea de maneira conformar a suposta coerência – e a manifestada incoerência – dos processos de identificação e produção corporificada dos sujeitos.

Desse modo o recurso a autora descreve mais uma das instâncias teóricas que atestam a construção de um ferramental analítico que se proponha a dispor sobre – e através – do corpo. As dinâmicas que animam tanto as considerações traçadas pela autora, como aquelas apresentadas anteriormente neste capítulo, implicam um deslocamento ontológico para a consecução de um projeto de análise da questão corporal em Teoria Política e Relações Internacionais. Observa-se então, de

maneira rápida, a forma pela qual a situação dos procedimentos de corporificação e da corporeidade estão diretamente enredados com lógicas de ordenamento e categorias relacionais de poder que mediam a constante produção e reprodução da corporeidade do sujeito. Por sua vez, o movimento de verificação das capacidades politicamente produtivas dos processos de corporificação encarnam os processos de acomodação e contestação das forças e formas através das quais o sujeito corporificado se apresenta. À medida que a defesa da inclusão das categorias da sexualidade e gênero sob os debates de Política Internacional e Relações Internacionais já foi amplamente realizada inclusive a partir de leituras e engajamentos para com alguns dos autores e autoras referenciados neste exercício, resta o movimento de estipular um novo vocabulário de acesso a questão corpórea que considere pelo menos em parte, as formulações aqui apresentadas.

4.5. Subjetividade e materialização: Diferença racial

Dando progressão ao exercício proposto por este capítulo, desdobram-se então as considerações e argumentos realizados por Penelope Ingram e o modo pelo qual seu projeto de uma ética da diferença racial e sexual, aliado ao conceito do “corpo signifiante”²⁹ representam outra modalidade de engajamento para com o corpo. Atenta-se, sobretudo, os argumentos da autora em relação a formulação de “uma linguagem para além da metafísica, uma linguagem de significação física” (INGRAM, 2008, p.xi) e suas reverberações a um engajamento para com questão racial. Desse modo, localiza-se a construção analítica de Ingram em, por um lado, uma leitura da metafísica em Martin Heidegger e, por outro, a instrumentalização dos das proposições descritas na obra de Frantz Fanon (2008). A opção por esses textos – incluindo aqui o uso da obra de Luce Irigaray por parte da autora, tendo por objetivo a constituição da parcela analítica por meio da qual a Ingram organiza a questão da diferença sexual – estaria conectada especialmente à sua crítica aos contornos representacionais da linguagem. A sobreposição desta categoria de análise nas obras dos autores selecionados aponta o contraste entre uma perspectiva que isola ontologia e ética, e aquelas formulações que aproximam os dois predicamentos, de forma a situar e propor que a linguagem da significação estaria

²⁹ No original, “*signifying body*”.

mais próxima de uma linguagem “gestual, corpórea (...) performativa, não constativa” (Ibid.).

Contextualizando a relação entre a obra de Fanon e a forma pela qual sua analítica mapeia as conexões entre a linguagem de representação visual, o regime colonial e a discursividade da raça e do racismo, Ingram descreve o relacionamento, nos termos heideggerianos, entre o “Ser”³⁰ e o “Outro” (INGRAM, 2008, p.xii). A centralidade das reverberações materiais do discurso sobre o corpo, na manutenção do aparato colonial descrevem a forma através da qual a questão corpórea se torna indispensável em, e para, um engajamento com a obra de Fanon. A autora então afirma como “esses vazios, porque fantasmáticos, significantes constituem uma gramática visual do corpo, uma sintaxe a qual resulta na ‘fatualidade’ da negritude” (Ibid.). Para a autora, é precisamente uma experiência corpórea, que por intermédio da linguagem, organiza as proposições de Fanon. Através do autor se torna possível para Ingram descrever a maneira pela qual se estruturaria a contestação dessa gramática colonial corpórea: “Se o corpo é um campo de significação que é interpretado visualmente, Fanon nos leva a uma nova linguagem, uma ressignificação do corpo através da subversão do olhar” (Ibid.). O relacionamento íntimo entre as atribuições materiais da discursividade e as operações do olhar racializado tem o efeito de manutenção de ordenamentos corpóreos do racismo e da colonialidade. Desse modo a autora descreve a relação entre metafísica e ontologia de maneira a situar a diferenciação entre o ôntico e o ontológico em Heidegger, tendo em consideração a forma através da qual a “metafísica tradicional (...) não só entendeu o Ser em um modelo masculino, exibindo-o como um universal não marcado, ela também pensou o Ser nos termos de um outro falso universal: branquitude” (Ibid.. p.xiv). De maneira a sinalizar essa relação vale a reprodução de um trecho de Ingram:

Porque sexo e raça foram considerados diferenças ônticas, isto é características ou atributos dos ser, e não ontológicas, elementos do Ser ele mesmo, uma verdadeira diferença racial e sexual não existe. Como consequência uma relação ética para com o totalmente Outro é precluída, (INGRAM, 2008, p.xv).

Segundo a autora, conforme, em Fanon, o homem negro existiria somente na medida em que serve de objeto para a autodefinição do homem branco, as

³⁰ Opta-se aqui por esta tradução de “*Being*” em concordância com o termo utilizado pela tradução que Márcia de Sá Cavalcante Schuback realiza de “Ser e tempo” (2005).

capacidades de estabelecimento de uma dinâmica de “Ser-no-mundo”³¹ para os sujeitos e corpos racializados – e na extensão do argumento da autora, sexualizados – descreveriam a necessidade da passagem de uma metafísica baseada na distância e separação entre o “Ser” e o “Outro” para uma outra modulação que admitiria uma lógica de proximidade, de abertura (INGRAM, 2008, p.xvi). Esse último argumento, o qual a autora realiza através de Irigaray, manifesta uma primeira possível sugestão da forma relacional e situacional descrita nas dinâmicas de “Ser-no-mundo” que compreende, por sua vez, a constituição de uma ética corpórea que dê vazão justamente a esses movimentos de aproximação entre o “Ser” e o “Outro”. Assim sendo, é através de Fanon que se torna possível a defesa da oportunidade de um processo de reconhecimento recíproco, o qual realizaria a reconfiguração e reinserção dos corpos marginalizados a uma ontologia da significação corpórea.

Dessa maneira, Ingram descreve um tipo de conciliação entre a mobilização da ontologia e das questões do “Ser” em Heidegger e a possibilidade de produção de uma ética da diferença sexual e racial. Por isso a centralidade das considerações de Fanon sobre a configuração ética do regime colonial. Apesar de situadas pela autora as maneiras pelas quais a obra de Fanon se desdobra sobre questões distanciadas dos objetos sobre os quais Heidegger e Irigaray realizam suas considerações, é o compêndio entre linguagem, ética e ontologia que cristaliza a opção de Ingram.

Realizando uma breve consideração a respeito da relação entre representação e ontologia, antes de engajar diretamente para com a leitura de Fanon que Ingram promove, se torna necessário pontuar a forma pela qual Heidegger e Descartes se cruzam no texto da autora:

Na visão de Heidegger, o papel desempenhado pela representação na tradição metafísica não pode ser subestimado. A medida em que o modelo cartesiano requiere um sujeito que conhece a si mesmo – ‘eu penso logo eu sou’ – Ser é dependente de um sistema anterior de representação. O pensamento representacional admite só aquilo que pode ser adequadamente apresentado (...) Então ser presente a si mesmo é a condição da subjetividade para o sujeito cartesiano (INGRAM, 2008, p.xix).

Essa inflexão condiciona por um lado, a forma através da qual se postula a necessidade de autorrepresentação do sujeito cartesiano e, por outro, a crítica heideggeriana a essa tipologia de uma metafísica tradicional por meio da relação

³¹ No original “*Being-in-the-world*” (INGRAM, 2008, p.xvi).

entre o Ser e a diferença. O movimento ao qual Ingram se refere é o da proposição fenomenológica de Heidegger, cuja organização descreve a passagem do “Ser” – *Dasein* – ao “Ser-junto-a” – *mitsein*. (INGRAM, 2008, p.xx). Nesse sentido, aquelas dinâmicas que informariam a constituição do sujeito, para além da lógica cartesiana, estariam endereçadas em um processo de produção do “Ser” que prescreveria a lógica representacional da autoidentificação. A ontologia descrita pelos argumentos da autora estaria assim conectada a um processo de desvelamento do “Ser”, distanciada de uma proposição a qual o “Ser” assumiria a possibilidade de sua representação e de seu conhecimento (Ibid.). É aqui que se apresentam os aspectos de abertura e proximidade, do “Ser-junto-a” que efetuam, para Ingram, a produção de uma ética da diferença sexual e racial.

Estendendo assim o argumento da diferença sexual, a partir da leitura que Ingram realiza da análise que Derrida (1983) realiza do *Dasein* heideggeriano, implica-se aqui que de maneira semelhante as operações da diferença sexual – na qual o “Ser” preclui a necessidade do feminino enquanto processo de sua constituição. Embora sinalizado como elemento fundamental para a produção da noção de “Ser” – aqui situando a forma pela qual estaria inscrita um modelo de representação feminino sobre o qual o *Dasein* assumiria os contornos do masculino – o argumento que a autora realiza por uma diferença sexual que não esteja baseada nos dois gêneros demarca a forma através da qual “é o privilégio da diferença feminina além e acima da diferença sexual, como a diferença primária que habitou análises suficientes de outras formas de diferença sexual e racial” (INGRAM, 2008, p.xxviii). Ou seja, o movimento de manutenção do feminino, ao menos enquanto caráter representativo da diferença sexual, seria desestabilizado a partir de um argumento por um sistema representacional que não inscreve – de forma semelhante a representação em Fanon – um processo de representação inscrito por uma lógica binária. Em outras palavras, é a defesa realizada por Ingram é a de uma ética que se posiciona além das categorias de representação que reificam a binaridade do “Ser” que é realizada por Ingram. Dessa maneira seria estipulada a conexão entre ontologia e os procedimentos que animam produções de subjetividades endereçadas através das diferenciações sexuais e raciais. Com isso, se descreve o modo pelo qual se consolidam as relações entre ontologia e ética na proposta discursiva de superação das categorias relacionais de poder que reificam os procedimentos linguísticos de diferenciação

De forma a descrever sua leitura de Fanon, atentando as sobreposições entre psicanálise e o problema da diferenciação e da ética, Ingram afirma o seguinte:

(...) ao invés de usar a psicanálise para considerar sobre a persistência do racismo e do pensamento racializado, nos podemos vê-la como um modelo para articular novas formas de concepção da raça. Tomando uma deixa através de Fanon, então, eu considero que a diferença racial deve ser entendida como uma categoria ontológica, mas eu também percebo que seu uso da psicanálise produz insights para o desenvolvimento de sujeitos racializados (INGRAM, 2008, p.xxxii)

É por essa maneira, então, que se posiciona a forma pela qual a metafísica ocidental, segundo a autora, “racializa o Outro da ontologia” (INGRAM, 2008, p.xxxii) e, de maneira a alargar aqui seu argumento, o genderiza. Logo, a questão do corpo e da corporificação representam um aspecto central aos procedimentos de materialização das atribuições ontológicas da diferença sexual e racial, constituindo ainda a estrutura sobre a qual os processos de subjetivação, inscritos na genderização e racialização dos sujeitos, se atualizam. Portanto, o movimento que habilita a passagem de um argumento metafísico e ontológico as dinâmicas de materialização da diferença, compreendem uma dupla modulação discursiva, à medida que apresenta as consequências materiais da linguagem. Assim se torna possível assentar no corpo tanto os procedimentos ontológicos de produção da diferença como suas reverberações éticas. Também é por esse trajeto analítico que se permite a insinuação das repercussões políticas desse tipo de análise.

A partir de uma análise psicanalítica, em conjunção com a obra de Fanon, Ingram aponta tanto a forma em que, no autor, a raça possui um caráter histórico e material, o qual se inscreve fisicamente no seu corpo, como também a maneira através da qual as classificações raciais se estabelecem por intermédio de uma “economia da visibilidade” (INGRAM, 2008, p.16). Com isso, o vocabulário através do qual se estabelecem por um lado, processos de identificação racial, e por outro, a diferença racial enquanto procedimento ontológico, é marcado pela referenciação do signo da branquitude. Aqui não se intenta descrever a prevalência do caráter representacional que descreve por exemplo, a alienação do corpo negro (Ibid.) em Fanon (2008), mas sim um a posição do procedimento pelo qual se mobiliza o processo de sujeição entre o “Ser” e o “Outro”. Ou seja, a inclusão da estância de representação realiza o intermédio dos processos de subjetivação do sujeito realizado, de maneira a marcar tanto o referencial da branquitude materializado em uma versão do “Ser” quanto o da negritude, o duplo “Outro”. A

modulação dupla descreve precisamente a alienação do corpo negro, de forma a não coincidir sua imagem corpórea a nenhuma das duas instâncias de representação.

A autora então estabelece, através de Bhaba, o seguinte:

“pele negra, máscaras brancas’ não é, por exemplo, uma divisão precisa; é uma duplicação, dissimulando a imagem do ser em ao menos dois lugares ao mesmo tempo (...) Ela não é o *self* Colonialista do Outro colonizado, mas a distância perturbadora entre aquilo que constitui a figura da Alteridade colonial – o artifício do homem branco inscrito no corpo do homem negro. É a relação a esse impossível objeto que emerge o problema liminar da identidade colonial e suas vicissitudes. (BHABHA, 1989 apud INGRAM, 2008, p. 17)

É sobre essa caracterização do processo de identificação do sujeito colonial – um sujeito aqui em diferentes formas racializado, mas tendo constante seu referencial branco – que se torna possível estabelecer tanto o argumento fanoniano do processo de identificação visual que, embora represente um processo de ordenamento da subjetividade e da corporificação do sujeito, possibilita a sua contraparte: a emergência de representações materiais fluídas baseadas precisamente na ambivalência colonial (INGRAM, 2008, p.17).

Atentando a outra modulação da análise de Fanon, Ingram posiciona tanto o processo pelo qual não existiria “sentido estático” ao corpo – apenas o movimento de sua configuração e reconfiguração – quanto a possibilidade do argumento, em um momento anterior a entrada no Simbólico da psicanálise, por uma corporificação e subjetivação desconectadas de um binário racial (INGRAM, 2008, p.28). É aqui que Fanon situa o modo pelo qual, até o encontro com a diferença racial, o sujeito se representa fora da estrutura referencial da branquitude, de maneira a situar a “ausência” da cor. A leitura que a autora faz de Fanon admite três possibilidades ao sujeito: a experiência variável da corporificação enquanto branco, negro, ou ser cor (Ibid.). Com isso se inscreve aqui não um argumento por uma corporificação que admita a possibilidade de transitoriedade da diferença racial separada dos aportes materiais da estrutura corpórea do sujeito, mas sim a maneira através da qual se apresentam diferentes formas de corporificação no compêndio da produção da subjetividade. O corpo racializado, desta forma, estaria “aberto a uma variedade de possibilidades morfológicas” (Ibid.). Assim se postula, em Fanon, a leitura da raça como um regime discursivo que atravessa subjetividade e materialidade corpórea e implica em procedimentos de manipulação da significação racial (Ibid. p.36). Portanto, seria a partir das tipologias do encontro colonial – e

dos processos de diferenciação racial – que se organizariam as configurações de significação corpórea e subjetiva que garantem, por sua vez, a sustentação. Em outras palavras, o encontro colonial – aqui no sentido de instância sobre a qual se manifestam procedimentos de construção da diferença e alteridade – compreende o efeito de reestruturação de corporificações, dissolvendo o argumento por um corpo constituído como estável ou coerente.

4.6. “Ser-junto-a”: Composição corpórea

Descrevendo de maneira mais específica os momentos de conjunção entre a leitura realizada por Ingram do contexto do “Ser” e do “Ser-junto-a” e os procedimentos que assentam o argumento da corporificação do sujeito, se torna imprescindível um exercício de nomeação e delimitação das forças e formas que condicionam – ou ao menos estão implicadas em – estes processos. A opção semântica e teórica do uso dos termos formas e forças simbolizaria, por um lado, os vetores analíticos que corroboram a definição das dinâmicas de corporificação – sendo aqui a construção e reorganização das subjetividades e a simultânea, porém não discernível, maneira através da qual a corporificação se apresenta. Por outro lado, o termo formas indicaria as dinâmicas subjetivas ou não, que implicam a estruturação do corpo. Atenta-se aqui a indissociabilidade descrita entre materialização corpórea e a subjetivação, não de maneira a argumentar que todos os procedimentos de corporificação descrevem efeitos físicos verificáveis, mas sim com o interesse de demonstrar a instabilidade descrita por essas operações. O corpo, e a corporeidade estariam implicados por condicionamentos discursivos e, consequentemente, apresentariam via corporificação, seus efeitos. A subjetividade estaria assim conectada e distribuída em um aporte material corpóreo. Dessa maneira existiria alguma parte – a qual precisamente se desloca entre o verificável e o não verificável – que corresponderia ao processo de materialização da corporeidade, de forma a borrar as delimitações que descrevem as atribuições do sujeito e do corpo.

Em outras palavras – e com o intento de esmiuçar ainda mais o argumento aqui disposto, e driblar a suposta contradição desse último movimento – identifica-se, primeiro, a possibilidade da não correspondência entre as delimitações físicas do corpo e as de sua corporificação. Em um segundo momento, nomeia-se

corporeidade o resultado das dinâmicas através das quais o corpo distribui suas atribuições e contornos. Em um terceiro momento, descreve-se o modo pelo qual os processos de subjetivação implicam diretamente neste último movimento. Com isso se torna possível traçar e mapear as dinâmicas de reconfiguração desse corpo, dispondo enquanto materiais justamente aquilo que se desloca entre a subjetividade, o discursivo, corporificação e a própria experiência encarnada do sujeito..

O “Ser-junto-a”, dessa maneira, sinalizaria o caráter relacional dos processos conjuntos de subjetivação e corporificação. À medida que os procedimentos de identificação, inscritos na corporeidade, assumem nem que somente em um primeiro momento a necessidade de recurso as dinâmicas de representação e autorrepresentação, e constituição do “Ser” atravessaria necessariamente o trajeto limítrofe entre o “Eu” do *self* e o “Outro” -seja aqui o outro enquanto alteridade ou o Outro do discurso psicanalítico. Essa trajetória apresentaria a forma por meio da qual a corporificação e a subjetivação estão invariavelmente conectadas tanto a uma rede relacional das subjetivações simultâneas entre corpos e sujeitos em contato, quanto ao movimento de subjetivação e corporificação por meio da organização da diferença de si para si. Enquanto o corpo não simbolizar um aporte estável, coerente e contínuo para as dinâmicas de sua materialização, as reverberações diretas dessa categorização e leitura serão verificadas. Seria possível atestar então, essa dupla modulação da diferença que abarcaria tanto os procedimentos de diferenciação sexual quanto racial.

Aqui o argumento de Ingram sobre um “corpo significativo” (INGRAM, 2008, p.19) estaria mais próximo de uma leitura que considere a mutabilidade dos procedimentos e atribuições de significado do corpo através de sua corporeidade, do que de uma leitura que estabeleça a impossibilidade da constante reorganização do sujeito e de seu corpo. Pensar a corporeidade e a corporificação, dessa forma, habilitaria a identificação – mesmo que temporalmente situada – de uma das instâncias de iteração do corpo, de seus contornos e atribuições. Assim, através de Fanon, se torna possível a situação do argumento tanto pela leitura dos processos de ordenamento e condicionamento inscritos discursivamente nos corpos, como a resposta viável da contrapartida do corpo a esses movimentos de constrição e orientação de subjetividades e suas corporificações.

Assim sendo, as disposições e argumentos apresentados por Ingram descreveriam, por um lado, um ferramental teórico a respeito dos procedimentos de diferenciação racial e sexual útil a um posicionamento ético da produção da diferença e, por outro, corroborariam a leitura do corpo desenvolvida até aqui. O desdobramento ético da definição da diferença sexual e racial que a autora propõe seria, precisamente, a conciliação ontológica do “Ser” – aqui tanto como *Dasein* mas também como a experiência do sujeito – e as corporificações dissonantes à estruturação racial e sexual que, diretamente ou indiretamente, nele habitam. Com isso, não se almeja aqui traçar uma espécie de imediatismo que supõe que modulações ontológicas tenham resultados políticos imediatos, mas sim que através de uma outra tipologia de acesso as questões do corpo e corporificação, suas reverberações materiais descreveriam, ao menos, uma reorientação da delimitação do objeto e dos funcionamentos da política. Aqui o movimento é o de elencar estruturas e aportes teóricos que, por fim, dão suporte a corporificações e corporeidades já manifestadas. Se descreve então um trabalho que estaria mais conecta a reabilitação de um vocabulário político que abarcasse dissidências e dissonâncias corpóreas do que um exercício de definição direta do corpo e daquilo que através e a partir dele, se manifesta. Aqui recorre-se uma última vez aos argumentos de Ingram para ilustrar as implicações da materialidade aos processos de diferenciação sexual e racial:

Materialidade não é a inimiga aqui: a fatualidade do corpo, que existe tangivelmente em carne e sangue não é aquilo que desconcerta (...) ao invés é aquilo que precisamente provê uma resposta ao problema da diferença racial e sexual e sua teorização. Não é que esses corpos materiais não são sujeitos ao discurso. É que eles resistem a subjeção através do fracasso de sua representação e, fazendo assim, revelam a imperfeição desses regimes de poder/conhecimento. O poder que esses construtos permanece somente à medida que eles podem conter e regular seus excessos. Corpos significantes indicam a sempre presente possibilidade de alguns corpos de resistirem essa constrição (INGRAM, 2008, p. 105)

Se torna possível assim a consolidação de, por um lado, uma das modulações que permeiam as inflexões, problemáticas e atribuições da questão corpórea e, por outro, a de um conjunto instrumental que permite o engajamento para com o problema da ética e as disposições da diferença e diferenciação do corpo, tensionando as suposições que assentam a corporeidade, atentando sobretudo suas capacidades produtivas e disruptivas.

4.7. Intercorporeidade

Dando forma ao último movimento desse capítulo, apresenta-se então, de maneira rápida, o modo através do qual o argumento de Weiss sobre corporificação como intercorporeidade habilitaria tanto o caráter relacional do corpo – previamente disposto por este esforço – como corroboraria uma leitura do relacionamento disposto entre o corpo e as imagens corpóreas. No exercício de apresentação de sua proposta a autora apresenta, através de suas considerações sobre Merleau-Ponty e Schilder, o seguinte:

Ambos (...) enfatizam o fato de que a imagem do corpo não é nem uma construção individual, nem o resultado de uma série de escolhas conscientes, mas ao invés disso, uma agência ativa que possui sua própria memória, hábitos e horizontes de significância. (WEISS, 1999, p. 3)

Todavia, a autora sinaliza que, em sua leitura dos autores, não há a presença de um engajamento para com a forma sobre a qual “diferenças raciais, sexuais, de idade, étnicas, de classe, morais e tecnológicas são marcadas em nossos corpos e registradas através de nossas imagens corpóreas” (WEISS, 1999, p.3). É sobre essa falta, então, que se organizam os argumentos de Weiss.

Sinaliza-se, entretanto, o próprio projeto da autora de uma ética corporifica que, segundo a autora, estaria embasada em imperativos corpóreos, os quais Weiss define como as “demandas éticas que corpos depositam em outros corpos no decorrer de nossa exigência cotidiana” (WEISS, 1999, p.5). Para tanto a autora se vale da investigação de uma narrativa autobiográfica de Simone de Beauvoir. Situando esse movimento, Weiss contrasta a sua leitura do imperativo categórico de Immanuel Kant, o qual “requere que eu tome os meus impulsos corpóreos e inclinações como irrelevantes para meus projetos éticos, utilizando somente a razão” (Ibid.). Sinalizando a dissonância entre a razão não corporificada de Kant e a forma pela qual se desdobram seus imperativos corpóreos, a autora verifica como é atribuída a significância moral aos procedimentos físicos e emocionais, mais próximos por sua vez de uma leitura atrelada ao corpo do que processos intelectuais conectados tradicionalmente a mente. Essa distinção entre os fenômenos corpóreos promoveria, por sua vez, um acesso não a totalidade, mas a distribuição daqueles procedimentos através dos quais se desdobram tanto a proposta da ética corporificada, como a sua leitura de intercorporeidade. O argumento de Weiss se

situaria de forma a estabelecer a centralidade do corpo as teorizações morais “da mesma forma que em nossas práticas morais” (Ibid.).

A autora postula então uma defesa de seu projeto – o da intercorporeidade – de forma a “ênfatizar que a experiência de ser corporificado nunca é um assunto privado, mas sempre mediado por nossas contínuas interações com outros corpos humanos e não humanos” (WEISS, 1999, p.5). Aqui, ao situar a malha complexa e múltipla das relações dispostas entre corpos, a autora sinaliza não só a aproximação que uma ética corporificada realiza da dimensão política do cotidiano, mas também a forma através das quais se dariam constantes os processos de “construção e reconstrução de nossos corpos e imagens corpóreas” (Ibid. p.;6).

De maneira a apresentar as operações da imagem corpórea, se valendo dos argumentos de Merleau-Ponty e Schilder, a autora verifica que:

(...) a imagem corpórea muda não só em resposta a reais mudanças fisiológicas do corpo e/ou mudanças físicas na situação mas é grandemente (e frequentemente de forma duradoura) afetado por mudanças psíquicas e sociais no corpo/situação que nestas as quais não precisam estar assentadas ou conectadas ao estado atual das coisas. (WEISS, 1999, p. 9)

Essa caracterização da mutabilidade do corpo representaria dois movimentos: o primeiro se descreve em torno da capacidade através das quais a imagem corpórea poderia se organizada e reorganizada em resposta – mas não só enquanto reação – a modulações subjetivas que assim depreendem sua relação para com a corporificação do sujeito. O segundo por sua vez, é o do argumento por uma relacionalidade e instabilidade do corpo, conectada principalmente a forma pela qual sua situação – e aqui aferidos tanto o sentido mais amplo das categorias relacionais de poder e dos condicionamentos e ordenamentos sociais quanto o sentido de uma conexão mais imediata com a materialidade disposta através do cotidiano – implica necessariamente a reconfiguração de procedimentos corpóreos.

Apesar de sinalizadas as formas pelas quais, em Merleau-Ponty, se distancia o argumento do mundo enquanto força constitutiva do corpo (WEISS, 1999, p.10) Weiss aponta a forma qual, em sua leitura dos argumentos de Fanon, se postula um ideal da imagem corpórea marcado por um ideal branco masculino (Ibid. p.27). Desse modo, a configuração e manutenção da imagem corpórea estaria implicada nos moldes do condicionamento material e discursivo da representação e reprodução deste ideário imagético corporal. Com isso, a autora identifica uma das

modulações do compêndio que se descreve por entre subjetividade e corporificação, aproximando este vocabulário daquele sobre o qual se assenta a argumentação da imagem corpórea. Dessa forma Weiss realiza a correspondência de suas considerações àquelas mobilizadas por Ingram, na análise a partir da qual o corpo é constantemente situado por processos de referenciação que tendem a submissão da corporificação – e aqui da imagem corpórea- aos ordenamentos discursivos imagéticos e sociais do corpo.

Outro movimento localizado no argumento que Weiss realiza pela leitura do corpo através dos procedimentos da imagem corpórea é a relação entre transcendência e imanência. A autora localiza, através de Beauvoir a ambivalência do ser, descrita pela forma em que “somos simultaneamente seres-para-nós-mesmos e seres-para-os-outros e somos compostos não só de mentes (nossa fonte primária de transcendência) e corpos (uma fonte primária de imanência).” (WEISS, 1999, p.45). A leitura que Weiss realiza de Beauvoir pode ser apresentada por dois movimentos: o primeiro é a disposição cruzada entre a forma pela qual Beauvoir sinaliza as leituras sociais de imanência e transcendência, uma associada ao feminino e a outra ao masculino, e a maneira pela qual Merleau Ponty estabelece o corpo como sujeito de transcendência (Ibid. p.46). Esse movimento, o qual a autora realiza através de Iris Marion Young, possibilita a sinalização da forma pela qual, a confluência entre representação, por um lado, e percepção externa, por outro configuram uma possível dissonância entre o processo de produção da imagem corpórea sua recepção social (Ibid. pp. 47-8). Logo se situa tanto o caráter fundamental da possibilidade dissonância para os processos de corporificação – esta a qual pode ser articulada de maneira constante – quanto a maneira pela qual os procedimentos corpóreos se localizariam justamente entre produção e recepção, o que por sua vez atesta o caráter relacional do corpo e faz alusão ao conceito de intercorporeidade por parte da autora. O segundo movimento estaria conectado a verificação dos processos de diferenciação sexual, os quais apontariam, segundo Young, a produção de uma suposta naturalização de imagens corpóreas (Ibid. p.49). Desse modo se tornaria possível a identificação, mais uma vez, das formas pelas quais o caráter relacional e situacional do corpo se apresenta. Ou seja, a forma através das quais tipologias imagéticas e discursivas de condicionamento corpóreo exercem suas forças no processo de corporificação dos sujeitos.

Em congruência com esses deslocamentos analíticos, situando o caráter situacional e relacional dos procedimentos corpóreos, Weiss realiza o argumento e a definição da intercorporeidade de maneira a alegar que:

(...) imagens corpóreas são elas mesmas sempre caracterizadas por uma série de trocas intercorporais que desconstróem tanto as fronteiras das imagens corpóreas de um indivíduo quanto as imagens corpóreas daquele indivíduo e outros indivíduos, é também claro que essas múltiplas e fluidas imagens corpóreas produzem uma sensação e integridade (moral) e corpórea que será minadas essas imagens corpóreas e o imaginário o qual contribui para sua produção for regulada por outros (...) (WEISS, 1999, p. 86)

Aqui a autora não realiza uma defesa da circunscrição dos procedimentos de produção da imagem corpórea somente ao sujeito, mas sim afirmando a capacidade produtiva da agência individual na manutenção das formas pelas quais se assumem a corporeidade (WEISS 1999, p.86). Assim sendo, se torna possível afirmar o caráter transversal dos procedimentos que animam tanto as lógicas de representação, percepção e recepção das imagens corpóreas como a maneira através da qual o argumento da autora representa uma versão útil das dinâmicas de produção e manutenção da corporeidade. Sua utilidade, dessa forma, pode ser apresentada por duas maneiras: a primeira em torno da forma na qual o aporte teórico e analítico sobre o qual a intercorporeidade se dispõe, demonstra mais uma forma de assentamento do caráter relacional e situacional do corpo, demonstrando os fluxos através dos quais imagens corpóreas transitam e os procedimentos que descrevem o processo de corporificação como disposto entre corpos, assumindo assim uma materialidade circunscrita e embasada pela necessidade inescapável do relacionamento. O segundo é a maneira por meio da qual esse argumento possibilita a aferição de procedimentos de representação de imagens corpóreas e de corporificação se dispõe entre, e através de, ordenamentos e condicionamentos sociais e políticos. Dessa maneira, seria possível, através da análise dos processos de corporificação, uma espécie de rastreamento das inflexões materiais, imagéticas e discursivas das categorias relacionais de poder. Com isso determinam-se não só o modo através do qual um recurso ao vocabulário de forças e formas, em conjunção com o aporte corpóreo descrito por Weiss, simbolizaria um movimento estratégico na leitura do corpo e das questões corpóreas mas também a maneira através da qual, a leitura da corporificação como dinâmica da intercorporeidade manifestaria um possível retorno as reverberações políticas inscritas por esses procedimentos.

Carne, sangue e fala: narrativas corpóreas

5.1. Narrativa, autobiografia e auto teoria

De forma a, por um lado, exemplificar a maneira através da qual o recurso a auto teoria colapsa e encarna as disposições previamente apresentadas sobre o corpo e os procedimentos de corporificação e, por outro, habilitar um retorno propositivo da questão do corpo em teoria de Relações Internacionais, este capítulo tem por objetivo o recurso a obra de Gloria E. Anzaldúa (1987; 2015). Através dela e de seus leitores, almeja-se demonstrar as reverberações analíticas de um engajamento para com o corpo. Assim, se traça um percurso a partir de proposições que marcam, ontologicamente e epistemologicamente tanto uma modulação da presença-ausente do corpo na disciplina quanto as possíveis respostas – dentro das RI. Atenta-se então a uma reconfiguração analítica que integre o corpo e as categorias de corporificação e corporeidade tanto enquanto instrumentação analítica como também objeto e sujeito de teorizações.

Antes de engajar diretamente para com os escritos de Anzaldúa, se faz necessário um desvio analítico que assente na disciplina – e para além dela – as pressuposições que organizam o formato da auto teoria A opção pela autobiografia (INAYATULLAH, 2011), por um lado, e a narrativa (INAYATULLAH; DAUPHINEE, 2016), por outro, marcam o exercício de conciliação entre a prática de teoria de RI e uma modalidade de articulação discursiva que borra os limites entre memória e academia. Sinaliza-se assim as formas através das quais ambas são conjuntamente implicadas e, por vezes, mutualmente constitutivas. O movimento de leitura da inscrição da teoria no corpo – ou nos termos de Inayatullah, das bases pessoais que ancoram a investigação acadêmica (INAYATULLAH, p.10-1 in INAYATULLAH, 2011) – demarcam tanto o desdobramento entre o íntimo e político, como também possibilita uma espécie de cartografia da relacionalidade

entre os aportes teóricos que organizam as investigações acadêmicas e a materialidade da vida cotidiana. É sobre este arranjo que se estabelecem, em outros termos, as reconfigurações da presença – ou ausência – do corpo que escreve e aquilo que ele se propõe a escrever (Ibid. p.5). Essa simultaneidade dos corpos – se admitida uma cisão particular entre o corpo que vive e o corpo que teoriza – é aquilo que orientaria tanto os problemas e como as oportunidades inscritas na escrita autorreferenciada³² (Ibid.).

Se por um lado os volumes editados por Inayatullah e Dauphinee inauguram a organização dessa tipologia de engajamentos em teoria de RI, o aspecto de novidade do esforço não se transporta para outras disciplinas. Embora seja possível situar uma espécie de inauguração ou retorno ao estilo a partir de obras como as de Paul B. Preciado e Maggie Nelson, Émile Lévesque-Jalbert (2020) situa esse empreendimento analítico em um escopo mais amplo de teorias feministas. Parte integral desse movimento é a relação entre o que o autor situa, a partir de Julia Kristeva, como a oposição entre sujeito e objeto e o relacionamento entre experiência e teorização acadêmica (Ibid. p.69).

Nesse sentido, parece haver confluência entre a tendência previamente sinalizada da importância da experiência corpórea e dos engajamentos para com o corpo em teorizações feministas e de gênero, e as proposições auto teóricas ou autobiográficas de acadêmicas e acadêmicos racializados. É sobre essa malha que se verifica a proposição de narrativas que engajem para com a materialidade e subjetividade de corpos não conformantes com um referencial historicamente constituído da academia internacional. A tensão entre a ausência do corpo daquele que teoriza e a necessidade de inclusão da experiência no exercício de fazer – ou dar – sentido aos fenômenos políticos ressoa em Inayatullah (2011) e permite a situação, em Lévesque-Jalbert da sobreposição entre história – e nesse sentido a biografia – e estruturas sobre as quais permeiam categorias relacionais de poder. O autor se vale de Julia Kristeva para sinalizar que “O sujeito nunca *é*. O sujeito é somente o *processo* *significante* e ele aparece somente como a *prática* *significante*, isto é, somente quando ele está ausente *dentro da posição* da qual a atividade social,

³² Utiliza-se aqui o termo escritas autorreferenciadas como vocábulo que abarca tanto as propostas autobiográficas e as chamadas narrativas em disciplina de RI – à medida que as últimas podem admitir esse tipo de inclusão direta do sujeito que escreve no processo de produção teórica – como também as auto teorias, tendo como exemplo primeiro neste capítulo a obra de Anzaldúa.

histórica e significativa se desdobra” (KRISTEVA, 1974, p.188 apud LÉVESQUE-JALBERT, 2020, p.68, grifos da autora). Apesar do teor marxista que se instaura no contexto da citação de Kristeva, o movimento a partir de Lévesque-Jalbert permite não só a sinalização de seu argumento pela posição do sujeito em sua exteriorização mas também o da desconstrução do sujeito enquanto oportunidade para a produção de auto teoria (LÉVESQUE-JALBERT, 2020, p.69).

Embora possa existir dissonância entre o argumento de Kristeva e a conceituação dos mecanismos de produção e reprodução de subjetividades analisados nos capítulos anteriores, se torna possível através dos autores traçar a centralidade da dicotomia entre sujeito e objeto para propostas de auto teoria. Em contraponto a ideia da exterioridade enquanto proponente do sujeito em Kristeva se situa o modo pelo qual a sua posição – do sujeito – deságua em sua experiência. Ambos os argumentos convergiriam em uma espécie de ambivalência do corpo, que postula por sua vez a centralidade da consideração da experiência individual e coletiva como fator corroborante dessas análises. Em outras palavras – e adotando um vocabulário que reflete as preocupações de Anzaldúa – o entre lugar do corpo e do sujeito é característica fundamental das proposições autorreferenciadas, informando não só a dissolução das barreiras entre teórico e teorização mas também das circunscrições metodológicas que cindem a relação entre o corpo que teoriza e seu objeto de pesquisa.

Se torna importante a situação dos movimentos que descrevem produções narrativas, autobiográficas – como nos esforços de Inayatullah (2011) e Inayatullah e Dauphinee (2016) – e auto etnográficas – como em Brigg e Bleiker (2010) como modalidade de resposta a ausência do *self* enquanto interface de produção de conhecimento na disciplina de Relações Internacionais. Esses movimentos em si não corresponderiam diretamente a uma resolução da “presença ausente” do corpo, mas transversalmente representariam uma tipologia de acesso a materialidade corpórea através do *self* corporificado. O recurso a narrativa, a autobiografia e a autoetnografia, dessa maneira, simbolizariam procedimentos de explicitação das relações políticas consideradas – ou não – enquanto matéria e objetos clássicos de Teoria Política e Relações Internacionais. Em sua manifestação mais imediata, através da interface do *self* e do sujeito, se tornaria possível tanto o movimento de desmantelamento de suposições de produção de conhecimento imparcial (BRIGG, BLEIKER, 2010, p.780) como também a reinserção da figura da autoria enquanto

elemento constitutivo da produção acadêmica. Entre as críticas comumente articuladas da “falta de rigor e autoindulgência” (Ibid., p.781) de abordagens auto etnográficas por exemplo, os autores realizam a defesa pela leitura desses esforços a partir da sobreposição entre o exercício de pesquisa e suas complexidades metodológicas, e ainda da relacionalidade que se estabelece entre as práticas de produção de conhecimento e as comunidades através das quais essas produções se consolidam (Ibid.).

A partir desses direcionamentos se torna factível o argumento por uma espécie de resolução – mesmo que não completa ou definitiva – de algumas das tensões estabelecidas entre a “presença ausente” do corpo e a disciplina de Relações Internacionais. Através do *self* e dessas modalidades de escritas autorreferenciadas o recurso ao corpo se apresenta ao menos enquanto possibilidade. Embora a sobreposição entre o *self*, o sujeito e suas dinâmicas de corporificação não seja dada, a medida em que a necessidade de situação de situação desses procedimentos ainda prevaleceria, as escritas autorreferenciadas ao mínimo simbolizariam um ponto de entrada. Dessa forma a aproximação entre as performances do corpo – através do *self* e da reorientação analítica a partir do sujeito – e sua constante articulação situada – manifestada através do posicionamento da autoria nas escritas autorreferenciadas – promove um possível percurso por entre as modulações da “presença ausente” do corpo. Evidente situar, mais uma vez, que os esforços que encarnam narrativa, autobiografia e autoetnografia, embora não necessariamente conectadas a explicitação de seu conteúdo corpóreo, descrevem a malha relacional cara aos estudos do corpo. Senão de forma nítida, de maneira subjacente o corpo comparece nas brechas. É sobretudo o esforço de reorientação metodológico e ontológico que habilita a legitimação de escritas autorreferenciadas e suas relações para com a materialidade corpórea.

O formato da auto teoria, por sua vez, permite um tipo de incisão analítica assente nas brechas que se manifestam entre corpo e escrita autorreferenciada. O impulso de rastreamento das dinâmicas corpóreas encontra, dessa forma, a inevitabilidade da presença do corpo através dos formatos da narrativa, da autobiografia, da autoetnografia. Assim, se o exercício de acompanhamento dos procedimentos corpóreos permanece ativo, se torna possível a investigação do caráter latente do corpo que se desvela por entre essas modalidades de produção. Se, por um lado, a “presença ausente” do corpo em escolas clássicas de Relações

Internacionais era expressa por meio do manuseamento da descorporificação, as linhas de força que se apresentam em escritas autorreferenciadas simbolizariam, por outro lado, o manuseamento da latência do corpo. Desse modo não interessa aqui um argumento pelo colapso entre a presença da análise de procedimentos e dinâmicas de corporificação em escritas autorreferenciadas, de modo a caracterizá-las como processos simultâneos e indissociáveis, mas sim na exposição de um esforço interno a esses procedimentos, movimento esse que habilitaria o recurso e engajamento para com o corpo.

Se existe então uma espécie de dinâmica de distanciamento que caracterizaria a “presença ausente” do corpo em teoria de Relações Internacionais – como articulado no primeiro capítulo –, as escritas autorreferenciadas representariam um certo tipo de encurtamento – ou deslocamento das modalidades de presença e ausência do corpo. Se no escopo das primeiras, esse distanciamento se manifesta também na cristalização do lugar e da forma pela qual a autoria se manifesta na produção de conhecimento acadêmico, o percurso ao corpo do autor nas escritas autorreferenciadas descreve um possível trajeto as dinâmicas que animam ao menos esse corpo que serve de interface para a produção de conhecimento.

Outro movimento que se relaciona com a dicotomia entre sujeito e objeto, no que toca a produção de conhecimento, seria a categoria da objetividade enquanto elemento fundamental da análise científica. Haraway (1988) postula uma segunda dicotomia entre esta categoria e a descorporificação (Ibid. pp. 575-6) de maneira a situar em uma estruturação mais ampla de debates sobre filosofia da ciência uma proposição feminista da objetividade. Embora desconectado dos debates sobre auto teoria, o artigo da autora permite a aproximação entre a necessidade de “tradução de conhecimentos entre comunidades muito diferentes – e diferenciadas em relação ao poder” (Ibid. p.580) e o exercício de teorias críticas que apontariam “como sentidos e corpos são produzidos, não de forma a negar sentidos e corpos, mas de forma a construir sentidos e corpos que possuem uma chance a vida” (Ibid.). Em outras palavras, a crítica da autora corroboraria um redirecionamento da ideia de objetividade científica de forma a, por um lado, dismantelar a suposição de desconexão entre pesquisador e objeto e, por outro, promover a delimitação situacional dos conhecimentos e experiências corporificadas (Ibid. p.581). Dessa maneira se torna possível a dissolução das proposições que cristalizam a

necessidade da objetividade enquanto balizadora de produção acadêmica e a inscrição da dimensão corpórea enquanto mediadora da experiência e de processos de produção e apreensão de conhecimentos.

Retornando a temática da auto teoria, Robyn Wiegman (2020), de maneira semelhante a Lévesque-Jalbert realiza a interconexão entre teoria crítica e autobiografia de forma a convergir ambas as perspectivas em torno da definição e uso do termo. Embora sua genealogia da tipologia analítica se organize, mais uma vez, em torno do retorno ao termo pelas propostas de Nelson e Preciado, o posicionamento da obra de Anzaldúa corresponderia tanto a necessidade de inclusão do corpo – ou da “carne” nos termos da autora (Ibid. p.8) – por parte de teorias feministas como também a dissolução das delimitações estilísticas entre biografia e teoria.

Lauren Fournier (2021) por sua vez, constrói seu argumento de maneira a situar a auto teoria enquanto proposição performativa de produção de conhecimentos. Sob o âmbito de sua estruturação, a tipologia culminaria na organização das realidades materiais por intermédio da posição e situação do corpo (Ibid.). A performatividade, nesse sentido, se situaria na composição da malha narrativa que corporifica os apontamentos descritos na produção de auto teoria. Dessa maneira, se estipula, em conjunto com Nancy K. Miller (2013) a sobreposição da autoridade da experiência particularizada – e coletiva em relação a sua ressonância – e as dinâmicas de subjetividade que orientam tipos de escrita autorreferenciada (Ibid. p.14).

Com isso aponta-se não só a trajetória a partir da qual se situa esse tipo de proposição, como também as problemáticas centrais que permeiam os argumentos a favor da auto teoria. Seu caráter performático, em Fournier, e a forma da escrita pessoal, em Miller, representariam as formas através das quais o pessoal e o situacional³³ se interconectam. Apesar da diferenciação proposta por Miller entre ambos – o situacional e o pessoal (MILLER, 2013 pp.16-7) – a partir principalmente da audiência sobre a qual os esforços de escrita se referem e a literatura com qual a autora engaja (Ibid. pp.16-9), a sobreposição entre as categorias compõe o procedimento das escritas autorreferenciadas, seja no momento de sua concepção, seja no momento de sua recepção. Em outras palavras,

³³ No original, “*positional*” (MILLER, 2013, p.16).

embora as dinâmicas de escritas autorreferenciadas possam se localizar entre alguma modulação do pessoal e do situacional, sua recepção reestruturaria essas categorias, garantindo justamente a ressonância entre particular e coletivo, pessoal e transindividual, entre o situacional e as subjetividades em fluxo que garantem sua reverberação.

Uma outra forma de engajamento para com as categorias de escrita autorreferenciada é a análise do gênero da “escrita da vida”³⁴ realizada por Marlene Kadar (1992). A autora aponta que esta tipologia precede a popularização da biografia e autobiografia situando, a partir do século XVIII, sua circulação. Essa modalidade, dessa forma, escaparia as delimitações dos gêneros acima citados, incluindo tipos de escrita como diários e cartas (KADAR, 1992, p.4). Embora a autora situe a proposta como amplamente androcêntrica, verifica também um retorno ao gênero de forma a habilitar narrativas pessoais e críticas feministas (Ibid. pp.5-7). Por outro lado, a autora aponta, nesse contexto, a maneira através da qual se deu a passagem conceitual do pessoal ao político e do pessoal como teórico (Ibid. p.20.). Esses movimentos, localizados na crítica literária e para além dela, correspondem não só a um processo de habilitação das modalidades de escrita autorreferenciada para o escopo de disciplinas clássicas, mas também na definição daquilo que pode ser apresentado enquanto material cultural (Ibid. p.21). Essa mudança nos procedimentos de promoção e recepção de material teórico corresponderia a um tipo de performance autocentrada que, por sua constituição, escapa justamente dos moldes da autorreferência. Nas palavras de Kadar “ao transformar sua voz autoral em espetáculo, a escrita pessoal teoriza os riscos de sua própria performance: um materialismo pessoal” (KADAR, 1992, p.24).

Ao reengajar para com a materialidade que se dá através dos registros pessoais – não necessariamente se restringindo a sua pessoalidade – a escrita autorreferenciada desestabiliza categorias de sujeito e objeto performando, momento a momento, as dinâmicas da situação e relacionalidade. A não restrição à pessoalidade, nesse sentido, desvela não só o quanto do autor reflete em sua escrita mas também a medida em que sua posição – enquanto interface teórica – descreve as dinâmicas de distanciamento entre a materialidade do sujeito, sua percepção situacional e as relações que o constituem.

³⁴ No original, “*life writing*” (KADAR, 1992).

Ainda sob o foco da escrita autobiográfica, Kadar e Jeanne Perault (2005) sinalizam uma outra possibilidade de alargamento do conteúdo documental que constitui essa tipologia. Atentando para as dinâmicas de “textualização de identidades” (Ibid. p.2) as autoras indicam a modulação literária que se dá em torno de dinâmicas de subjetivação e diferenciação. Situam-se propostas que se desdobram em uma multiplicidade de documentos entre “lista de deportação, exibição de arte; reality shows, sites e salas de papo, memorandos e documentos de propaganda” (Ibid.). Se por um lado a proposta editorial de Kadar e Perault corrobora a inclusão de documentos classicamente desconsiderados dos processos de escrita autorreferenciada – embora compunham em maior ou menor a instância cotidiana que permeia as obras – o manuseio que os habilita parece seguir parâmetros ainda marcados por uma tipologia de escrita acadêmica. O ponto aqui não é o de negar o esforço que orienta o trabalho das autoras nem de realizar uma crítica rápida a sua obra, mas de situar as dinâmicas relacionais entre texto e leitor. Fournier (2021), por sua vez, atenta para essa dimensão de forma a descrever que a habilitação de projetos artísticos enquanto auto teoria se desvela na performance relacional e nos afetos e efeitos da produção e recepção dessas obras. Nesse sentido o aceno ao alargamento documental que habilita tipos de escrita autorreferenciada poderia ser reestruturado de maneira a inventariar os meios pelos quais os elementos constitutivos do sujeito se apresentam. Evidente que a cartografia que compreende a escrita autorreferenciada se apresenta de diferentes formas e cabe àquele que escreve a curadoria desses elementos. Entretanto, ao habilitar outras modalidades de mídias auto teóricas ou autobiográficas habilita-se, em simultâneo, a consideração dos diferentes afetos, memórias, e elementos que compreendem tanto o corpo do texto, como o corpo que escreve e o corpo que lê³⁵.

Se dentro desse panorama analítico se posicionam, por um lado, a relevância do recurso a escrita e obras midiáticas autorreferenciadas, por outro se torna possível sinalizar o caráter teórico e político que essas produções podem assumir. Entre a recepção e a produção, entre a feitura e a leitura dessa tipologia de escritas, apresentam-se uma multiplicidade de corpos. A relação entre o individual e o coletivo, entre a diferenciação disposta entre o caráter explícito do corpo em escritas autorreferenciadas e aquele que as consome desdobra culmina tanto nas

³⁵ Para uma proposta que descreve tanto a curadoria de afetos como sua habilitação literária e teórica ver “*Ordinary Affects*” de Kathleen Stewart.

possibilidades de desdobramentos políticos da obra como o caráter teórico que ela pode assumir. A opção por evidenciar a bagagem teórica que permeia esse tipo de escrita situa um dos prováveis posicionamentos de autores e autoras, apresentando uma parcela da curadoria e cartografia que animam seus processos. Sendo assim a auto teoria pode ser argumentada como a produção do entre lugar, constituída transversalmente por entre disciplinas, habitando as brechas entre categorizações estilísticas imediatas e mobilizando um conjunto de afetações que permeia os limites discursivos e performáticos dos corpos que compõem o pacto de leitura.

Apesar do conteúdo político inscrito em uma proposta autorreferenciada como a auto teoria e sinalizado na argumentação pela narrativa enquanto instrumento analítico de RI, a situação do caráter político do entre lugar perpassa a resposta uma crítica da generalização da política. Aqui o argumento do esvaziamento do sentido de política e do político encontra uma possível resposta na situação da governamentalidade em Foucault (2008). Ao afirmar de forma ambivalente que “tudo é político pela natureza das coisas; tudo é político pela existência dos adversários. Trata-se antes de dizer: nada é político, tudo é politizável” (FOUCAULT apud SENELLART, 2008, p.535) o autor permite um movimento de habilitação da escrita autorreferenciada. Embora sua afirmação seja acompanhada de uma bagagem teórica extensa sobretudo na dimensão e categorização das dinâmicas do poder, Foucault torna factível tanto o rastreamento das políticas da situação – inscrita no exercício auto teórico – como também a investigação do caráter político da relacionalidade. Essas duas categorias, dessa forma, desdobram os procedimentos que comparecem ao pacto de produção e leitura das escritas autorreferenciadas. Situação e relação, enquanto elementos constitutivos da composição literária auto teórica, são eixos sobre os quais a composição corpórea trafega. Nisto, composição descreve tanto a dimensão do manuseamento dos afetos e dos efeitos da relacionalidade como seu processo constante de articulação. A escrita autorreferenciada simbolizaria um lapso temporalmente constituído das dinâmicas da situação.

A partir dessa elaboração panorâmica assenta-se o recurso a obra de Anzaldúa. Por um lado, o inventário e curadoria realizado pela autora – sobretudo em *Borderlands/La Frontera* – desvela a multiplicidade de afetos que constituem seu corpo e, conseqüentemente, sua produção literária. Por outro lado o vocabulário e tema central de engajamento da autora – a fronteira – aproxima em medida a sua

obra do campo de Relações Internacionais. É esta a sobreposição que permite, em um primeiro momento, os exercícios promovidos pelas próximas sessões. Mais uma vez, o movimento aqui não é o de uma associação entre Anzaldúa e a disciplina de RI baseado apenas na semântica da fronteira, mas desdobrado por sobre uma malha teórica que, por se situar fora das teorizações clássicas do campo, questiona suas delimitações. Aqui uma analogia auxilia a nomeação dos esforços que se precedem. Ao engajar com Anzaldúa em seus próprios termos, descreve-se, por um lado, a capacidade de trabalhos externos a disciplina versarem sobre as mesmas questões que animam as RI. Esse movimento apoia o desmantelamento de um possível monopólio do “internacional” para aqueles trabalhos inseridos sobre a nomenclatura e regulamentações estilísticas e teóricas das Relações Internacionais. Por outro lado, e aqui situa-se a analogia, verificam-se as potencialidades e limitações dessa bagagem organizacional do esforço de escrita: diferentes caminhos que culminariam em um “destino” compartilhado – no caso, a investigação das dinâmicas políticas do entrelaçamento entre corpo e fronteira.

Dessa maneira aponta-se o processo de expressão da materialidade corpórea em sua sobreposição aos fenômenos que organizam as dinâmicas de atravessamento da política ao corpo. Sua manifestação constante, momento a momento, descreve o aporte corpóreo do comparecimento e do percurso que se realiza por entre os procedimentos de encarnação das entidades encapsuladas como objeto de Relações Internacionais. A partir do exemplo da fronteira – na atualização de suas dinâmicas de aferimento e teorização – o corpo se apresenta duplamente. Assim, é também por sobre o corpo que comparecem os sintomas de fronteira, e ainda é esta – o corpo – uma das interfaces que reorganiza suas dinâmicas de produção e reprodução. Nesse sentido, talvez seja a fronteira um dos elementos de conciliação de um vocabulário e tipologia de engajamento para com temas de Política Internacional e o corpo, reestruturando – na mesma medida que corroendo – as delimitações de acesso à temática.

A sobreposição entre corpo e fronteira – e sua aglutinação sinalizada nas próximas seções – marca a forma através da qual Anzaldúa concilia dinâmicas de comparecimento de tipologias políticas e sua escrita autorreferenciada. Seu acesso aos procedimentos de corporificação e as dinâmicas de corporeidade – através de uma orientação ontológica que compreende a fronteira – por sua vez atualizam e estendem o argumento pelo entre lugar do corpo. Assim se realiza uma

argumentada resolução da “presença ausente” do corpo, se afastando de uma versão interessada somente na manutenção e manuseamento do corpo enquanto interface subjacente, e se aproximando de uma tipologia que considere sua centralidade. A escrita autorreferenciada – em especial a de Anzaldúa – descreve então uma possível solução para a “presença ausente” do corpo. Não que as tensões que a animam estejam dissolvidas por completo, mas ao considerar as dinâmicas que organizam o comparecimento da presença e da ausência do corpo, realiza-se um outro manuseamento dos processos de sua atualização. Em outras palavras, intenta-se, através de Anzaldúa e de seus termos, o deslocamento da forma de presença e ausência para o processo de investigação do entre lugar. Assumindo essa premissa, se conferem outras qualidades ao rastreamento dos procedimentos de corporificação e do manuseamento de suas manifestações.

No entanto, se torna importante um redirecionamento analítico. Embora a fronteira represente um ponto importante de retorno – ou conciliação – entre a categoria do corpo e a disciplina de RI, o eixo sobre o qual orbitam os exercícios desse trabalho ainda é o corpo. Por isso, fronteira aqui assume um lugar entre uma qualificação e uma força constitutiva dos corpos. É sobretudo a conceituação da fronteira – seja nos termos de Anzaldúa ou a partir das RI – que informa uma tipologia de acesso ao corpo, semelhante àquelas analisadas pelo capítulo anterior. Após essas considerações, se torna possível finalmente o encontro para com a obra da autora.

A partir dessa elaboração panorâmica assenta-se o recurso a obra de Anzaldúa. Por um lado, o inventário e curadoria realizado pela autora – sobretudo em *Borderlands/La Frontera* – desvela a multiplicidade de afetos que constituem seu corpo e sua produção. Por outro lado o vocabulário e objeto principal de engajamento da autora – a fronteira – aproxima em medida a sua obra do campo de Relações Internacionais. É esta a sobreposição que permite, em um primeiro momento, os exercícios descritos pela próxima sessão. Assim, se organiza o assentamento da proposta da auto teoria e se permite o engajamento para com as particularidades da obra de Anzaldúa.

5.2. Corpo-fronteira: Corporificação e corporeidade

Antes de engajar diretamente com “*Borderlands/La Frontera*” (1987), situa-se a forma como a autora descreve algumas das dinâmicas que animam sua produção. Em “*Light in the Dark/Luz no Escuro*” (2015) Anzaldúa promove alguns movimentos de situação de sua escrita e informação dos procedimentos que perpassam suas práticas. A conexão íntima entre escrita, produção de sentido e elaboração de conhecimento é marcada por um duplo impulso: O primeiro apresentado enquanto descobrimento e percepção, o segundo, nomeado como “imperativo *Coyolxauhqui*”, organizado em torno de um esforço de cura dos *sustos* e das feridas que “fazem em pedaços nossas almas, nos cindem, dispersam nossas energias e nos assombram” (ANZALDÚA, 2015, p.1).

Em outro momento a autora contextualiza a deusa que nomeia este imperativo: *Coyolxauhqui*, a deusa da lua, decapitada, a que teve seu corpo desmembrado e espalhado, o primeiro sacrifício (Ibid. p.124). O imperativo que atravessa a autora parte precisamente do caráter sacrificial, por um lado, e do caráter reconstrutivo, por outro. *Coyolxauhqui* simbolizaria tanto um retorno ao imaginário dos povos originários do território mexicano, como aquela parte que sobrevive, o rastro de lembrança, a atualização de parcela de um corpo em outro corpo. Ao incorporar a deusa em sua escrita, Anzaldúa mantém latente o processo de cura e reorganização que qualifica e quantifica seu próprio corpo. Continuando a contextualização da história de *Coyolxauhqui* a autora afirma que ela “é seu símbolo tanto para seus processos de desmembramento físico e emocional, cindindo corpo/mente/espírito/alma como o trabalho criativo de colocar todas as peças juntas em uma nova forma” (Ibid.). A decapitação da deusa se plasma nas experiências traumáticas da autora, confluindo a cura e curadoria reconstrutiva. A primeira no sentido de mobilização de uma nova forma corpo, a segunda no sentido de inventário e rearticulação das partes que compõem esta forma corpo. Esse caráter transitório do corpo revela a sua incoerência e fluidez, atentando a força disruptiva do trauma e reconstrutiva do processo de cura.

A escrita, o descobrimento, assume papel central nesse exercício: investiga-se a fragmentação do corpo, busca-se fazer sentido do arranjo da dispersão para então dispor as tramas e linhas de sua composição. Quando a autora mobiliza “corpo/mente/espírito/alma” (Ibid.) atenta para a confluência, e por vezes, inseparabilidade dessas categorias. Não interessa nomear a parte da subjetividade marcada, destruída ou cooptada pelo trauma, mas de localizar o aporte corpóreo da

experiência. Intenta-se, assim, a extensão da materialidade corpórea e da sinalização da indistinção entre as parcelas que compunham o corpo – mente/espírito/alma. Nesse sentido, a composição do corpo da autora se desdobra de maneira a envolver a dimensionalidade que comparece. Em outras palavras, as terminações e fronteiras do corpo seriam, momento a momento, rearticuladas pela experiência. O trauma, a ferida do encontro, seja ela movimentada através de aportes subjetivos ou físicos desvela suas consequências materiais. As dinâmicas de contenção daquilo que é tomado enquanto corpo perpassam a postura do testemunho. O duplo movimento de cisão e confluência do corpo – semelhante a decapitação e remembramento de *Coyolxauhqui* – converge tanto o papel daquele que testemunha sua fragmentação como o daquele que identifica quais e como as partes comparecem para a sua reconstrução. O testemunho estabeleceria relação para com o exercício de investigação da cura e da curadoria, o comparecimento com a contingência do encontro e da experiência. O “imperativo *Coyolxauhqui*” demonstraria então o relacionamento íntimo entre corpo e cosmopolítica, entre a autora e a miríade de efeitos e afetações que permeiam sua situação. A relação disposta entre o corpo e o conteúdo cultural do ambiente que habita é a de convergência. Aqui o importante não é a definição de uma sobreposição categórica entre corpo e cosmopolítica, colapsando a existência de um sobre o outro, mas sim ressaltar a possibilidade de articulação da materialidade corpórea para além das delimitações físicas do corpo. *Coyolxauhqui* habita e informa Anzaldúa, perpassa a posição de sua escrita, atravessa e orienta seus afetos. Por consequência, comparece enquanto elemento balizador de sua obra.

Os escritos de Anzaldúa são permeados por esse tipo de inflexões. Sobre a relação entre autoria e método a autora afirma:

Existem dois pontos de vista: perceptivo o que contém uma realidade literal; e imagético, o qual contém uma realidade psíquica. Ao colocar imagens junto a histórias (a história que eu conto sobre as imagens), eu uso pensamento imagético, empregando uma consciência imagética. Sou guiada pelo espírito da imagem. Meu *naguala* (*daimon* ou espírito guia) é uma sensibilidade interna que direciona minha vida – uma imagem, uma ação, ou uma experiência interna. (ANZALDÚA, 2015, p.4).

Mais uma vez, a relação entre corpo, escrita e cosmopolítica é posta em evidência. Se por um lado o vocabulário imagético e cultural disposto pela autora recaí por sobre a tipologia de *naguala* por outro, a sensibilidade utilizada por Anzaldúa

assume os contornos da incoerência corpórea. Em outras palavras, ao situar a conexão entre *naguala*, imaginação e suas possíveis dissidências em relação a vontade da autora – “compulsões, vícios, negatividades” (Ibid.) Anzaldúa descreve um exercício de nomeação da incoerência, dos impulsos contrários a articulações racionais. Não se trata aqui de submeter a imagem de *naguala* ao corpo, nem de questionar em que medida o espírito que acompanha e orienta a autora se manifesta, mas de situá-lo junto a seu corpo. Ao intitular esse modo de percepção como “pensamento mágico” a autora concilia teoria e experiência, espiritual e material, cosmopolítica e auto teoria: nas palavras da autora “dar sentido a sua própria construção de mitos” (Ibid. p.5). O exercício de escrita de Anzaldúa se desvela então como uma espécie de cartografia e curadoria de afetos, e seu aterramento em sua materialidade corpórea: “Escrever é um gesto do corpo” para além do caráter quase maquínico dos dedos em um teclado ou da relação entre mão, caneta e papel, o procedimento contém uma medida de transporte e tradução do corpo. São as realidades corpóreas que comparecem nessas dinâmicas de reorganização de fronteiras, sobretudo aquela entre o corpo sujeito que esboça suas ações por sobre um objeto. Nesse sentido poderia se argumentar do caráter quase ritualístico da escrita em Anzaldúa. Emulando a morte de *Coyolxauhqui*, a fala e a escrita se dispõem em contiguidade com o arsenal imagético que atravessa o corpo e não a partir de uma relação hierárquica do escrever sobre uma imagem (Ibid.). O desmembramento, a decapitação acontece a cada instância da autoria: escrever para curar abarca a reconvocação do trauma. Por isso a morte, sobretudo a morte que deságua em um exercício de reconstrução. Se alargam as concepções que igualam morte e fim, para dispor uma espécie de poética do remembramento. O trauma não corresponde ao encerramento do corpo, uma experiência pode corresponder a morte de partes e parcelas que compunham o corpo, mas não poda sua capacidade de reestruturação.

Talvez seja essa dimensionalidade da escrita o que torna possível convergir a imaginação corpórea e a atividade de atravessar mundos. O inventário teórico cultural da autora, a convergência entre cosmopolítica e experiência do corpo servem de aportes que facilitam – ou amparam – a atividade de passar entre culturas e perspectivas, situando a habitação da liminaridade (ANZALDÚA, 2015, p.3). Aqui a autora nomeia essa tipologia de entre lugar enquanto *nepantla*. Embora a experiência “Chicana/mestiza (*mexicana tejana*) de Anzaldúa represente uma

sobreposição e situação corpórea específica, a própria autora promove a identificação dos “eixos de identidade” sobre os quais orbita (Ibid.). Dessa forma o exercício de atravessar, o habitar a *nepantla* constitui as dinâmicas de povoamento de diferenças “linguísticas, geográficas, de gênero, sexuais, históricas, culturais, políticas, sociais” (Ibid.p.2). Característica fundamental desse espaço é sua abertura para possibilidades. A *nepantla* admite a temporalidade do passado enquanto balizadora da experiência mas convulsiona as perspectivas e idealizações do futuro. Sendo “signo e lócus da transição” (Ibid. p.17), *nepantla* é acompanhada pela simbologia do redemoinho, do vórtice, culminando integração e conflito sob uma única perspectiva imagética. A autora afirma o seguinte:

Em *nepantla* nós nos posicionamos entre transições, procurando abrigo, suporte, conciliação, o algum tipo de conexão íntima. *En este lugar* nós caímos no caos, no medo do desconhecido, e somos forçados a tomar a tarefa de auto redefinição. Em *nepantla* nós nos submetemos a angústia de mudar nossas perspectivas e cruzar uma série de *cruz calles*, conjunturas e limiares, algumas levando a uma diferente forma de relacionar com pessoas e arredores e outros para a criação de um novo mundo (ANZALDÚA, 2015, p.17, grifo nosso³⁶).

A partir desse panorama conceitual, a autora aponta para a dimensão anteriormente sinalizada do fim, da morte e do caráter espiritual de renovação dos ciclos. O *conocimiento*, a forma através da qual Anzaldúa descreve uma consciência política que se relaciona com o imperativo *Coyolxauhqui* marca a sobreposição entre “práticas espirituais tradicionais e tecnologias de ativismo político” (Ibid. p.18). Essa sobreposição, por sua vez, se plasma enquanto procedimento e mecanismo de cura dos traumas individuais e coletivos. Aqui *nepantla* se configura, por um lado, como ideal propositivo de ação política calcada em experiências corpóreas e, por outro, como posicionamento e situação. Assim permite-se o argumento do entre lugar como mecanismo de reorientação e transformação de realidades.

Embora a autora situe o *desconocimiento* como fator que implica em “separação e dominação, impelindo muitos de nós em atos retaliatórios” (ANZALDÚA. 2015 p.19) torna-se possível aqui um tensionamento teórico Se em Anzaldúa a promoção do *conocimiento* assume um caráter quase ideacionário, em uma espécie de teleologia da cura e da transformação política, se deslocado da ideia

³⁶³⁶ Nota de tradução: A escrita de Anzaldúa representa e incorpora um posicionamento linguístico ressonante com sua identidade *mestiza*. Assim a autora alterna o inglês e o espanhol em diferentes momentos de sua produção. De maneira a conservar essa característica se preserva o original em espanhol nas nos trechos traduzidos, sinalizados em itálico.

de produção de consciência (Ibid.) o *desconocimiento* poderia assumir lugar constitutivo da *nepantla* ou da transição. Se lido enquanto passo necessário nas dinâmicas de transformação, o movimento de aceitação do desconhecimento enquanto ferramenta de desagregação das suposições assentadas sobre essa consciência assumiria outros contornos. Desconhecer se aproximaria então da ideia do desmembramento inscrita no imperativo *Coyolxauhqui*, promovendo, em um primeiro instante, a desagregação do arranjo de uma consciência marcada pelo *desconocimiento*, isto é, pela separação entre o sujeito e a malha relacional que o conecta a cosmopolítica e espiritualidade. Em um segundo instante se intentaria o caráter inventivo da reorganização da materialidade corpórea, acompanhada do exercício do conhecimento. Assim desconhecimento e conhecimento culminariam no caráter cíclico de reorientação do corpo e de suas subjetividades. O que seria o trauma senão o momento de fratura, onde se desconhecem os arranjos do corpo e se propiciam o remembramento presente na imagem de *Coyolxauhqui*?

Atenta se aqui para uma delimitação do argumento. Engajar com a dimensão espiritual presente nos textos de Anzaldúa não implica em uma proposta normativa ou em uma indicação política do acesso e cultivo dessas dimensões relacionais e corpóreas, mas sim na verificação que esses arranjos – estejam eles nominalmente explícitos ou não – compõem a experiência subjetiva e material dos corpos. Não que seja necessário partilhar dessa dimensionalidade, mas ao considerá-la, comparece uma nova perspectiva do corpo e da política. A relação íntima entre o caráter constitutivo da espiritualidade e o corpo – do texto – de Anzaldúa representaria em sua menor modulação, o alargamento do conjunto de afetações que corroboram subjetividades corpóreas, sejam elas conectadas a um sentido mais amplo de espiritualidade, sejam elas estipuladas ao redor das dinâmicas relacionais de poder que inflexionam as posições do corpo.

Nesse sentido a cosmopolítica estipulada em sua obra corresponderia não só ao retorno de saberes e conhecimentos de povos originários, mas também na identificação da ausência ou do caráter implícito de sua disposição. De forma semelhante a tensão inscrita na “presença ausente” do corpo, se estipularia uma “presença ausente” cosmopolítica. Por isso a suposta ausência poderia ser linda enquanto uma modulação específica de sua comparência. O movimento descrito não apontaria a escassez de uma dimensão espiritual dos corpos que não partilham dos conhecimentos apontados por Anzaldúa, mas sim na maneira através da qual

outros sistemas de crenças assumem essa função. A autora, ao descrever um cenário de práticas espirituais e xamânicas afirma o seguinte:

(...) de acordo com um conceito indígena antigo, quando você recai sobre um problema, um espírito lhe adentrou e está influenciando sua mente. Se você aplicar esse conceito a problemas modernos, se poderia dizer que compulsões, obsessões e reconstituições negativas são formas de “espíritos” que nos compelem a deixar a realidade cotidiana (ANZALDÚA, 2015, p.34).

Dessa maneira, seria possível a corroboração da leitura dos traumas oriundos de dinâmicas relacionais de poder enquanto “espíritos” que cindem parcelas do corpo e insistem na rearticulação da força vital dos sujeitos. A perspectiva defendida pela autora, dessa forma, simbolizaria um aparato imagético de manipulação dessas forças. Outra vez, o argumento se aproximaria mais a forma de uma instrumentalização e reorganização da tipologia de engajamento para com essas forças produtivas do que uma recomendação de tratamento espiritual – não que alguma sinalização de sua importância não se apresente em sua obra. A espiritualidade, aqui, se apresenta enquanto um posicionamento ontológico que sobrepõe ao corpo uma segunda dimensão de realidade (Ibid. p.38) e, por extensão, de sua materialidade. Os efeitos psíquicos e subjetivos dessa posição ontológica culminariam em um ancoramento corpóreo, alargando e tensionando suas fronteiras.

Aponta-se, assim, para a necessidade de um apelo à descolonização, sobretudo do que a autora nomeia como “realidade consensual” (ANZALDÚA, 2015, p.44). Ao afirmar que “o conhecimento é relativo e que a realidade é uma composição” (Ibid. p.43), Anzaldúa intenta a suspensão de uma dimensão consciente – e por vezes inconsciente – dos parâmetros que implicam na produção do sujeito: suas histórias, crenças, experiências seu aporte corpóreo. O processo de descolonização almejado pela autora ressoa a necessidade do desconhecimento e desagregação das bases sobre as quais se edificam o *self*. Retorna-se ao imperativo *Coyolxauhqui* e a base imaginativa que garante sua promoção. Atentando as dinâmicas de composição, Anzaldúa sinaliza o processo de curadoria inscrito nas práticas de remembramento dos corpos. A mudança de perspectiva da realidade – e aqui a transformação das bases que garantem a manutenção da colonialidade – estaria dessa forma diretamente conectada ao entre lugar *nepanlta*. A fronteira seria novamente articulada enquanto momento e lugar propiciador da passagem entre

regimes de composição da realidade, para além da materialidade corpórea individual, desaguando em proposições coletivas de subjetividades. Em outras palavras, atenta-se para a dimensão produtiva da reorientação ontológica, marcando, nos termos da autora, o potencial político da *nepantla*, e da cura inscrita no imperativo *Coyolxauhqui*.

Ainda sobre a imagética do vórtice – “*el cenote*” – Anzaldúa mobiliza a conjunção entre o entre-lugar, ou não lugar, da *nepantla* (ANZALDÚA, 2015, p.98) de forma a garantir o acesso a dupla mobilização da consciência e inconsciência que converge informação e imaginação (Ibid.). O caráter propositivo do sonho, dessa maneira, estabelece a malha relacional por entre o corpo da escrita e o corpo da autora, Os ossos da história se sobrepõem ao aporte corpóreo de Anzaldúa (Ibid. p.106), intentando o caráter transitivo dos ligamentos anatômicos que garantem o remembramento em *Coyolxauhqui*. Aqui escrita e corpo são coextensivos e o vocabulário do corpo se funde com o vocabulário descritivo da autoria. Novamente, atenta-se para a dimensão política dos procedimentos da auto teoria. O panorama imagético que se descreve – e de certa forma a estética corpórea inserida nos escritos da autora – corresponderia a uma dimensão íntima de sua proposta política. A coletivização desses aportes sinalizaria uma proposta de ruptura para com a “realidade consensual” (Ibid., p.44). Desse modo, embora possam existir críticas a forma através da qual se situa o relacionamento entre conteúdo imagético e seus efeitos políticos, os mecanismos de composição do corpo e da escrita – e da escrita no corpo – simbolizariam pistas para a elaboração dos métodos de se habitar a *nepantla*.

Se torna possível, assim, o engajamento para com as modalidades de apresentação e representação da fronteira. No prefácio de “*Borderlands/La Frontera*” (1987) Anzaldúa realiza a descrição preliminar do entre lugar de forma a situar o que posteriormente nomeia como *nepantla*, Aqui a fronteira física entre México e Estados Unidos se sobrepõe as fronteiras psicológicas, sexuais, espirituais e culturais que comparecem no encontro entre indivíduos (Ibid. prefácio). Aqui a fronteira é transportada para a espacialidade do encontro e das dinâmicas de produção da diferença; Se em “*Luz no Escuro*” a *nepantla* assume contornos propositivos da ação política, em “*La Frontera*” o entre lugar apresenta as dinâmicas de composição do trauma, de forma a cartografar o conteúdo subjetivo e corpóreo da manutenção dos indivíduos. O território fronteiriço – mais uma vez

representado para além das bases físicas que o informam – plasma as contradições que implicam a manutenção da identidade *mestiza*. Assim se sinalizam tanto a incoerência que sustenta a composição de identidades e suas manifestações corpóreas como também seu caráter transitivo (Ibid.).

Aqui retorna-se ao vocabulário do corpo para qualificar a fronteira como uma ferida aberta (ANZALDÚA, 1987. p.3). Se transposto esse vocabulário ao imperativo *Coyolxauhqui* e a *nepantla* se torna possível a descrição do encontro como lugar onde comparecem as diferentes manifestações da *herida*. Aqui trauma e ferimento são coextensivos a produção do “terceiro lugar”, do país fronteira que se estabelece por sobre o “sangramento” contínuo entre os dois territórios (Ibid.). Nas palavras da autora “A fronteira é um vago e não determinado espaço criado pelo resíduo emocional de uma divisão não natural. (...) Os proibidos e esquecidos são seus habitantes. *Los atravesados* vivem ali”. O resíduo emocional, por sua vez, é descrito pelo trauma histórico dos processos de colonização e anexação do território mexicano pelo imperialismo estadunidense (Ibid. pp.5-9). Aqui o processo de manutenção do território é procedimento constitutivo de identidades, de forma a descrever na memória corpórea seus efeitos. O aspecto geracional é elemento fundante, as histórias têm corpo e assumem a materialidade corpórea na forma do relato e do testemunho, ambas comparecendo na escrita de Anzaldúa.

Torna-se necessário, aqui, dedicar algumas linhas para esmiuçar as relações que compreendem a passagem do corpo ao território e do território ao corpo, culminando na aglutinação que nomeia essa e a próxima seção. Atentar para a indissociabilidade dessas categorias, em Anzaldúa, é mais do que promover o colapso de uma à outra. Dessa forma, talvez a primeira inflexão dessas relações seja a abertura da possibilidade de rastreamento das atualizações da fronteira, não a partir de uma lógica de sintoma – estipulando aqui uma espécie de causalidade – mas sim a partir de uma lógica da manifestação e encarnação. Tais procedimentos se aproximariam então de um vocabulário de performance, caro a Butler por exemplo. Para além de uma defesa imediata do retorno absoluto ao corpo enquanto interface primordial do comparecimento de categorias políticas e expressões relacionais de poder, o vocabulário da encarnação descreve os processos de inscrição da manutenção da fronteira ao corpo.

A narrativa e a auto teoria de Anzaldúa se organizam em torno do rastreamento da encarnação, conferindo forma e substância as linhas de força que

organizam as manifestações da fronteira. Nesse sentido, as dinâmicas de inscrição e expressão da fronteira ao corpo se aproximam da lógica de contiguidade expressada no segundo capítulo a partir da imagem da fita de Moebius. Assim, a forma corpo-território – e o seu duplo, território-corpo – seriam deslocadas de uma aplicação metafórica e assumiriam uma espécie de tração que confere os contornos de conciliação entre experiência particular e experiência coletiva. Em outras palavras, ao se apropriar do aspecto relacional que compreende o caráter situacional do corpo, o território se manifesta. A indissociabilidade das duas categorias, sobretudo na narrativa da autora, advogaria a constante performance do conteúdo territorial do corpo, e do conteúdo corpóreo da fronteira. Assim o arcabouço teórico que perpassa a obra da autora realiza o rastreamento dessas posicionalidades

. A lógica de manifestação – podendo ser nomeada aqui como o lugar do evento ou do encontro – encarna precisamente o comparecimento desses conteúdos; sua posição na malha relacional que compreende as performances corpóreas e as performances da fronteira. É esta a potência do entre lugar *nepantla* na obra de Anzaldúa. Seu caráter quase ontológico serve de aporte do redirecionamento dessas inflexões. O corpo torna-se fronteira à medida que é constante rearticulado pela atualização da ferida do encontro; torna-se território na passagem e performance das iterações de sua situação, estendendo aqui não só o aporte geográfico do território mas também no conteúdo que contextualiza narrativa e situação.

É através da dissolução das delimitações clássicas dos contornos do corpo, admitindo o vazamento de seus conteúdos, que a *nepantla* se expressa. Momento a momento, procedimentos de corporificação são performados, nunca isolados do conjunto de forças e formas que os organizam. Mais uma vez, não se trata de um retorno absoluto ao corpo, ou por outro lado, aos desdobramentos quase infinitos da relacionalidade do corpo, mas sim da admissão de seus entrecruzamentos. Não trata então de afirmar a capacidade dispersiva assente no rastreamento das expressões da corporeidade. Aqui um breve desvio se faz necessário. Ao discorrer sobre a contiguidade da fita de Moebius, Rolnik (2018) descreve uma forma de seu manuseamento, inscrita na proposição “Caminhando” de Lygia Clark (Ibid.). Ao realizar um corte longitudinal da fita, escapando o impulso de “completar” o corte, evitando a passagem pelos mesmos pontos, a extensão da fita se multiplica até quase não existir mais matéria para o corte. Apesar do argumento que Rolnik realiza através de Clark se organizar a partir das lógicas de produção da diferença, o

transporte da imagem ao contexto da obra de Anzaldúa permite a sinalização do desdobramento do corpo e do território. Nesta imagem, em “Caminhando”, a contiguidade entre corpo e território reitera sua indissociabilidade. Corpo e território seriam faces contíguas de uma mesma topologia. Por isso a potência imagética de caminhando, ao admitir o adensamento das instâncias de iteração – ou desdobramento – de uma categoria a outra. O argumento avançado aqui – e suas reverberações assentadas pela obra de Anzaldúa – invoca a indissociabilidade fundamental que por vezes escapa engajamentos que não conferem ao corpo sua importância enquanto interface. Apresentam-se, então, as dinâmicas que encarnam a *nepantla* sejam elas as expressões linguísticas das comunidades por onde a autora transita (ANZALDÚA, 1987, p.53), seja através do conteúdo imagético que organiza expressões de pertencimento cultural (Ibid. p.26), seja através do caráter narrativo da historicidade que deságua nas configurações do território (Ibid. p.4.) seja através do alargamento de possibilidades de reconfiguração da materialidade corpórea (Ibid. p.77).

Essas instâncias de expressão do território são, em sua maneira, expressões do corpo e do entre lugar *nepantla*. A ambiguidade – avançada na obra de Anzaldúa e no decorrer desta seção – representaria as modulações do corpo enquanto território e do território enquanto corpo. Na primeira versão, o corpo estende e dissolve suas delimitações clássicas e lógicas de circunscrição para admitir procedimentos de materialização para além de seus aportes biológicos. O corpo assim plasma o conteúdo relacional dos territórios que perpassa, admitindo a combinação daquilo que compreende o corpo, e daquilo que informa seus percursos e situação. A segunda versão, por sua vez, expressa de forma metafórica os aportes e qualidades do território. Lido enquanto corpo, o território assumiria lógicas de operacionalização mais próximas a uma versão do sujeito do que de objeto estático. Não nos interessa aqui um raso e rápido argumento de que o território assumiria inadvertidamente as potencialidades inscritas na forma corpórea, mas sim da possibilidade de rastreamento do conjunto de forças e formas através das quais o território se manifesta. Assim o território corpo representaria a conjunção de performances e atualizações de dinâmicas inscritas aos corpos daqueles que o habitam e atravessam.

Retornando a análise direta da obra de Anzaldúa, posiciona-se outros movimentos que habilitam o engajamento para com a fronteira. A passagem –

assumindo aqui o múltiplo sentido de transposição física e habitação da fronteira e da *nepantla* – se torna força produtiva e cotidiana. A “tradição de migração, tradição de longas jornadas” (Ibid. p.11) é reencenada para além dos limites espaciais e geográficos da fronteira física. No contexto da travessia, a ilegalidade compõe mais uma instância da produção da diferença enquanto, a fronteira não se limita a materialidade, mas descreve subjetivamente seus efeitos: “Essa é sua casa, essa fina aresta de arame farpado” que sobrepõe ao status cívico do sujeito, seja ele portador ou não do direito a passagem ou residência. Nessa circunstância o território se desdobra internamente e externamente, de forma a desestabilizar – ou recompor – o arcabouço sobre o qual se instauram as delimitações clássicas do Estado-nação. Com isso o argumento do “terceiro país” (Ibid.) encontra ressonância. As dinâmicas de aferimento dos efeitos políticos da forma Estado são colapsadas nos corpos que transpassam e habitam a convergência da fronteira.

Descrevendo seu próprio corpo, e as dinâmicas que o compelem a tensão entre o resgate cultural em sua subjetividade e a articulação própria de sua *nepantla* Anzaldúa afirma:

Existe uma rebelde em mim – a Besta-Sombra. É uma parte de mim que se recusa a tomar ordens de autoridades externas. Ela recusa as ordens de minha vontade consciente, ela ameaça a soberania de meu próprio governo. É uma parte de mim que odeio qualquer forma de constrangimento, mesmo os autoimpostos. A qualquer sugestão de limitações de outros sobre o meu tempo e espaço ela chuta com os dois pés (ANZALDÚA, 1987, p.16).

Essa descrição anima tanto a parcela individual dos comportamentos que se estabelecem por sobre a materialidade corpórea de Anzaldúa como vivifica as propostas que culminam na produção de um novo acesso a ancestralidade disposta nas figuras espirituais que convoca. *Coyolxauhqui*, e *Coatlicue*, a deusa lua decapitada e a deusa serpente são aportes da cultura asteca e indígena que integram o imaginário que a autora partilha. Essencial para a situação de seu corpo, é a correspondência entre a manutenção dessas entidades e a manutenção de sua própria situação enquanto mulher. Anzaldúa aponta que “A cultura asteca-mexicana dominada por homens enterrou as poderosas deidades femininas ao lhes dar atributos monstruosos” (ANZALDÚA, 1987, p.27). Essa dimensão cultural do machismo é verificada nas dinâmicas de manutenção e integração das entidades por sobre o domínio colonial católico, transformando *Coatlatlopeuh*, aspecto da deusa serpente e figura materna central, na *Virgen de Guadalupe*, retirando ao mesmo

tempo seu sexo e suas qualidades monstruosas – a cabeça de serpente (Ibid.). Esse trauma, é articulado simultaneamente pelos processos de apagamento e sincretismo do catolicismo pagão sobre o qual Anzaldúa navega seus aportes corpóreos. A dimensão patriarcal do domínio colonial se descreve desde os mitos que localizam a *Virgen de Guadalupe* e seu aspecto homófono *Coatlalopeuh* até a transformação que separa castidade e depravação. É sobre esta ambivalência que se apresentam tanto a salvação do catolicismo popular mexicano como a danação de *la Chingada*.

A autora aponta que:

A gente chicana tem três mães. Todas as três são mediadoras: *Guadalupe*, a mãe virgem que não nos abandonou, *la Chingada* (Malinche), a mãe estuprada que nós abandonamos e *la Llorona* a mãe que procura seus filhos perdidos e que é uma combinação das outras duas. Ambiguidade rodeia os símbolos dessas três (...) Em parte a verdadeira identidade das três foi subvertida – *Guadalupe para nos tornar dóceis e resilientes*, *la Chingada para nos tornar envergonhados de nosso lado Indígena*, e *la Llorona para nos fazer pessoas sofredoras*. Esse turvamento encorajou a dicotomia *virgen/puta*. (ANZALDÚA, 1987, pp. 30-1).

É por sobre essa teia relacional que se articulam para a autora, referenciais de subjetividade e materialidade corpórea das mulheres chicanas. De maneira a ressoar a trindade *Guadalupe, Chingada, e Llorona*, Anzaldúa verifica que às mulheres de sua cultura só existiriam três escolhas: a Igreja como freira, as ruas como prostituta, e a casa como mãe” (Ibid. p.17). A quarta escolha, o percurso da educação e o trabalho, carregaria com ele os ônus do distanciamento das figuras de esposa e mãe (Ibid.). Em confronto a isso, Anzaldúa se autodenomina *hija de la Chingada* de maneira a, ao mesmo tempo, subverter e recompor o aporte Cristão que qualificaria as mulheres como “carnais, animais, não divinas”. Por isso a invocação da *Chingada* daquela que porta o trauma e não corresponde aos parâmetros religiosos patriarcais. Aqui Anzaldúa equipara o lugar da mulher como “a estrangeira, a outra. Ela é as peças do pesadelo reconhecidas pelo homem, sua Besta-Sombra” (Ibid.).

Existiria, em conjunto com os procedimentos de manutenção da condição de Anzaldúa enquanto mulher, na disposição da diferença sexual, desdobramentos a partir de sua identidade de gênero e identidade sexual (ANZALDÚA, 1987, p.19). A partir da história da “meio a meio, *mita’ y mita’*” uma *muchacha* percebida como mulher por seis meses e como homem nos outros seis (Ibid.), Anzaldúa marca procedimentos de corporificação que desestabilizariam a “dualidade déspota que fala que só somos capazes de ser um ou o outro” (Ibid.). Ainda, a autora atenta ao

percurso de conhecimento e aprendizado, de mitigação da dualidade que comparece no percurso de rebelião da lésbica de cor (Ibid.). Essa dupla modulação de identidade de gênero e identidade sexual representaria o percurso que orienta a trajetória por entre “o branco, o Católico, o Mexicano, o Indígena, os instintos” (Ibid.).

Com isso, atenta-se ao caráter pervasivo das dinâmicas e procedimentos de corporificação, oscilando entre diferentes aportes referenciais. Aqui, Anzaldúa descreve a conexão entre essas modalidades de performance de identidade sexual e de gênero e a rejeição da “mãe/cultura/raça” (ANZALDÚA, 1987, p.20). Aqui o medo do retorno a casa, na figura da mãe, e a sobreposição da raça e da cultura, demonstra uma modulação da dissonância corpórea e do remembramento de *Coyolxauhqui*. Se estabelecem então os movimentos de tensão entre a alienação feminina do entre lugar, situada por sobre os interstícios dos mundos e territórios que habita (Ibid. p.20). Sobre o conteúdo imagético da casa e o referencial da cultura Anzaldúa pontua: “Então sim, apesar da “casa” permear cada tendão e cartilagem do meu corpo, eu também tenho medo de ir para casa” (Ibid. p.21). e ainda “Apesar de defender minha raça e cultura quando são atacadas por não mexicanos, *conosco el malestar de mi cultura*” (Ibid.).

Coincidem os procedimentos de manutenção da diferença racial e sexual, descrevendo a forma através da qual a condição de *mestiza* corporifica a fronteira e posiciona o caráter difuso do trauma: “Não fui eu que vendi meu povo, mas eles a mim” (ANZALDÚA, 1987, p.22) Remonta-se então os movimentos de manutenção colonial, patriarcal e cultural que compreendem o entre lugar do corpo da autora. Ao invocar *La Chingada* e *Coatlaloupeh* (Ibid. p.22-3) Anzaldúa verifica os efeitos materiais das narrativas, apontando tanto o caráter de orientação ontológica que o resgate ao referencial cultural e cosmológico descreve, enquanto potencialidade da *nepantla*, como também a ambivalência do trauma. Aqui se postula a posição da incoerência nos procedimentos de corporificação da autora e da condição de *mestiza*, complexificando os aportes da manutenção de subjetividade. Em outras palavras, atenta-se a forma através da qual os movimentos de resgate cultural e narrativo que compõem a materialidade corpórea podem, por vezes, descrever os efeitos traumáticos ao corpo e a identidade do sujeito. Nesse sentido, ao invocar *La Chingada*, comparecem não só as potencialidades de sua

rearticulação mas também os ônus de seu conteúdo, reafirmando os ferimentos que garantem a sua manutenção imagética.

Ainda sobre a invocação de referencial imagético, a autora descreve *la Virgen de Guadalupe* como “a imagem religiosa, política e cultural mais potente do Chicano/mexicano Ela, como minha raça, é uma síntese do velho mundo e do novo, da religião e da cultura das duas raças em nossa psique, os conquistadores e os conquistados (ANZALDÚA, 1987, p.30). As feridas do encontro colonial, dessa forma, são confrontadas com a “tolerância para ambiguidade que (...) pessoas que atravessam culturas, possuem por necessidade” (Ibid.). A articulação desse conteúdo cultural serve ao mesmo tempo como efeito e causa dos procedimentos de manutenção de identidade e etnicidade. Em outras palavras, atenta-se a impossibilidade de constituir um marco temporal que postule a situação da ambiguidade enquanto causa ou efeito. O importante, dessa maneira, é a posição central dessa modalidade de articulação, como o vórtice que impele categorias de identificação, produção de diferença e referencial cultural. A ambiguidade é elemento constitutivo da *nepantla* do entre lugar produtivo, da composição que dá aporte material aos movimentos de manutenção da vida *mestiza*.

Convergindo a ambivalência – no habitar e transpassar territórios e referenciais culturais – e a dicotomia marcada principalmente pela atuação de regimes coloniais – e aqui marca-se a inflexão religiosa desses processos – a autora demonstra a manutenção de um aporte corpóreo que “teme e desconfia da vida e do corpo; eles encorajam a cisão entre corpo e o espírito e ignoram totalmente a alma; eles nos encorajam a matar partes de nós” (ANZALDÚA, 1987, p.37). E a isso Anzaldúa responde: Mas o corpo é esperto. Ele não discerne entre estímulos externos e estímulos da imaginação. Ele reage igualmente de forma visceral a eventos da imaginação como faz para com eventos “reais” (Ibid. pp.37-8). Aqui atenta-se para a dimensão da sabedoria ancestral rearticulada no trato para com o corpo, de maneira a alargar as delimitações que impelem uma leitura da racionalidade enquanto parâmetro que, por um lado, marca o encontro e a diferença colonial e, por outro, cinde o remembramento da materialidade corpórea em *Coyolxauhqui*. A ambivalência do entre lugar da *nepantla*, marcada pela atuação de categorias relacionais de poder implica no contraponto a dualidade entre mente e corpo. A racionalidade encontra embate para com o que de mais instintivo e visceral comparece do corpo. A reação aos estímulos, como veiculado por Anzaldúa, atenta

para as formas através das quais a reorientação política e cosmológica dos referenciais mestiços promoveria a adoção da potencialidade da *nepantla*.

De forma a demonstrar mais uma das modulações da fronteira, Anzaldúa atenta para as dinâmicas de manutenção da linguagem. A língua, e a fala, descrevem os procedimentos de assimilação cultural por sobre os quais Anzaldúa afirma que “Línguas selvagens não podem ser domesticadas, elas só podem ser arrancadas” (ANZALDÚA, 1987, p.54). Atentando as diferentes modulações da língua que por sua vez garantem a manutenção das interações por entre as diferentes sobreposições territoriais da fronteira, a autora chega a elencar 8 tipos de linguagem (Ibid. p.55). É o recurso a esse leque de possibilidades linguísticas que garante a movimentação por entre diferentes regimes de interação, e a promoção de diferentes formas relacionais. Aqui a estipulação de transformações das delimitações culturais se estende para as dinâmicas de corporificação. Não seria estranho formular que por sobre a utilização das diferentes línguas, como veiculado pela autora, comparecem um conjunto de articulações corpóreas. A fronteira assume mais uma vez seu caráter difuso e pervasivo. As reverberações do regime colonial e do processo de anexação dos territórios que compõem a região do Texas demonstram seus efeitos também por sobre os procedimentos de manutenção da linguagem. A investigação realizada pela autora, dessa forma, impele tanto uma espécie de reorientação analítica para uma das demonstrações mais latentes dos efeitos políticos da fronteira, como também as consequências da constante rearticulação da linguagem em seu nível mais fundamental na garantia de interação e relação cotidiana dos sujeitos. O argumento posicionado pela autora, quando declara que “nós falamos uma língua órfã” (ANZALDÚA, 1987, p.58) movimenta, por um lado, a desconexão entre o espanhol mexicano e o seu referencial hispânico oriundo do regime colonial, e por outro, os traços mestiços do transporte desses falantes ao inglês americano. (Ibid. pp.53-4). Se estabelece então a relação íntima entre identidade étnica e identidade linguística de forma a garantir a legitimidade do sujeito (Ibid. p.59) e por extensão, a legitimidade de seu aporte corpóreo. É através dessa reivindicação que comparece ao texto da autora sua escrita bilíngue – recurso o qual comparece mesmo que de forma incipiente nas traduções que mediam este trabalho. Utilizar os termos em seu original garante a materialidade de sua origem, alargando também a relação que se estipula entre texto, autora e leitores. A *mestisaje* encontra assim os meios de

garantir ao mesmo tempo forma e força, adaptando as estratégias estilísticas e políticas do formato da auto teoria.

Novamente, se torna possível situar a forma através da qual o conteúdo cultural exerce sua gravidade referencial na construção da identidade *mestiza* e das maneiras pelas quais são articuladas sua ambivalência. Anzaldúa descreve que anterior ao seu estudo e consumo de literatura chicana e mexicana, o primeiro veículo cultural que garantiu a ela o sentido de pertencimento foram os filmes mexicanos que assistia (ANZALDÚA, 1987, p.60). A autora descreve então a ambivalência no sentido de pertencimento e alienação na medida que ao mesmo tempo que os filmes, os bailes, a música tradicional mexicana corroborasse a construção e manutenção de sua identidade, o próprio recurso a esse conteúdo cultural não correspondia àquelas pessoas que “conseguiram algo na vida” (Ibid.). Ao mesmo tempo compareceriam a sensação de estar em casa e a vergonha por partilhar dessas manifestações culturais. É a partir dessa descrição que Anzaldúa abre caminho para a consideração de diferentes imagens e emoções como elementos da internalização de identidades (Ibid. p.61).

O caráter sutil dessas expressões demonstra a forma que pela qual o processo de curadoria que envolve o conjunto de manifestações de identidade ultrapassa o desejo por coerência e consciência de sua produção e manutenção. Por vezes as categorias que integram esse grupamento referencial e representativo escoam por sobre delimitações normativas daquilo que deve ser considerado enquanto elemento fundante de identidades. Nesse sentido o potencial político da fronteira, da *nepantla*, descreve seu relacionamento íntimo para com as expressões corpóreas de identidade e pertencimento. Assim, se torna possível o argumento para uma reorientação metodológica, por um lado, na leitura desses elementos, e ontológica, por outro, na consideração dessas manifestações. Ambas comparecem por sobre a categoria da auto teoria. Aproximando a tripla modulação corpórea que comparece a leitura – o corpo do texto, o corpo da autora, o corpo daquele que lê.

Sobre essa última inflexão a autora aponta:

Minhas “histórias” são atos encapsulados no tempo, “encenadas” toda vez que são faladas ou lidas silenciosamente. Eu gosto de pensar sobre elas como performances e não como objetos inertes e “mortos” (...) Ao invés disso o trabalho tem uma identidade, é um “quem” ou o “que” e contém a presença das pessoas, isto é, encarnações de deuses ou ancestrais ou poderes cósmicos ou naturais. O trabalho

manifesta as mesmas necessidades de uma pessoa, ele necessita ser “alimentado”, *la tengo que bañar y vestir*. (ANZALDÚA, 1987, p. 67).

Comparece então uma dimensão ritual da escrita, aproximando a autora da figura do xamã. Diz a autora que “na etno-poética e performance do xamã, meu povo, os Indígenas, não separaram o artístico do funcional, o sagrado do secular, arte da vida cotidiana. Os propósitos religiosos, sociais e estéticos da arte eram todos interligados (ANZALDÚA, 1987, p.66). Firma-se assim uma espécie de comprometimento fundamental com os quereres, funções e efeitos do texto. Não se trata somente de uma subversão do caráter estático em que se postula a escrita enquanto veículo do autor, atravessando concepções ocidentais sobre o caráter da arte (Ibid. p.67), mas sim de uma atenção que se desdobra aos procedimentos de reconfiguração da materialidade corpórea por intermédio da escrita. O texto é parte do corpo, e possui corpo em si. A ritualização da autoria descreve tanto a possibilidade de remembramento de *Coyolxauhqui* como o caráter performático e performativo do texto. O primeiro em sua composição, na forma pela qual é escrito e concebido, o segundo na forma pela qual ressoa e alcança outros contornos em sua recepção. A disposição do texto – ou do evento – enquanto ritual invocaria então a sua “presença” (Ibid.), isto é, seu caráter performático e metafísico. A autora descreve então a potência de manutenção da realidade e o poder que se inscreve por sobre o objeto ritualizado. Com isso, indica o etnocentrismo como “a tirania da estética Ocidental (Ibid. p.68) no deslocamento entre obra e seu regime estético original. Poda-se assim a possibilidade materializada de sua performance. Situa-se também a forma pela qual a cisão cartesiana informa procedimentos de distanciamento das potencialidades políticas e culturais de saberes originários na homogeneização do ponto de vista ocidental (Ibid.) O argumento de Anzaldúa então corroboraria uma tipologia de resgate das origens do continente de forma a restituir os poderes que se extraem da descontextualização e apropriação de obras e performances. Nesse sentido promove-se o embate para com processos de assimilação da espiritualidade indígena por sobre a “esterilidade branca” (Ibid. p.69).

Sobre a conjunção desse referencial cultural que constitui a manutenção de subjetividades e corporificações, Anzaldúa escreve:

Eu me sento aqui em frente a meu computador, *Amiguita*, meu altar em cima do monitor com a vela da *virgen de Coatlaloupeh* e incenso de copal queimando. Meu

companheiro, um bastão de madeira em forma de serpente com penas, está ao meu lado direito enquanto eu considero as formas que metáfora e símbolo concretizam o espírito e eterealizam o corpo. (...) Esse é o sacrifício que o ato de criação requer, um sacrifício de sangue. Pois é só através do corpo, através de puxar a carne que a alma humana pode ser transformada. E para imagens, palavras histórias terem esse poder transformativo elas devem surgir do corpo humano – carne e osso – e do corpo da Terra – pedra, céu, líquido, solo. (Anzaldúa, 1987, p.75, grifos da autora).

Mais uma vez, o movimento da reprodução na íntegra do trecho de Anzaldúa reflete o movimento de integração entre corpo e texto inscrito por sobre sua auto teoria. Movimento esse que invoca a reorientação de saberes e estímulos que constituem seu corpo e sua identidade. O argumento, dessa forma, não se descreve no incentivo do acesso a certo arcabouço espiritual, cultural e imagético na escrita política, sobre o risco de se aproximar aos processos de assimilação que a autora descreve, mas o de reorientação metodológica e ontológica em resposta a consideração desse arcabouço. Quais seriam os efeitos de uma escuta e escrita política mais conectadas aos efeitos transpessoais, corporificados e subjetivados da conjunção entre a multiplicidade do corpo e de seu aporte momento a momento? Quais seriam então as reverberações de uma proposta de curadoria da relacionalidade que admite proposições nos moldes da escrita de Anzaldúa? Novamente, o exercício aqui não se organiza em torno de respostas imediatas a esses tipos de questionamentos. Mas sim na verificação das instâncias do corpo, corporificação e corporeidade que comparecem em sua obra, e seu sentido eminentemente político.

Atentar, dessa forma, à sutileza e ao caráter difuso dos aportes corpóreos, culturais e subjetivos dos procedimentos de manutenção da identidade auxiliam, por exemplo, a solução de sua suposta incoerência. Escapar o impulso da cisão cartesiana e da racionalidade ocidental é passo fundamental ao engajamento para com as dinâmicas corpóreas. Talvez seja justamente essa modulação da “vontade” do corpo que implicaria no vocabulário de manutenção, restrição e apagamento das dinâmicas do corpo na literatura sinaliza nos capítulos precedentes.

O último movimento realizado por Anzaldúa em “*Borderlands/La Frontera*” é o argumento pelo que denomina como uma “nova consciência” ou “consciência *mestiza*” (ANZALDÚA, 1987, p.77-8). São alguns os processos que animam essa elaboração, dentre eles a múltipla personalidade *mestiza*, a transferência de valores culturais e espirituais de um grupo a outro, o entrave marcado pelo referencial coletivo tripartido (Ibid. p.78). “*La mestiza* sofre uma contenda da carne, uma contenda de fronteiras, uma guerra interna” (Ibid.). A

ambivalência resultante do embate entre as “vozes”, entre os referenciais identitários, entre a coletividade cultural e o não lugar *nepantla* que orienta os procedimentos da subjetividade e corporificação da *mestiza*, descrevem a malha relacional de sua situação. O relacionamento que se estabelece por entre o referencial branco, o mexicano e o indígena é permeado por inflexões de sobreposição, assimilação e tensionamento. A autora dessa forma identifica as insuficiências de uma postura de oposição, ou de contraponto (Ibid.) de forma a situar as limitações de uma relação binária de reação e desafio. É sobre essa modulação que se estabeleceria a ambiguidade constitutiva da consciência *mestiza*, na habitação dos “dois lados da costa”, na possibilidade de atravessa a fronteira para um território ainda não estabelecido na dualidade da reação (Ibid. p.79).

Se estabelece, dessa forma, a defesa da autora por uma tolerância a contradições e a ambiguidade (ANZALDÚA, 1987, p.79). Esse movimento descreveria a “operação de modo pluralístico” da *mestiza*, de forma a garantir a manutenção das contradições que a constituem. Os procedimentos de corporificação e subjetivação, dessa maneira, estariam conectados com a imagem do entre lugar *nepantla* e o exercício constante de atravessamento das fronteiras. Na situação da consciência *mestiza*, Anzaldúa a descreve enquanto uma terceira via – ou terceiro elemento – não cerceado por dinâmicas de balanceamento de oposições, nem definido somente pela imagem da síntese. (Ibid. pp.79-80). Sobre esses balizadores que se edificam as possibilidades de inversão ou resolução da ambivalência (Ibid. p.79). Na crítica e dismantelamento da dualidade entre sujeito-objeto, Anzaldúa invoca a encruzilhada³⁷. Marcada enquanto condição de possibilidade e não de fim ou esgotamento de alternativas, a encruzilhada consolida o caráter produtivo da fronteira, de maneira a descrever tanto o entrecruzamento veiculado pela forma limite, quanto a potência da sobreposição situacional. Em outras palavras, marca-se a partir de Anzaldúa, a modalidade disruptiva do entre lugar, ancorando sua presença por através do não lugar – “como *mestiza* não tenho país – e de todos os lugares “ainda assim, todos os países são meus” (Ibid. p.80). É esta a ambivalência que garante as potencialidades de sua corporificação e subjetivação, marca de distanciamento dos aportes culturais e coletivos e ainda

³⁷ Aqui denota-se o cruzamento dos elementos da diáspora africana aproximando a invocação da encruzilhada por Anzaldúa e as construções político e filosóficas a partir de Exu e da encruzilhada em território brasileiro.

assim a dispersão na possibilidade de sua reconfiguração. Invoca-se mais uma vez *Coyolxauhqui*. A imagem do trauma, da ferida fundamental entre o corpo da autora e as bases sobre as quais ela descreve seu processo de subjetivação e corporificação, transmuta-se em remembramento.

Anzaldúa atenta então para a dimensão do inventário das partes e heranças de sua ancestralidade. Dessa maneira, a autora descreve a complexidade de diferenciação entre aquilo que foi “*heredado, lo adquirido, lo imposto*” (ANZALDÚA, 1987, p.82). Situa-se aqui sua correlação com o procedimento de curadoria, movimento central na ruptura com o caráter opressivo que se descreve através de tradições da cultura, da religião e da formação de identidade (Ibid.). Com isso, são estipulados os parâmetros da manutenção da “consciência *mestiza*” e da fronteira enquanto mecanismo orientador de corporeidade e subjetividade. Mais uma vez a *nepantla* é articulada como a potência através da qual se desdobram as possibilidades de ação em resposta – ou composição – para com as sobreposições de categorias relacionas de poder que constituem a materialidade corpórea da *mestiza*. Habitar e animar a fronteira, dessa forma, marcam tanto os procedimentos corporificados por Anzaldúa como o arcabouço conceitual através do qual a autora organiza sua proposta. A dimensão política de sua obra encontra então ressonância nos processos que organizam a vida *mestiza* e pontam, assim, seus possíveis desdobramentos analíticos.

A próxima sessão, dessa forma, organiza a conjunção entre o vocabulário conceitual avançado no terceiro capítulo e o aporte corpóreo da obra de Anzaldúa de maneira a dar forma e força a categorias que de alguma maneira podem perder sua potência se não balizadas. A partir sobretudo da contingência, em Butler, da complexidade, em Hayles e da hibridez em Haraway, almeja-se o colapso das distinções entre aportes teóricos em uma espécie de ajuntamento e reconstituição daquilo que se origina do encontro entre o corpo-fronteira de Anzaldúa e essa categorias de análise. Assim se avançaria a proposta de uma leitura do corpo, da corporificação e corporeidade interessada particularmente em seus tensionamentos internos, sinalizando sua capacidade de reorganização dos pressupostos políticos que garantem sua manutenção e engajamento.

5.3. Corpo-fronteira: Contingência, complexidade, hibridez

O primeiro movimento de sobreposição do corpo que comparece na obra de Anzaldúa e os parâmetros conceituais e analíticos descritos pelo capítulo anterior é a análise dos desdobramentos da contingência. Como situado previamente, a contingência em Butler assume tanto a forma de qualidade por sobre a qual se estabelecem os procedimentos performáticos da corporificação como também sinal da vulnerabilidade inscrita no aferimento do trauma e da ferida – estes resultados do encontro e da disposição de categorias relacionais de poder. Dessa maneira se constituem os parâmetros da interação entre o *self* e o outro. A modalidade do encontro – aqui situada também como dimensão da produção de diferença – é processo central de veiculação da contingência. Dessa forma, o conceito se descreve enquanto instrumento de verificação da cartografia relacional sobre a qual se edificam as lógicas de violência e a produção dos traumas decorrentes da diferença. O caráter contingente da situação corpórea – encontrando aqui ressonância com a analítica proposta por Anzaldúa – demonstraria os estímulos e efeitos do entre lugar. A fronteira, nesse sentido, seria lugar essencial na análise da contingência do corpo e dos processos de corporificação. Os movimentos de atravessamento de categorias de delimitação – sejam elas culturais, raciais ou sexuais, por exemplo – situam tanto o aporte material da produção de fronteiras como a possibilidade de reestruturação do trajeto por sobre essas categorias via corporificação. Aqui situa-se a forma pela qual essas categorias – e os procedimentos corpóreos que as acompanham, não são estáticas e por vezes podem admitir incoerência. A manutenção do corpo e do *self* – aqui conectados e indissociáveis – é fenômeno de subjetivação e corporificação que resultam na situação do sujeito na malha relacional do encontro.

Assim, à medida que o sujeito está sempre inserido em um contexto relacional que se descreve por entre suas interações, a vulnerabilidade do corpo se estipula enquanto possibilidade sempre presente no encontro – seja ele entre sujeitos, entre sujeito e os ditos objetos, entre sujeito e experiência. A importância que Anzaldúa dedica aos estímulos externos e internos, que resultam por sua vez na manutenção de sua identidade e de seu corpo concretizam essa vulnerabilidade. Sobretudo na forma pela qual o aporte corpóreo reage – e age – de acordo com a sobreposição entre experiência, auto história e subjetivação, a situação do corpo por sobre a malha relacional que garante forma às categorias relacionais de poder anima a possibilidade do trauma. O compêndio vulnerabilidade e contingência

demarcaria, dessa maneira, a condição fundamental do corpo enquanto entidade política, de maneira a situar tanto o ônus de seu caráter relacional e contextual como também as possibilidades de rearticulação de realidades corpóreas. A *nepantla* por um lado, e a leitura do corpo enquanto fronteira, por outro, simbolizariam essa conjunção entre o aporte teórico que se descreve através de Anzaldúa e Butler, de forma a produzir os parâmetros através dos quais se desdobram os procedimentos de corporificação.

O segundo movimento, dessa forma, se descreve a partir da sobreposição e análise da complexidade. O principal movimento que se dá a partir de Hayles e da leitura realizada por Kroker é, por um lado, uma reorientação ontológica dos procedimentos e fenômenos que compõem o corpo e corporificação e, por outro, a sinalização da qualidade dessa malha relacional. Ao situar a imagem do caos enquanto elemento formativo de uma leitura pós-humana do corpo e da subjetividade, Hayles auxilia o processo de consideração de acontecimentos e experiências, sua enunciação e sua leitura. Aqui a imagética do caos e da desordem apontariam uma morfologia da relacionalidade e do acontecimento, descrevendo a impossibilidade de manutenção de uma ideia de ordenamento por sobre os fenômenos que compõe a realidade cotidiana. Ao postular essa inevitabilidade através de Hayles, Kroker atenta para a maneira através da qual a complexidade se transmuta enquanto elemento constitutivo da corporificação. Nesse sentido se torna possível a elucidação das forças que garantem a manutenção da forma que atribuímos aos nossos processos de subjetivação e corporificação.

De maneira semelhante a sobreposição anterior – no que se situam as dinâmicas do corpo em Anzaldúa – ao admitir-se a complexidade se torna possível a subversão de uma morfologia do corpo e da relação focada na atribuição de sentido e importância a fenômenos específicos. Evidente situar que entre o trauma e curadoria, diferentes estímulos e experiências descrevem sua ação gravitacional no corpo de forma desigual. Entretanto a admissão da complexidade invoca a reorientação da cartografia do corpo e da subjetividade, promovendo uma leitura alternativa a uma manutenção do sujeito marcada pelo desejo de racionalidade.

Nesse sentido à medida que o vocabulário da ética da complexidade de Hayles se organiza sobretudo em torno da inclusão de procedimentos tecnológicos e computacionais na produção e manutenção da subjetividade e da corporeidade, em Anzaldúa o conceito estaria mais próximo da inclusão de fenômenos culturais

e experiências com artefatos não humanos. A dinâmica relacional do corpo-fronteira, admite a centralidade de elementos não tangíveis na elaboração da teia que descreve sua corporificação. O lugar das histórias, o recurso sobretudo as rearticulações da espiritualidade *mestiza* e as atividades culturais que garantem ao corpo seu pertencimento estariam situados em uma ética da complexidade. Dessa forma, se possibilitaria tanto a conciliação do vocabulário de Hayles ao aporte teórico de Anzaldúa como a reorientação das forças e formas – aqui no sentido de categorias – que atuam na composição do corpo.

O terceiro movimento, por sua vez, se descreve através do conceito de Híbridez articulado por Haraway. À medida que o conceito de híbridez se estipula de maneira a articular a dissolução das delimitações e considerações sobre as categorias que compunham o corpo, sua sobreposição com o vocabulário teórico de Anzaldúa implicaria da articulação de um corpo que partilha sua materialidade com fenômenos e tipologias não humanas.

Talvez o caráter mais explícito dessa formulação em Anzaldúa seja a relação de seu corpo e os fenômenos e estímulos espirituais que garantem a manutenção e performance de sua identidade. Ao atentar ao mundo não material – mas que descreve a todo momento sua materialidade – a autora invoca tanto a incompatibilidade entre seu corpo e categorias clássicas de descrição da corporeidade e corporificação e o sentido e sentimento de compartilhamento. Com isso, sinaliza-se a forma através da qual existências virtuais se atualizam e descrevem seus efeitos por sobre os procedimentos de subjetivação e corporificação. Admitir a possibilidade da híbridez, seja entre o corpo e o espiritual, em Anzaldúa, seja entre o corpo e o animal e o ciborgue, em Haraway, estabelece as diferentes formas de composição da materialidade corpórea, interessada mais em suas capacidades produtivas do que no exercício de sua delimitação.

A dimensão do entre lugar *nepantla*, dessa forma, simbolizaria esse processo de manuseamento dos aportes do corpo de maneira a desestabilizar seus limites e operacionalizar a partir da fissura da fronteira. Aqui o corpo é instrumento fundamental para a manifestação de outras realidades, não marcadas por uma sobreposição antropológica, mas através de uma ética da relacionalidade horizontal. A existência do sujeito e de seu corpo se descreve a partir desses encontros com não humanos e com virtuais. Com isso, a híbridez estabelece sua potência articuladora enquanto veículo corpóreo de dismantelamento – e lembramento –

do encontro. Assim se torna possível a investigação e habilitação de outras dimensionalidades que comparecem junto ao corpo do sujeito. Esse processo de admissão estaria intimamente conectado a dimensão da curadoria do corpo e da sinalização das partes que o compunham.

O quarto movimento aglutina a dimensão da diferenciação racial e sexual, não em um movimento de equivalência de seus processos, mas na leitura em que ambos operam em conjunto na construção da identidade *mestiza* em Anzaldúa. Através de Salamon e Ingram, situaram-se essas dinâmicas de corporificação de maneira a apontar, por um lado, a configuração das relações entre o ego e o corpo e por outro, os aportes materializados dos procedimentos de racialização. Ambos por sua vez descrevem sua operação na travessia que constitui o corpo da *mestiza*.. Se o caráter relacional dos dois processos de corporificação é estipulado, se torna possível então a verificação das dinâmicas de não correspondência entre identificação e corpo, articulando a necessidade de reconfiguração da representação e autorrepresentação. Em outras palavras, se torna possível descrever o caráter relacional da diferença sexual e racial sobretudo a partir da instabilidade e incoerência do corpo. Atentando para os processos que compõem a diferenciação racial, se situaria então seu caráter processual e sua manutenção constante. Não se trata aqui de argumentar o fim da diferença racial ou da superação da raça, mas sim de dispor para com seus mecanismos de composição. Ingram e Anzaldúa apontam pistas para o engajamento com a diferença racial via corporificação, integrando o vocabulário do corpo – sempre presente em análises desse tipo – com sua dimensão performativa. Por outro lado, Salamon permite a situação de suposições que demarcam a corporeidade em manifestações da performance de gênero e sexualidade. Sua conjunção com Anzaldúa apontaria as dinâmicas da incongruência entre aporte corpóreo e a manutenção de identidades sexuais e de gênero. Atenta-se assim ao entre lugar de Anzaldúa, da *nepantla* que admite os procedimentos de composição da materialidade corpórea nos processos de autoidentificação.

Por fim, se situa o argumento da corporificação como intercorporeidade, integrando as sobreposições entre Weiss e Anzaldúa. Sinalizando o caráter relacional da corporeidade e de suas dinâmicas de operação, se estabeleceriam os mecanismos de composição imagética do corpo de forma a garantir a possibilidade de sua transgressão e rearticulação. Engajar para com o corpo através dessa via, possibilita a releitura do caráter processual da materialidade corpórea de maneira a

sinalizar o encontro entre corpo, categorias relacionais de poder e ordenamentos sociais e políticos, sobretudo no atravessamento dessas estruturas. A intercorporeidade admitiria, em conjunto com os conceitos de complexidade por exemplo, o rastreamento dos procedimentos de corporificação, descrevendo a corporeidade como lócus de análise de sua materialização. Em outras palavras, propunha-se os instrumentos para o engajamento com a cartografia relacional do corpo e corporeidade, atentando principalmente ao seu caráter difuso e incongruente, desestabilizando noções estáticas e delimitadas de um corpo esvaziado de suas capacidades políticas.

5.4. Corpo-fronteira e Relações Internacionais

Estipulando, dessa maneira, o retorno ao campo e disciplina de Relações Internacionais a partir dos direcionamentos ontológicos, epistemológicos e teóricos que se descrevem através das leituras do corpo apresentadas, realiza-se então os movimentos de contraste e fricção do encontro entre as perspectivas teóricas analisadas.

A principal potência argumentada no recurso a obra de Anzaldúa estaria conectada a forma pela qual uma investigação teórica interessada nas manifestações e fenômenos que atravessam o corpo deságuam em temáticas caras a teoria de Relações Internacionais, frustrando suas delimitações disciplinares. À medida que a todo momento o corpo é invocado, se apresentam as categorias relacionais de poder que, de maneira mais ou menos implícita, comparecem aos procedimentos de corporificação e manutenção da materialidade corpórea. Através do conceito de corpo território e suas reverberações – tal qual o entrelugar *nepantla* – avança-se um movimento que intenta dimensionar tanto as capacidades do corpo enquanto interface analítica como também aquele conjunto de forças, por vezes negligenciadas, que acionam a manutenção da corporeidade.

Assim não se intenta um argumento pela resolução da “presença ausente” do corpo em estudos e proposições de teoria Política Internacional uma vez que se trata por um lado de uma modulação do comparecimento do corpo, mas por outro das dinâmicas de consideração de uma ontologia que permita o seu recurso. O movimento dessa forma – e o manuseamento da obra de Anzaldúa – descreve um arco através do qual se ancorariam propostas de leitura e engajamento que, ao

mínimo, estariam interessadas nas potências articuladoras de teorizações que se propunham a versar tanto sobre os temas caros a política internacional através do corpo.

Mais uma vez se escapa da crítica ao retorno absoluto ao corpo – presente no “tudo é o corpo” – apontando as formas pelas quais os fenômenos de política internacional e os temas de Relações Internacionais estão intimamente conectados com os aportes corpóreos que intermediam suas operações. Não se trata dessa forma de um argumento reducionista ou essencialista, mas sim da verificação dos empreendimentos corporificados que encarnam as situações tanto do corpo da autora como daqueles corpos implicados em suas teorizações.

Pensar política internacional em Anzaldúa implica necessariamente no engajamento para com as materialidades corpóreas que conferem substância aos seus procedimentos. Dessa forma se torna possível tanto a explicitação de conceituações que por vezes se demonstram abstratas em discussões de Relações Internacionais, como abre a possibilidade para a produção de projetos marcados por uma sensibilidade ao corpo, seus processos e relações. Assim o movimento de reabilitação do corpo enquanto fundamentação para análises de política internacional contemporânea se manifesta. Dilatar as fronteiras do corpo e do papel que este descreve no posicionamento da autoria em produções acadêmicas demarca a habitação do entrelugar, animando suas linhas de acesso alternativas aos fenômenos políticos. Nesse sentido se consolida tanto a sobreposição dos movimentos precedentes desse esforço de pesquisa, integrando suas aspirações, como também se realiza o aceno a novos parâmetros de feitura de Teoria Política e teoria de Relações Internacionais.

O presente trabalho partiu de um impulso de investigação das dinâmicas que organizam os processos de presença e ausência do corpo em Teoria Política e teoria de Relações Internacionais. De maneira a engajar e rastrear os processos que implicam essas dinâmicas de comparecimento do corpo – e sua manutenção – propôs um percurso por entre algumas das escolas clássicas de Relações Internacionais. Investigando as conceituações do corpo que, assentadas em conjunto com noções de comunidades e ações políticas, estipularam a consolidação do campo, o esforço de pesquisa traçou as linhas de forças que aproximam e distanciam a temática, corroborando o argumento pela leitura e manuseamento analítico da “presença ausente” do corpo. Atravessando categorias caras a algumas dessas escolas – como a natureza humana, para o realismo; a forma sujeito, para o pensamento liberal; a forma sociedade para a Escola Inglesa; as instâncias de manifestação do corpo, para estudos feministas e de gênero – atentou-se situar os procedimentos discursivos e teóricos que animam este argumento. Assim se tornou possível a construção de um panorama analítico, uma espécie de fundamentação por sobre a qual se edificaram as análises subsequentes.

Nesse sentido, atentando as linhas de força que compreendem o comparecimento e manuseamento do corpo enquanto conceito e instrumento de análise, e as formas por sobre as quais se estipulam a apresentação explícita – ou implícita – do corpo, o panorama presente no primeiro capítulo do trabalho corroborou para a situação geral dos argumentos. Embora não aborde um grande número de escolas e perspectivas teóricas, esse exercício serviu o propósito de sinalização dessas tendências, permitindo a conjunção daquilo que atravessa – e dessa forma aproxima – os esforços de produção de conhecimento em Teoria Política e Relações Internacionais. Aqui não interessa um alargamento inconsequente do argumento – de maneira a descrever a “presença ausente” do

corpo enquanto elemento constantemente aferido em toda e qualquer análise de Política Internacional – mas sim no posicionamento dessas dinâmicas de comparecimento do corpo.

Assim, o capítulo subsequente encarna alguns dos debates que organizariam – e orientariam – o engajamento ao corpo. Essas inflexões analíticas compreenderam tanto a situação da multiplicidade de atribuições conceituais ao corpo como também os procedimentos que deságuam na leitura dos conceitos de corporificação e corporeidade. Os desdobramentos inscritos nessas duas modulações avançaram a produção e manutenção de qualificações possíveis ao conceito de corpo. Se instaurou então a diagramação das tensões entre uma leitura essencialista do corpo e a investigação das particularidades que implicam na multiplicidade de procedimentos dos corpos. A partir das qualidades da inseparabilidade e condicionalidade, das relações entre corpo e linguagem, se apresentariam os processos de corporificação. A partir ainda da característica da contiguidade – da dissolução das fronteiras que determinariam o “dentro” e “fora” do corpo – tornou-se possível manusear a relacionalidade que se estende por sobre as capacidades de produção e reprodução da materialidade corpórea, no sentido do inventário das partes que compunham e o corpo.

Através da análise das dinâmicas inscritas aos movimentos de manutenção da imagem corpórea – se referindo aqui tanto a representação do *self* como também a reverberação da passagem do corpo singular ao corpo coletivizado – se tornou possível esmiuçar as relações dispostas entre corpo e ordem. Outro argumento que organizou esse percurso realizado pelo capítulo foram os movimentos de ancoramento do corpo às estruturas de referência qualificadas. Em outras palavras, foi por sobre essa proposição que se estipulou a dimensão de performance do corpo e suas reverberações políticas mais imediatas, traçando as capacidades de situação e localização dos corpos através de categorias relacionais de poder.

Foi o contraste entre essa miríade de manifestações do corpo enquanto instrumento de análise e teorizações e a herança cartesiana que tornou possível a reabilitação do argumento pela “ausência presente” do corpo. Partilhando dos aportes que situam o embate entre a categoria corpo enquanto referencial esvaziado de conteúdo – de maneira a constituir um corpo sobre o qual se estipulam suas capacidades de generalização e abstração – e o movimento que argumenta justamente sua impossibilidade – a medida que esse corpo esvaziado corresponderia

a uma modulação de seus conteúdos, atentando a uma especificidade – se tornou possível a análise das ambivalências que descrevem a utilização do conceito e a manutenção de suas teorizações. Reescrevendo, situou-se então a forma pela qual a reivindicação de um corpo abstraído é na maioria das vezes proponente de uma modulação de seus conteúdos. Não existiria dessa forma corpo esvaziada ou despovoada de qualificações, mas sim o recurso a uma configuração que se almeja totalitária ou universalizante, a qual escoas suas qualificações aos corpos que compartilham sua condição.

Dessa forma se reestruturaram os “contornos” do corpo enquanto conceito, atentando a suas capacidades, potências e possibilidades de composição. Esses movimentos intentaram a elaboração de um primeiro tipo de aporte sobre o qual foram fundamentados os engajamentos diretos ao corpo dos movimentos que se seguiram. Cumprindo tanto o objetivo de balizamento como de orientação, as diagramações apresentadas realizaram uma apresentação preliminar dos conceitos de corporificação e corporeidade, avançados posteriormente. Nesse sentido o trabalho descreveu um arco de situação dos debates e literaturas que engajam com o corpo e propõe – a partir e através dele – reorientações analíticas que por sua vez habilitam construção do conteúdo político do corpo e de suas dinâmicas. Incluído nesse processo estaria um aceno a reorganização das bases metodológicas e ontológicas que manifestam tanto os movimentos de distanciamento do corpo e de como aqueles que buscam recentrá-lo.

Aqui esse vocabulário – o do recentramento – reverbera por um lado o argumento pela “presença ausente” do corpo ao mesmo tempo que, por outro lado, marca um impulso que se organiza através do corpo. As relações entre corpo, linguagem, e autoria demarcam algumas das expressões desse resgate da categoria de análise, bem como os tensionamentos internos que se apresentam a partir dessa opção.

As abordagens apresentadas no capítulo subsequente, sobretudo a partir da leitura realizada por Kroker dos argumentos de Butler, Hayles e Haraway convergiram com as pressuposições acerca do corpo avançadas por esse esforço de pesquisa, de maneira a situar diferentes pontos de entrada para a complexificação do tema. Os objetivos desse movimento no trabalho se organizaram de duas formas: A primeira cumprindo com a tarefa de incluir outras camadas e proposições de análise a partir do corpo, colorindo, de certa maneira, a malha relacional sobre a

qual a ação corpórea se estabelece. Os apontamentos gerados no encontro com a obra dessas autoras permitiram, então, desdobramentos das noções de corporificação e corporeidade, marcando as dinâmicas que as constituem. Contingência, complexidade e hibridez desvelam potencialidades e procedimentos corpóreos que escapam teorizações comumente articuladas através do corpo. Foi essa a fricção estabelecida na sobreposição entre as escolas de Relações Internacionais expostas, as literaturas e estudos do corpo que seguiram esse movimento, e aquelas cujo engajamento se deu de maneira consecutiva. Através de Salamon e Ingram, intentou-se a promoção, mesmo que de maneira rápida, com as categorias de gênero e raça que por sua vez se apresentam enquanto passo fundamental para a inflexão de corporificação e corporeidade.

A segunda maneira por sobre a qual se organizou o esforço de pesquisa marca um exercício de preparação do terreno que habilita seus últimos movimentos. Dessa maneira, o argumento que estabelece corporificação como intercorporeidade tanto reverbera o movimento de contiguidade corpórea anteriormente sinalizado, como em conjunto com a proposta de Haraway e Hayles, demarca as possíveis linhas de força para o alargamento das dinâmicas que implicam a produção e reprodução da materialidade corpórea. É por sobre esse arcabouço teórico que compareceu também os procedimentos de manutenção de raça e gênero e suas relações para com a lente que habilita o uso da corporificação como instrumento de análise. Assim preparou-se o leque de possibilidades teóricas por sobre as quais ser estipulou uma nova forma de acesso ao corpo, que por fim corroborou a opção pelo engajamento para com a obra de Anzaldúa, suas particularidades, limitações e potências.

Atentando à necessidade de realização de um segundo panorama conceitual, buscando habilitar a forma por sobre a qual Anzaldúa organiza sua narrativa e produção teórica, este trabalho fez o percurso por entre algumas das tentativas de reconfiguração de estilos e proposições de escrita. Tais modalidades carregaram o como ponto de confluência a inclusão do sujeito enquanto elementos pivôs na produção de conhecimento acadêmico e, como argumentado, a possibilidade de reinserção de uma escrita através do corpo. Por meio da narrativa, da autoetnografia, e do argumento geral das escritas autorreferenciadas, intentou-se demonstrar a maneira pela qual estas modalidades de escrita, se não explicitamente conectadas ao corpo, implicitamente aproximam as dinâmicas de comparecimento

da corporeidade e da corporificação do exercício teórico. Assim, apresentadas todas as fundamentações conceituais, de posse do leque de propostas argumentativas que qualificou o acesso ao corpo, este trabalho propôs a investigação e situação das linhas de força e formas manifestas na escrita da autora.

Por fim, a partir de Anzaldúa o presente trabalho situou a manifestação daqueles procedimentos e dinâmicas previamente sinalizados, bem como a miríade de fenômenos que compareceram a malha relacional que animou o corpo da autora e anima sua escrita. Avançou-se ainda a explicitação de formas alternativas de acesso aos temas caros as Relações Internacionais por meio de sua leitura e engajamento para com os conceitos de fronteira e território. Através da *nepantla* foi possível produzir uma espécie de manuseamento ontológico do corpo de suas atribuições, acenando aos processos que constituem corporificação e corporeidade, alargando o arcabouço de elementos, situações e posições que encarnam o corpo. Assim, num exercício semelhante a passagem do corpo político do sujeito ou do cidadão ao corpo político do estado, se tornou possível o alargamento dos contornos dos corpos que, assim como o corpo-fronteira da autora, habitam diferentes espaços-limites por sobre a malha relacional e as categorias de poder que organizam corporificação e corporeidade. Em outras palavras, o recurso a auto teoria que se descreve no engajamento para com a obra da autora, comparecem as possibilidades de aferimento dos fenômenos e procedimentos do corpo. Não se trata aqui de realizar um deslocamento completo dos parâmetros do conceito de corpo fronteira, de maneira a tratá-lo enquanto referencial ou modelo por sobre o qual se produziriam novas leituras do corpo, mas sim de averiguar tanto suas possibilidades discursivas como suas potências teóricas. Desse modo escapa-se as armadilhas de recomendação e inauguram-se as possibilidades de reverberação daquilo que entrega a escrita da autora sua potência.

A contribuição almejada por este trabalho, dessa forma, se deu na sobreposição desses exercícios, de maneira não a argumentar a inauguração de novas perspectivas e modulações do corpo em Teoria Política e Relações Internacionais, mas ao menos sinalizá-las enquanto possibilidades – e enquanto procedimentos necessários. À medida que as potências que informam o corpo como instrumento através do qual se manifestam os efeitos mais imediatos da manutenção da ordem política se configuram, a inevitabilidade de seu engajamento se postula. Assim o percurso realizado através das modulações da presença e ausência do

corpo, de sua ambivalência e de sua capacidade de rearticulação das categorias de produção e manutenção de dinâmicas de seu ordenamento, culminam no argumento pela reorientação inscrita na forma da auto teoria de Anzaldúa.

Dessa maneira, o presente trabalho almejou, a partir de uma modulação própria da “presença ausente” do corpo, estipular tanto o argumento de reconsideração da categoria de análise, de suas potências, das forças constitutivas do corpo e da explicitação daquilo que comparece uma vez assentadas essas linhas de força. Produziu-se, assim, um percurso analítico que manifesta aquilo que se dá através do corpo, rastreando suas reverberações e promovendo um exercício de alargamento dos parâmetros por sobre os quais se organiza o acesso ao corpo em Relações Internacionais.

Referências bibliográficas

- ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- ANZALDÚA, Gloria. **Light in the dark = Luz en lo oscuro: rewriting identity, spirituality, reality**. Durham: Duke University Press, 2015.
- ANZIEU, Didier. **The Skin-ego**. London: Karnac, 2016.
- BULL, Hedley. **The Anarchical Society: a study of order in world politics**. New York: Palgrave Macmillan, 1977.
- BAKER, Gordon; MORRIS, Katherine J.. **Descartes' Dualism**. London: Routledge, 1996.
- BLACKMAN, Lisa. **The Body: the key concepts**. Oxford: Berg, 2008.
- BRIGG, Morgan; BLEIKER, Roland. Autoethnographic International Relations: exploring the self as a source of knowledge. **Cambridge University Press**, Cambridge, v. 36, n. 3, p. 779-798, jul. 2010.
- BUTLER, Judith. 'HOW CAN I DENY THAT THESE HANDS AND THIS BODY ARE MINE? **Qui Parle**, Lincoln, Nebraska, v. 11, n. 1, p. 1-20, ago./fev. 1997.
- BUTLER, Judith. **Antigone's Claim: kinship between life and death**. New York: Columbia University Press, 2000.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. Nova Iorque: Routledge, 2002.
- BUTLER, Judith. **Precarious Life: the powers of mourning and violence**. London: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. **Giving an Account of Oneself**. Fordham University Press: New York, 2005.
- BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: on the discursive limits of "sex"**. London: Routledge, 2011.
- BYNUM, Caroline. Why All the Fuss about the Body? A Medievalist's Perspective. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 22, n. 1, p. 1-33, set./dez. 1995.

BORDO, Susan. **Unbearable Weight**: feminism, western culture, and the body. Berkeley: University Of California Press, 1993.

DERRIDA, Jacques. Geschlecht: sexual difference, ontological difference. **Research In Phenomenology**, [s. l], v. 13, p. 65-83, 1983.. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24654384>. Acesso em: 31 mar. 2020.

DESCARTES, René. Meditations on First Philosophy. In: DESCARTES, The Philosophical Works Of. **René Descartes**. London: Cambridge University Press, 1973. p. 131-200. Tradução de Elizabeth S. Haldane e G. R. T. Moss..

ENLOE, Cynthia. Margins Silences, and Bottom Rungs. In: ENLOE, Cynthia. **The Curious Feminist**: Searching for Women in a New Age of Empire. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 19-42.

ESPOSITO, Roberto. Persons and Things: from the body's point of view. Cambridge: Polity Press, 2015

FANON, Frantz. **Black Skin White Masks**. London: Pluto Press, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish**: the birth of the prison. New York: Vintage Books, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no college de france (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANK, Arthur W.. **The Wounded Storyteller**: body, illness and ethics. Chicago: The University Of Chicago Press, 1995.

FRASER, Mariam; GRECO, Monica. Introduction. In: FRASER, Mariam; GRECO, Monica (ed.). **The Body**: a reader. London: Routledge, 2005. p. 1-42.

FOURNIER, Lauren. **Autotheory as feminist practice in art, writing, and criticism**. Cambridge: The Mit Press, 2021.

GREINER, Christine. O Corpo: Pistas para Estudos Indisciplinares. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

GREINER, Christine; AMORIM, Cláudia (Org.). Leituras do Corpo. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile Bodies**: toward a corporeal feminism. Bloomington: Allen & Ulwin, 1994.

GUZZINI, Stefano. **Realism in International Relations and International Political Economy**: The Continuing Story of a Death Foretold. New York: Routledge, 1998.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 575, 1988. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/3178066>.

HARAWAY, Donna. **Primate Visions**: gender, race, and nature in the world of modern science. New York: Routledge, 1989.

HARAWAY, Donna. A Cyborg Manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: HARAWAY, Donna. **Simians**,

Cyborgs, and Women: the reinvention of nature. New York: Routledge, 1991. p. 149-182.

HAYLES, N. Katherine. Introduction: complex dynamics in literature and science. In: HAYLES, N. Katherine (ed.). **Chaos and Order:** complex dynamics in literature and science. Chicago: The University Of Chicago Press, 1991. p. 1-36.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

HOBBS, Thomas. **Leviathan.** S.i: McMaster University Archive Of The History Of Economic Thought, 1999.

HUTCHINGS, Kimberly. Cognitive Shortcuts. In: PARPART, Jane L.; ZALEWSKI, Marysia (Ed.). **Rethinking the Man Question:** Sex, Gender and Violence in International Relations. Berkeley: University Of California Press, 2008. p. 24-48.

INAYATULLAH, Naeem (ed.). **Autobiographical International Relations:** I. IR. New York: Routledge, 2011.

INAYATULLAH, Naeem; DAUPHINEE, Elizabeth (ed.). **Narrative Global Politics:** theory, history and the personal in international relations. London: Routledge, 2016.

INGRAM, Penelope. **The Signifying Body:** toward an ethics of sexual and racial difference. Albany: State University Of New York Press, 2008.

JOHNSON, Mark. The Aesthetics of Meaning and Thought: the bodily roots of philosophy, science, morality, and art. Chicago: The University Of Chicago Press, 2018.

KADAR, Marlene. Coming to Terms: life writing from genre to critical practice. In: KADAR, Marlene (ed.). **Essays on Life Writing:** from genre to critical practice. Toronto: University Of Toronto Press, 1992. p. 3-16.

KADAR, Marlene; PERAULT, Jeanne. Introduction: Tracing the Autobiographical: unlikely documents, unexpected places. In: KADAR, Marlene *et al* (ed.). **Tracing the autobiographical.** Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2005. p. 1-7.

KANT, Immanuel. **Political Writings.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

KROKER, Arthur. **Body Drift:** Butler, Hayles, Haraway. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2012.

LEVINAS, Emmanuel. **Otherwise Than Being:** or beyond essence. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991.

LÉVESQUE-JALBERT, Émile. "This is not an autofiction": autoteoría, french feminism, and living in theory. **Arizona Quarterly:** A Journal of American Literature, Culture, and Theory, [S.L.], v. 76, n. 1, p. 65-84, 2020. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/arq.2020.0002>.

LOCKE, John. Do início das sociedades políticas. In: LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos.** Petrópolis: Vozes, 1994. p. 139-156.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J.. **The Tree of Knowledge:** the biological roots of human understanding. Boston: Shambala, 1992.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Phenomenology of Perception.** London: Routledge, 2002.

MILLER, Nancy K.. **Getting personal:** feminist occasions and other autobiographical acts. New York: Routledge, 2013.

MOL, Annemarie. **The body multiple:** ontology in medical practice. Durham: Duke University Press, 2002.

MORGENTHAU, Hans J.. **A política entre as Nações:** A luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NEOCLEOUS, M. **Imagining the State.** Philadelphia: Open University, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Thus Spoke Zarathustra.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **On the Genealogy of Morals.** Arlington: Richer Resources Publications, 2009.

OSBORNE, Thomas. Body Amnesia: comments on corporeality. In: OWEN, David (ed.). **Sociology after Postmodernism.** London: Sage Publications, 1997. p. 188-204.

PROSSER, Jay. **Second skins:** the body narratives of transsexuality. New York: Columbia University Press, 1998.

REES, Emma. Varieties of Embodiment and ‘Corporeal Style’. In: REES, Emma (ed.). **Talking Bodies:** interdisciplinary perspectives on embodiment, gender and identity. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 1-15.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição:** notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SALAMON, Gayle. **Assuming a body:** transgender and rhetorics of materiality. New York: Columbia University Press, 2010.

SCHILDER, Paul. **The Image and Appearance of the Human Body.** Abingdon: Routledge, 1999.

SENEILLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População:** curso dado no college de france (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 495-538.

SILVERMAN, Kaja. **The threshold of the visible world.** New York: Routledge, 1996.

SHEETS-JOHNSTONE, Maxine. **The Roots of Thinking.** Philadelphia: Temple University Press, 1990.

SHEETS-JOHNSTONE, Maxine (ed.). **Giving the Body its Due.** Albany: State University Of New York Press, 1992.

STEWART, Kathleen. **Ordinary Affects.** London: Duke University Press, 2007.

SPATZ, Ben. **What a body can do**: technique as knowledge, practice as research. New York: Routledge, 2015.

TURNER, Bryan S.. **The Body and Society**: explorations in social theory. London: Sage, 2008.

UNO, Kuniichi. A Gênese de um Corpo Desconhecido. São Paulo: N-1 Edições, 2012.

_____. Hijikata Tatsumi: pensar um corpo esgotado. São Paulo: N-1 Edições, 2018

WALTZ, Kenneth N.. **Theory of International Politics**. Reading,: Addison-wesley Publishing Company, 1979.

WEISS, Gail. **Body images**: embodiment as intercorporeality. New York: Routledge, 1999.

WIEGMAN, Robyn. Introduction: autotheory theory. **Arizona Quarterly**: A Journal of American Literature, Culture, and Theory, [S.L.], v. 76, n. 1, p. 1-14, 2020. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/arq.2020.0009>.

WILCOX, Lauren B.. **Bodies of Violence**: theorizing embodied subjects in international relations. Oxford: Oxford University Press, 2015.